

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA
GUERRA MUNDIAL, 1914-1918.**

VALTERIAN BRAGA MENDONÇA

Niterói

2008

A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA
GUERRA MUNDIAL, 1914-1918.
VALTERIAN BRAGA MENDONÇA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo

Niterói

2008

Mendonça, Valterian Braga.

A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. /
Valterian Braga Mendonça. 2008

137f.

Orientador: Eurico de Lima Figueiredo

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Centro
de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência
Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Bibliografia: f. 130-137.

1. Ciência Política 2. Relações Internacionais 3. Primeira Guerra Mundial 4. Estratégia
I. Mendonça, Valterian Braga. II. Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos
Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. A Experiência Estratégica
Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918.

CDD

A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA
GUERRA MUNDIAL, 1914-1918.

VALTERIAN BRAGA MENDONÇA

**Dissertação apresentada à
banca Examinadora da
Universidade Federal
Fluminense, como exigência
parcial para obtenção do grau
de Mestre em Ciência Política.**

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

TITULARES

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo – Presidente PPGCP - UFF

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves – PPGCP – UFF

Membro externo: Prof. Dr. Jorge Calvário dos Santos (ESG)

SUPLENTES:

Suplente externo: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

Suplente interno: Prof. Dr. Nelson Mariano (PPGCP - UFF)

A Deus, por todas as bênçãos e graças.
A Nazareth Endres, por todo zelo e dedicação.
A Daniel Becker e Victoria Idê, por tudo de maravilhoso que representam.
A meus pais, que me legara as maiores riquezas: a educação e o amor aos livros.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo, por sua sabedoria, compreensão e imensa bondade, tendo sido sempre o braço forte e a mão amiga em toda esta caminhada.

À minha família, pela confiança, estímulo e motivação.

Aos Professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma importante jornada de nossas vidas.

Aos amigos, pela paciência e colaboração.

A todos que, mesmo sem saber, ajudaram na realização deste trabalho.

Aos que crêem no poder de um sonho, lutam por seus ideais e trabalham por um Brasil melhor.

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo a análise da estratégia militar brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. Estuda as relações entre a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e o Corpo Diplomático na conformação da política externa do País na segunda década do século XX. Destaca a existência ou não da necessária interação entre as lideranças políticas, diplomáticas e militares para a delimitação de uma estratégia político-militar nacional; desenha o preparo das Forças Armadas brasileiras à época, num contexto de rivalidades no Cone Sul da América Latina; examina o gradual envolvimento do Brasil no conflito europeu, aliando-se aos Estados Unidos da América como potência associada à Tríplice Entente. Ressalta os interesses em jogo, a participação e colaboração do Brasil no esforço de guerra aliado, bem como os benefícios colhidos desse empreendimento, particularmente para a organização e modernização das instituições militares brasileiras. Em conclusão, mostra que não havia uma estratégia político-militar estabelecida para a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial; tal estratégia foi-se definindo *pari passu* à evolução da política externa brasileira.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos. Relações Internacionais. Brasil. Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT

Keywords: Strategic Studies. International Relations. Brazil. First World War.

The main objective of this dissertation is the analysis of the Brazilian military strategy during the First World War. It deals with the relations amongst the Brazilian Navy, the Brazilian Army, and the Brazilian Diplomacy, while considered components of the Brazilian Foreign Affairs in the period under consideration. Shows up whether there was or not the necessary interchange among the political leaders, the diplomatic leaders, and the military leaders in order to establish the strategy as a political instrument to conquer national objectives; intends to give a notion of the Brazilian Armed Forces awareness on those years, in a context of the South-American rivalries; stress the progressive envelopment of Brazil in a European conflict as an allied to the United States of America, associated to the Triple Entente. It emphasizes the benefits at stake, the Brazilian participation and collaboration in the allied war efforts, as well as the profits of this enterprise, particularly related to Brazilian Military Forces organization and modernization. It concludes that there wasn't a political and military strategy for the Brazilian participation in World War One; this strategy was being defined *pari passu* to the Brazilian Foreign Affairs evolution.

LISTA DE TABELAS

TABELA-1	COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL COM AS QUATRO POTÊNCIAS BELIGERANTES	33
TABELA-2	QUADRO COMPARATIVO: VOLUME TOTAL EXPORTADO E PREÇOS	36
TABELA-3	COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL- EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS	38
TABELA-4	COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS COM AS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS	75
TABELA-5	PERDAS DA MARINHA MERCANTE INGLESA	105
TABELA-6	DISTRIBUIÇÃO DA MARINHA DO BRASIL PELO TERRITÓRIO NACIONAL	113
TABELA-7	DISTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PELO TERRITÓRIO NACIONAL	117

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	8
Introdução	11
Capítulo I Envolvimento e Entrada do Brasil no Conflito: Os Interesses em Jogo	17
1.1- O cenário internacional	17
1.2- O contexto brasileiro	21
1.3- Fatores influentes	29
1.4- A entrada do Brasil na guerra	39
Capítulo II A Participação do Brasil no Conflito: Os Militares e a Diplomacia	47
2.1- O Brasil na Guerra Européia	47
2.2- A participação militar do Brasil	48
2.3- A participação diplomática	59
2.4- Militares e diplomatas	64
Capítulo III O Pós-Guerra: Perdas e Ganhos	71
3.1- As conseqüências da guerra	71
3.2 - O Brasil na Conferência de Paz e na Liga das Nações	76
3.3- Os interesses brasileiros	79
3.4- Perdas e ganhos	85
Capítulo IV A Estratégia Político-Militar Brasileira	93
4.1- Conceito de estratégia	93
4.2- O confronto de estratégias	95
4.3- A estratégia brasileira	108
Conclusão	125
Referências Bibliográficas	130

INTRODUÇÃO

Os grandes conflitos armados são marcos significativos na História da Humanidade; ela não pode ser escrita sem eles. Constituem-se, por excelência, em objeto de reflexão e análise para diversas disciplinas no mundo acadêmico, entre elas, no que concerne particularmente a esta pesquisa, às Relações Internacionais e aos Estudos Estratégicos¹. Provocam, na medida em que avança o processo de globalização, o envolvimento crescente de diversos países. Nos tempos modernos e contemporâneos, a intervenção da ciência e da tecnologia na indústria de defesa aumenta a brutalidade das batalhas e a duração das campanhas. Em consequência, multiplicam-se as perdas sociais e políticas, assim como os danos às economias dos países perdedores, às vezes incalculáveis. Mas, paradoxalmente, do lado dos vencedores, o efeito às vezes ocorre de modo inverso, enriquecendo seus poderes econômico, político e militar, não obstante, em tantos casos, o elevado custo em termos de perdas humanas². Intermitentemente as lideranças políticas e militares não se apercebem dos rumos catastróficos que suas decisões podem tomar, não raro legando consequências duradouras por gerações.

A Primeira Guerra Mundial é um destes marcos significativos na História. O presente trabalho se propõe a examiná-la do ponto de vista do contexto sócio-político-econômico em que se encontrava o Brasil – no plano interno e externo - por ocasião da deflagração do conflito. A partir da Primeira Guerra Mundial, a história, a política e a economia de diversos países, bem como a geografia da Europa e as relações entre os Estados, sofreram profundas transformações. Desenhou-se um novo mundo. Modificaram-se os costumes, alteraram-se as relações econômicas e sociais; o mundo jamais foi o mesmo³. Tais reflexos se fizeram sentir também no Brasil. O bloqueio comercial privou-nos de diversos produtos importados forçando o país a se industrializar. Novas indústrias atraíram mão-de-obra estimulando a migração para as cidades, enquanto os serviços foram ampliados para atender a demanda da crescente população. O capital internacional voltou-se para o Brasil, engendrando novas concepções e valores em nossa cultura econômica. Para certas lideranças, o Brasil precisava inserir-se ativamente no cenário político

¹ Duroselle (2000).

² Keegan (2003).

³ Rémond (1974).

internacional, participando da guerra e, terminado o conflito, das negociações de paz visando ser contemporâneo do mundo da época⁴.

O Brasil entrou diretamente no conflito contra a Alemanha supostamente em decorrência do afundamento de navios mercantes nacionais que rumavam para a Europa, trafegando em áreas sob declarado bloqueio naval alemão, ao qual o Brasil recusou reconhecimento⁵. Em sua contribuição ao esforço de guerra, o Brasil levou à França pessoal e equipamento para a instalação de um hospital-modelo para atendimento a feridos de guerra, assim como a equipe médica capaz de operá-lo, bem como também a guarnição militar para a proteção e guarda das instalações. Enviou à Inglaterra, para qualificação em vôo, uma equipe formada por onze militares⁶. E, em contribuição ao esforço aliado na guerra marítima, o Brasil despachou, para presença e patrulhamento na costa noroeste da África, a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG).⁷ Sob o discurso de defensor dos princípios de equidade e justiça, o País alinhava-se à estrutura hegemônica de potências para a valorização de seus produtos no mercado internacional. Objetivava, em suma, a conquista de prestígio político com vistas a sua valorização no cenário internacional atuando como protagonista ativo das grandes decisões mundiais⁸. Mas, para além do discurso, como ocorreram realmente as coisas?

Do ponto de vista político, diplomático e estratégico, a análise que aqui se desenvolve dá destaque à descontinuidade da política externa e a ausência de um pensamento estratégico do país. No cerne das indagações permanece a suposição de que o País, no conflito em pauta, não dispunha de um projeto que congregasse, motivasse e direcionasse os interesses estratégicos do Brasil naquela conjuntura internacional de guerra.

O tema e sua justificativa

Não se encontrou, em princípio, literatura específica sobre a participação estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial. Certo, há uma pequena e significativa literatura

⁴ Vinhosa (1990).

⁵ Idem.

⁶ Gama (1982).

⁷ A DNOG era constituída por dois cruzadores (o Bahia e o Rio Grande do Sul), quatro contratorpedeiros (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina) e um rebocador de alto-mar (o Laurindo Pitta).

⁸ Vinhosa (1990), Silva (1979), por exemplo.

sobre a participação brasileira no conflito nos seus mais variados aspectos⁹. Não há notícia, entretanto, de trabalhos que enfoquem o envolvimento do País na Primeira Guerra Mundial a partir do ponto de vista eminentemente estratégico.

A dissertação descortina dois objetivos gerais. Primeiro apresenta a contextualização geral dos acontecimentos que levaram o Brasil a participar do conflito mundial, optando favoravelmente pela Tríplice Entente e contrariamente à Tríplice Aliança. Segundo reconstitui, por um lado, o debate político e estratégico no âmbito militar em relação à participação brasileira no conflito e, por outro, a polêmica política e estratégica que caracterizava a política externa brasileira no que concerne ao conflito. No plano mais específico ou particular o foco recai na análise da documentação militar e diplomática em relação à participação brasileira na Guerra, procurando identificar os elementos centrais de suas compreensões estratégicas. Busca, também, estabelecer o grau de interação entre as forças militares – a Marinha e o Exército - no que diz respeito à participação brasileira na guerra. Finalmente examina os canais de comunicação entre a política externa brasileira e as instâncias militares de alto comando visando avaliar seu grau de eficiência.

Em grande parte da literatura atualmente disponível, o tratamento teórico dado ao tema da guerra é, freqüentemente, de caráter modal ou descritivo. No primeiro caso, pergunta-se “como” se faz a guerra e não quais as suas determinações. No segundo, indica-se seus aspectos principais, suas características, seus elementos principais, etc, sem se interrogar quais são suas motivações profundas ou estruturais. Enquadra-se nessa situação alguns trabalhos amiúde citados pela bibliografia pertinente.

Wright (1942) relaciona o fenômeno bélico à guerra entre animais, entre as sociedades cultas até o Renascimento, buscando estabelecer a crônica de suas flutuações e incidências. Richardson (1960a; 1960b) utiliza-se extensamente da matemática, tentando enquadrar o modo de suas incidências. Waltz (1959), expoente teórico do pioneiro centro de estudos que editou o clássico *Journal of Conflict Resolution*, procurou entender o fenômeno bélico localizando suas raízes na “natureza do comportamento humano”, na “organização interna dos Estados” ou no “caráter anárquico do sistema de Estados”. Rapaport, em obra que se tornou um *must* na época de sua publicação - *Fight, Games and Debates* (1960)- procurou fundamentar uma análise da política das grandes potências

⁹ Idem.

baseando-se no caráter lúdico e frio das ações de guerra. Posteriormente, Rapaport (1968) procurou identificar os principais tipos de guerra: a política, a cataclísmica e a escatológica, abrindo caminho para polêmicas considerações de caráter extracientífico, dir-se-ia mesmo de caráter filosófico.

No entanto, dentro da visada conceitual que se pretende argüir no decorrer deste trabalho, parece ter sido o fundador do estudo do tema nos tempos contemporâneos, Clausewitz, quem melhor, pioneiramente, rondou o “núcleo duro” da questão, sem, entretanto, extrair de suas próprias reflexões as conseqüências mais necessárias e inevitáveis, donde o caráter por assim dizer atual de sua principal obra.

No estudo de qualquer fenômeno bélico, *Da Guerra* de Carl Von Clausewitz (edição utilizada neste trabalho: 2003) é considerada referencial obrigatório. Nesta obra, o autor assevera que a guerra se constitui em conflito de grandes interesses onde a solução encontrada passa pela violência extremada, implicando em derramamento de sangue. Clausewitz não considera a guerra como arte ou ciência. Compara-a, antes ao comércio em grande escala, onde prevalece ora a cooperação (a busca de lucros mútuos), ora a competição (em que um concorrente busca atender a seus interesses em detrimento dos interesses do outro). A guerra pertence, então, ao domínio da existência humana, ao contexto social. A guerra é uma ação eminentemente política.

Veja-se:

1. *“Afirmamos, pois, que a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social. Ela constitui um conflito de grandes interesses, solucionado através de sangue, e é só por isso que difere dos outros conflitos. Seria melhor compará-la, mais que a qualquer arte, ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas; assemelha-se mais ainda à política, a qual, por sua vez, pode ser considerada, pelo menos em parte, como uma espécie de comércio em grande escala. Além disso, a política é a matriz na qual a guerra se desenvolve; os seus contornos, já formados de um modo rudimentar, escondem-se nela assim como as propriedades dos seres vivos nos seus embriões”.* (Clausewitz,2003:127)

e
2. *“Por isso dizemos que a guerra não pertence nem ao campo da arte ou ao da ciência, mas ao campo social. É um conflito de grandes interesses que é resolvido com derramamento de sangue, e só nisso difere dos outros. Em vez de compará-lo com qualquer arte, seria melhor assemelhá-lo a uma competição de negócios, e que é também um conflito de interesses. É uma atividade humana e é ainda mais parecida com a política do Estado que também, por seu lado, pode ser considerado como uma espécie de negócios em grande escala. Além disso, a política de Estado é o ventre onde a guerra se desenvolve, onde seu contorno jaz encoberto numa situação rudimentar, tal como as qualidades das criaturas vivas nos seus germes”.* (id.ib.)

Nessa passagem fica claro que, para o autor de *Da Guerra*, a atividade bélica é uma atividade dos homens em seu conjunto. Logo, suas causas e fundamentos devem ser encontrados na própria sociedade. A guerra é um ato de caráter *social*. Sendo a guerra uma atividade humana, pode-se compará-la a uma competição de negócio ou conflito de interesses; exhibe, assim, dimensão *econômica*. Por outro lado, a guerra é parte da política do Estado que, por sua vez, pode ser comparada a uma espécie de “negócios em grande escala”. A guerra faz parte do processo de tomada de decisão estatal, tal como “as qualidades das criaturas vivas nos seus germes”.

No caso particular deste trabalho, pretende-se focar os interesses econômicos subjacentes à época que levaram as elites políticas brasileiras à decisão de conduzir o país a uma guerra na Europa. Aborda-se, ainda, como a intelectualidade brasileira atuou para a mobilização da opinião pública em suporte à decisão política que levou o Brasil a participar de uma conflagração mundial. Pretende-se deixar claro que a natureza político-social da guerra se submete aos interesses políticos e econômicos dos Estados beligerantes.

Falta à perspectiva de o autor de *Da Guerra* um referencial teórico integrador que articule a instância econômica à política e à ideologia. Deixa de perceber, portanto, que a natureza político-social da guerra se submete aos interesses políticos e econômicos dos Estados beligerantes (Figueiredo, 1983: 86). Nessa ótica, “os militares encarnam os desígnios dos que mandam” (id: 89), e a “dinâmica da ação marcial não pode prescindir de uma análise completa do Estado” (id.ib.).

O desenvolvimento da dissertação prevê quatro capítulos. O primeiro dissertará sobre o envolvimento e entrada do Brasil no conflito procurando reconstituir, em largas linhas, o cenário internacional da época. Na visada procura-se localizar o contexto brasileiro e estabelecer os principais fatores que levam a entrada do Brasil na guerra. Em seguida analisa-se a relação entre os Militares e a Diplomacia. Nessa etapa do trabalho cai em questão a inserção do País na Guerra Européia, ganhando destaque, por um lado, a participação militar em relação à atuação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), a aviação militar e a Missão Médica Militar, e, por outro, a participação diplomática. O capítulo finaliza com o paralelo entre a ação dos Militares e Diplomatas na Grande Guerra. O terceiro capítulo recompõe o término do conflito sumarizando balanço de Perdas e Ganhos, com especial atenção sendo conferida às conseqüências da guerra, a

participação do Brasil na Conferência de Paz e na Liga das Nações e a defesa dos interesses brasileiros. Finalmente traça-se os contornos da Estratégia Político-Militar Brasileira à luz dos modernos conceitos relativos à questão estratégica, rebatendo-a para o teatro europeu (“confronto de estratégias”) e procurando entendê-la à luz da percepção estratégica brasileira na época estudada.

A conclusão procura responder à questão que perpassa todo o trabalho: terá havido uma estratégia brasileira previamente elaborada com vistas à Guerra na Europa?

CAPÍTULO I

ENVOLVIMENTO E ENTRADA DO BRASIL NO CONFLITO: OS INTERESSES EM JOGO

“Não tivemos a felicidade de saber defender desde a primeira hora a nossa neutralidade e, com ela, a própria soberania nacional. Passo a passo, de vacilação em vacilação, acabamos por ceder à pressão mais próxima de um dos beligerantes. Quebramos a linha tradicional da nossa diplomacia; renegamos o nosso glorioso passado de apóstolos da paz e do arbitramento; perdemos a força moral no continente; e, politicamente, despedaçamos os laços da solidariedade sul-americana, para aparecer no Novo Mundo como um instrumento dócil e perigoso dos interesses políticos dos Estados Unidos do Norte.” (Abranches, 1917: 379).

1.1- O cenário internacional

Até o terceiro quarto do século XIX, o equilíbrio de poder no continente europeu foi preservado segundo o modelo estabelecido no Congresso de Viena (1815), pelo qual a ordem e a paz nas relações internacionais eram mantidas segundo a priorização dos preceitos morais e das normas jurídicas.¹⁰ De acordo com este modelo, não mais haveria hegemonia de um Estado sobre os demais e as intervenções políticas em territórios estrangeiros seriam legitimadas por consenso entre as grandes potências. Tal sistema favoreceu à Grã-Bretanha que, livre de litígios no continente europeu, antecipou-se às demais potências no processo de industrialização e, respaldada por uma esquadra soberana dos mares, dominou o comércio internacional e as rotas marítimas construindo um vasto império colonial.¹¹

A Alemanha e a Itália, ao constituírem novas potências a partir da última quadra do século XIX, alteraram o equilíbrio de poder na Europa desfazendo o modelo consensual do Congresso de Viena e estabelecendo nova forma às relações internacionais.¹² A Itália era ainda atrasada industrialmente e sofria de crônica debilidade militar, mas cultivava sentimentos nacionalistas e sonhos de expansão colonial na África. A Alemanha, por outro lado, em curto tempo se desenvolveu industrial e militarmente posicionando-se entre as mais fortes nações da Europa. Detentora do mais bem organizado, treinado e aparelhado exército do mundo, o Império Alemão implementou um programa de modernização e expansão de sua marinha para ampliar sua esfera de influência na Europa e disputar

¹⁰ Kissinger, 1996: 16.

¹¹ Lessa, 2005: 54 a 56.

¹² Vizentini, 1996: 16.

colônias e mercados na África e na Ásia. A Alemanha buscava ocupar, no cenário global, posição compatível ao seu status de potência mundial, o que influenciou fortemente o caráter das relações internacionais.¹³

Porém, como a Alemanha e a Itália conquistaram a unificação tardiamente, comparativamente às demais nações européias, ingressaram com atraso na corrida imperialista, quando só restavam poucos territórios de pequeno valor comercial, sem riquezas minerais e de inexpressivo significado estratégico. Essa corrida imperialista se prestou, por certo tempo, a canalizar para fora do continente europeu as tensões que cresciam no seu interior. Contudo, logo se chegou ao estágio em que as tensões das disputas entre potências imperialistas por colônias e áreas de influência na África e na Ásia se refletiram na política interna das sociedades européias.¹⁴

Àquela época, as potências européias nutriam, uma para com as outras, questões geradoras de tensão, a saber: a França queria reaver a região mineradora da Alsácia-Lorena, perdida para a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870); as terras polonesas eram disputadas entre Alemanha e Rússia; a Inglaterra pretendia expandir sua esfera de influência sobre o Oriente Médio, sob dominação Turco-Otomana; França e Inglaterra buscavam ajustar seus interesses no norte da África e na Ásia; Áustria-Hungria e Itália disputavam o domínio sobre o Mar Adriático e tinham conflito de interesses na ocupação das “Terras Irredentas”; e a Alemanha era vista como ameaça à hegemonia britânica nos mares. Nos Bálcãs, porém, os interesses das grandes potências convergiam e se entrecrocavam fazendo daquela península o “barril de pólvora” da Europa.¹⁵

O Império Turco-Otomano perdia influência e território na região balcânica, após quase cinco séculos de dominação. Seu retraimento do continente europeu despertava cobiça de nações carentes de poder e prestígio. O Império Austro-Húngaro desejava nesta região anexar territórios para fortalecer seu status de grande potência. A Sérvia, ambicionando materializar seu projeto de grandeza (“a Grande Sérvia”), almejava anexar territórios dos povos vizinhos. A Rússia, interessada em obter o controle dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos para conquistar livre acesso ao Mar Mediterrâneo, se fundamentava na teoria do pan-eslavismo para apoiar os movimentos nacionalistas sérvios. A Inglaterra,

¹³ Döpcke, 2001: 105.

¹⁴ *Idem. Ibidem*: 132 e 133.

¹⁵ Vizentini, *op. cit.*: 41.

para vetar a pretensão russa, tida como ameaça ao caminho marítimo para a Índia, revitalizava ali a ascendência dos turcos.¹⁶ A Alemanha, por seu turno, almejando conquistar os mercados árabes e se projetar sobre a região petrolífera do Golfo Pérsico, buscava concessão para a construção da ferrovia Berlim-Bagdá em troca de ajuda na ocidentalização e modernização da Turquia, especialmente equipando e treinando seu novo exército.¹⁷

Por essa época, as relações internacionais eram caracterizadas marcadamente pela capacidade bélica, fundamentada na industrialização, nos avanços tecnológicos e na capacidade de mobilização. Dentro destes parâmetros, a França era potência decadente, a Rússia estava bastante atrasada, Itália e Áustria-Hungria eram consideradas frágeis e a Alemanha despontava como a grande potência no continente.¹⁸ Esta situação forçou a Grã-Bretanha a abandonar seu isolamento insular para interferir na política continental e restabelecer o equilíbrio de poder na Europa.

Em face das rivalidades despertadas, as potências européias buscaram se fortalecer estabelecendo acordos diplomáticos e alianças militares. França, Inglaterra e Rússia vincularam-se duas a duas, constituindo três ententes: a anglo-francesa (Entente Cordiale), a anglo-russa e a franco-russa. Era a Tríplice Entente. A Alemanha, temendo ficar geográfica e politicamente isolada pelas potências rivais, desenvolveu acordos com a Áustria-Hungria e a Bulgária, formando a Tríplice Aliança, à qual se juntou o Império Turco-Otomano, depois que o Imperador alemão se declarou defensor dos muçulmanos no mundo e com os turcos desenvolveu programas de intercâmbio militar.¹⁹

As disputas coloniais movimentavam a indústria bélica estimulando a corrida armamentista entre as nações. As crises envolvendo potências européias, que tinham antes na corrida imperialista uma “válvula de escape” para as pressões internas ao continente, agora intensificavam as crises nos Bálcãs, que ocorriam amiúde, sob crescente violência. Para os Bálcãs convergiam as atenções das grandes potências da Europa, onde conviviam povos de diferentes etnias, culturas e religiões, fomentando sentimentos nacionalistas e acalentando sonhos de independência. Ali, pouca margem restava para as manobras

¹⁶ Döpcke, *op. cit.*: 125 e 126.

¹⁷ Schilling, 1994: 27

¹⁸ Döpcke, *op. cit.*: 107 e 108.

¹⁹ *Idem. Ibidem*: 149, 156 e 157.

diplomáticas e distensão de crises que afloravam na região. De há muito se prenunciava uma guerra de grandes proporções envolvendo potências da Europa e estas, previdentes, intensificavam seus preparativos para o mal que julgavam inevitável.

A deflagração do nefasto conflito se deu a partir da visita do herdeiro do trono austro-húngaro, Arquiduque Francisco Ferdinando, à cidade de Sarajevo, na Bósnia. Francisco Ferdinando, cuja presença não era bem vinda à cidade, pretendia ampliar seu império submetendo a seu domínio os povos dos Bálcãs, o que implicava em destruir o projeto da Grande Sérvia e malograr as pretensões russas na região.

Em 28 de junho de 1914, data bastante significativa para os povos sérvios,²⁰ o Arquiduque Francisco Ferdinando, contrariando seus assessores, decidiu visitar a região onde seus exércitos executavam manobras militares. Mesmo ciente da antipatia dos nacionalistas sérvios à presença de tropas estrangeiras em seu território e sabedor da pouca receptividade da população à sua visita, Francisco Ferdinando abdicou das normas de segurança pessoal. O Príncipe-herdeiro e sua esposa acabaram assassinados por Gavrilo Prinzip, estudante sérvio membro de uma sociedade secreta extremista.²¹

A Áustria-Hungria, alegando necessidade de esclarecimento do assassinio, estabeleceu severas exigências à Sérvia que, para preservar sua soberania, não as pode cumprir integralmente. Insatisfeita com as providências adotadas e com as respostas apresentadas, aquela declarou guerra a esta. Este grave incidente diplomático provocou mobilização de tropas russas nas fronteiras alemãs, em apoio à Sérvia. A Alemanha, vendo neste ato uma ameaça, exigiu que a Rússia se desmobilizasse. A Rússia não retrocedeu e a Alemanha sentiu-se pressionada a tomar uma atitude.²²

Para a Alemanha, enfrentar a Rússia numa guerra naquele momento significava dar à França a oportunidade de desencadear sua revanche pela derrota na Guerra Franco-Prussiana. Segundo seus planos militares (“Plano Schlieffen”), não poderia a Alemanha combater em duas frentes simultaneamente: deveria primeiramente derrotar a França no front oeste para só depois se voltar contra a Rússia no front leste.²³ Para uma vitória rápida

²⁰ Esta data é importante para os nacionalistas porque remonta à dramática batalha de Kosovo, quando os sérvios foram derrotados pelos turcos, em 1389, dando início a uma longa história de sofrimentos. (Keegan, 2003: 60)

²¹ Rodrigues, 1985: 44 e 45.

²² Kissinger, *op. cit.*: 211.

²³ Vizentini, *op. cit.*: 43.

no front ocidental, seria necessário desbordar as fortificações francesas na fronteira, o que implicava em adentrar território da Bélgica, violando sua histórica condição de neutralidade patrocinada pela Inglaterra, para quem era inaceitável a ameaça que representava à Grã-Bretanha a presença militar inimiga em região estratégica tão próxima de seu território insular.²⁴ Adentrando território belga, a Alemanha deu à Inglaterra pretexto para, perante a opinião pública, justificar seu ingresso na luta a favor da França e da Bélgica.²⁵

A guerra deflagrada, devido ao sistema de alianças, rapidamente envolveu as grandes potências que, detentoras de colônias e interesses econômicos ultramarinos, atraíram para o conflito outros povos de distantes regiões do globo. O conflito, a princípio puramente balcânico, tornou-se tipicamente europeu e se expandiu a todos os continentes.

1.2- O contexto brasileiro

Enquanto isto transcorria entre as grandes potências no cenário mundial, o Brasil sofria as conseqüências de seu envolvimento no longo conflito contra o Paraguai. Altas somas, empréstimos e recursos foram drenados para financiar as campanhas militares e o país estava endividado. Escasseou a mão-de-obra para o trabalho nas lavouras cafeeiras, pois escravos foram mobilizados para a composição das forças combatentes nacionais. A produção de café sofreu queda, as exportações diminuíram e o país perdeu divisas. Os escravos ex-combatentes foram alforriados e, como homens livres, em sua maioria, abandonaram o campo para viver nos grandes centros urbanos, principalmente na Corte, como era chamada à época a cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império. O governo teve que se lançar numa campanha internacional para atrair imigrantes para o trabalho no campo, em substituição à mão-de-obra cativa.²⁶ Expandiu-se o movimento abolicionista.

Novos grupos hegemônicos, oriundos da prosperidade da cultura e comércio do café, conquistaram espaço na política nacional desbancando antigas oligarquias. O centro de poder político migrou do nordeste algodoeiro para o sudeste cafeeiro. A Monarquia perdia prestígio e o regime monárquico mergulhava em profunda crise: o imperador D. Pedro II estava velho e sem firmeza no comando da nação; a princesa Isabel, prevista para

²⁴ Carvalho, D., 1971: 98.

²⁵ Proença Jr *et alli*, 1999: 36 a 38.

²⁶ Fausto, 2004: 275.

o suceder no trono, sofria grande influência de seu marido, o francês Conde D'Eu, que gozava da antipatia popular. Crescia a propaganda republicana.

As dificuldades econômicas em que mergulhou o Império em decorrência da abolição da escravatura e dos empréstimos adquiridos para custear a Guerra do Paraguai forçaram o governo a reduzir gastos. Com o orçamento sacrificado, as Forças Armadas sofreram acelerado processo de obsolescência de seus meios e caducidade de seus quadros. Os militares sentiam-se desprestigiados e relegados ao ostracismo, depois dos sacrifícios despendidos nos campos de batalha em defesa do Império. O aviltamento dos soldos tornava a profissão das armas pouco atrativa e seus profissionais se faziam crescentemente receptivos aos ideais positivistas. Os incidentes envolvendo militares se sucediam e o movimento republicano adquiria cada vez mais adeptos.²⁷ Tudo convergia para a deposição da Monarquia.

A Proclamação da República no Brasil se deu sem transtornos para a vida social, política e econômica do país, apesar dos anos iniciais do novo regime terem sido marcados por incertezas. Grupos com diferentes concepções políticas e interesses conflitantes passaram a disputar o poder. Entre os maiores Estados da federação as divergências giravam em torno da prevalência de políticas nacionais favoráveis à valorização de seus respectivos produtos: o café, em São Paulo; derivados do gado, em Minas Gerais; os produtos alimentícios e vinhos, do Rio Grande do Sul. Dentro de cada Estado, grupos se rivalizavam quanto às diferentes concepções políticas que teria a República para melhor atender a seus interesses particulares.²⁸ Passados os festejos pela Proclamação da República, acirraram-se as crises internas que ameaçavam a estabilidade do novo regime.

O Exército, artífice da República, seria seu salvador nos momentos difíceis. Em meio à sucessão de crises que ameaçavam a estabilidade do novo regime, o Congresso Nacional elegeu para Presidente da República o marechal Deodoro da Fonseca. Mas desentendimentos entre o Congresso Nacional liberal e o conservadorismo do Presidente eleito levaram este a dissolver aquele, a 03 de novembro de 1891. Para tanto, Deodoro necessitava do respaldo e da coesão das Forças Armadas, o que não existia. Exército e Marinha divergiam politicamente e tanto num quanto na outra havia rivalidades entre suas

²⁷ Carvalho, 2005: 15.

²⁸ Fausto, 2001: 139.

maiores lideranças. Contrariado, Deodoro renunciou.

Buscando a estabilidade política que garantisse a permanência do regime recém-implantado, o Partido Republicano Paulista firmou acordo com o Vide-Presidente Floriano Peixoto: aquele asseguraria a este a base política para sua permanência no governo, enquanto este garantiria às elites a continuidade do regime republicano. Tal acordo era inconstitucional, pois a Carta Magna vigente estabelecia que, dada a vacância da presidência em período inferior a dois anos de mandato, nova eleição seria realizada. A insatisfação daí decorrente contribuiu para a eclosão da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, e para a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro.²⁹

A Revolta da Armada agravou sobremaneira a situação da Marinha no contexto nacional. Para combater a Esquadra rebelada, Floriano Peixoto adquiriu às pressas, no exterior, navios velhos, em mau estado de conservação, com adaptações improvisadas e tripulação contratada. A Força Naval Legalista, pejorativamente conhecida como “esquadra de papelão”, não combateu em nenhuma batalha digna deste nome, mas a já combalida Armada Nacional sofreu acentuadas perdas.³⁰ A Marinha Brasileira entrou em vertiginosa obsolescência e, ao término da Guerra Civil, em 1895, apresentava força de combate praticamente nula.³¹

Por essa época a Guerra de Canudos ocupou as páginas dos jornais da capital da República e o governo foi pressionado a agir com violência para sufocar o que se dizia ser um movimento rebelde pela volta da Monarquia no Brasil. Canudos, um povoado de fanáticos religiosos, surgido da ocupação de uma fazenda abandonada no sertão do Estado da Bahia, resistiu a quatro expedições militares até ser completamente destruído, em 1897. A Revolta de Canudos foi a circunstância histórica que desagregou o militarismo, esfacelou o ufanismo da filosofia positivista e exibiu o despreparo do Exército Brasileiro.³² Com a Campanha de Canudos, os militares perderam credibilidade e se retiraram de cena, enquanto as elites dos grandes Estados passaram a dar o tom da política nacional.

Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto na Presidência da República, visando ao fortalecimento da base de governo e à obtenção de estabilidade, articulou a

²⁹ Vidigal, 1985: 52.

³⁰ Bandeira, 1978: 144.

³¹ Vidigal, *op. cit.*: 52 e 53.

³² Trevisan, 1985: 19.

“política dos governadores”, que consistia num arranjo maquinado na Câmara dos Deputados para conceder no parlamento a representatividade do grupo dominante de cada Estado, o que fortalecia o Poder Executivo dentro de cada unidade da federação.³³ A política interna se estabilizou e a política externa brasileira teve à frente um estadista, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco.

A política externa brasileira, caracterizada pela instabilidade e falta de diretriz nos primeiros anos do período republicano, adquiriu consistência. Antes, onze ministros haviam se sucedido na chefia da pasta das relações exteriores no período de apenas 13 anos (1889-1902).³⁴ Mas o Presidente Prudente de Moraes nomeou somente dois ministros ao longo de quatro anos, seguido do Presidente Campos Sales, que manteve Olintho de Magalhães como Ministro do Exterior ao longo de todo o seu mandato. Depois disto, o prestígio do Barão do Rio Branco permitiu sua permanência por quase uma década à frente do Ministério, o que assegurou autonomia e continuidade à sua política ao longo de quatro presidências (Rodrigues Alves- 1902 a 1906, Afonso Pena- 1906 a 1909, Nilo Peçanha- 1909 a 1910, e Hermes da Fonseca- 1910 a 1914).³⁵ Como resultado, o Brasil retomou o direcionamento de suas relações diplomáticas.

A gestão do Barão do Rio Branco foi caracterizada pela preservação da soberania nacional, pela solução de questões relacionadas à demarcação de fronteiras, busca da supremacia compartilhada na América do Sul e projeção do país no cenário internacional. A experiência diplomática e o prestígio de Rio Branco o singularizaram na concepção e execução de uma complexa política exterior ao operar com forças e interesses diversos nas questões de demarcação de fronteiras, contemporaneamente às mudanças promovidas pela ascensão dos Estados Unidos à categoria de potência mundial. Consagrou-se como artífice da definição territorial do Brasil e como responsável pela mudança do eixo de relações exteriores do Brasil, de Londres para Washington.³⁶

Esta política de aproximação aos Estados Unidos implicava no alinhamento do Brasil aos preceitos da Doutrina Monroe, segundo a qual competiam aos Estados Unidos zelar pela ordem e manter a paz nas Américas, além de patrocinarem a defesa territorial do

³³ Fausto, 2001: 147.

³⁴ Bueno, 2003: 23.

³⁵ *Idem. Ibidem*: 250 e 251.

³⁶ *Idem. Ibidem*: 253 e 254.

continente americano em face de agressões das potências européias. Mas os países latino-americanos viam com reservas a apregoada boa-vontade norte-americana e o aparente alinhamento incondicional do Brasil a tal política, que contava com a expressa discordância da Argentina. No contexto sul-americano, o Brasil passou a ser visto como representante dos interesses dos Estados Unidos na região. O Barão do Rio Branco, ao promover a aproximação do Brasil aos Estados Unidos, buscava maior liberdade para negociar as questões de demarcação de fronteiras com os países vizinhos, ao mesmo tempo em que destes se aproximava para desfazer suspeições de hegemonia e diluir o poder de discórdia da Argentina.³⁷

Enquanto a diplomacia brasileira buscava a aproximação com os países sul-americanos e entre estas cresciam as interações comerciais, os militares vislumbravam projetos de força com vistas à hipótese de deflagração de conflitos na região. Ao mesmo tempo em que se cumpriam visitas protocolares e de cortesia entre chefes de Estado e se realizavam conferências, buscava-se um equilíbrio de poder na região com a disseminação de idéias de uma guerra emergente, estimulando uma dissimulada corrida armamentista. O Barão do Rio Branco defendia junto ao governo a necessidade premente de organização da defesa nacional.

O ministro da marinha, almirante Júlio César de Noronha, elaborou um Programa de Construção Naval, defendido pelo Deputado Laurindo Pitta no plenário da Câmara como inadiável e de valor inestimável para os destinos da nação, transformando-o na Lei nº 1296, de 14 de dezembro de 1904.³⁸ A este respeito o deputado Barbosa Lima salientava a importância de se ampliar os meios necessários à manutenção da nova esquadra pretendida com a construção de diques apropriados, a aquisição de ferramental, a qualificação e ampliação da mão-de-obra.³⁹

O sucessor de Júlio de Noronha, almirante Alexandrino Faria de Alencar, propôs alterações no programa já aprovado. Sob sua influência, a esquadra projetada por seu antecessor, modesta, mas versátil e balanceada, destinada a se contrapor às esquadras dos países vizinhos, cedeu lugar a uma esquadra de aparência portentosa, com belonaves

³⁷ *Idem. Ibidem:* 193 a 196.

³⁸ Este programa previa a aquisição de três couraçados, três cruzadores, seis contratorpedeiros, seis caça-torpedeiros, seis torpedeiros, um navio transporte de carvão, três submarinos, um navio-escola e a construção de um novo Arsenal de Marinha e um porto militar na Baía de Ilha Grande. (Vidigal, *op. cit.:* 56 e 60).

³⁹ *Idem. Ibidem.:* 58

concebidas para o combate oceânico.⁴⁰ Os recursos destinados à aquisição dos meios de manutenção e apoio da esquadra foram aplicados na construção de navios de grande porte.

Não se percebe neste período uma política de desenvolvimento para a Marinha, nem concordância quanto aos projetos de futuro para a instituição. A cada troca de ministro, mudavam-se as decisões anteriormente tomadas e os projetos adotados eram suspensos para a adoção de alterações substanciais.⁴¹ Com tais alternâncias, a Marinha não apresentava progresso em nenhuma direção definida, permanecendo em continuado processo de atraso tecnológico e administrativo. O programa de renovação dos meios flutuantes e a discussão acerca da construção de um novo arsenal e de uma base naval em locais estratégicos se arrastaram por décadas e o Programa Júlio César de Noronha nunca foi concluído.⁴² Ainda hoje o Brasil não dispõe de um porto militar e de uma base naval à altura de suas necessidades estratégicas. As principais instalações navais se encontram pulverizadas em pequenas ilhas e em reduzidas áreas no entorno da Baía de Guanabara, sufocadas pelo crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro, interligadas por vias de comunicação saturadas ou pouco seguras.

No Exército Brasileiro, as administrações do general Mallet e do general Hermes da Fonseca, mediante apoio do Barão do Rio Branco junto à Presidência da República, promoveram rápido período de revitalização profissional por meio de intercâmbio com o Exército Alemão. Mas a aproximação das lideranças civis com as cúpulas militares despertou na caserna ânimos políticos em detrimento do crescimento profissional. E o Exército foi empregado, sob pretexto da garantia da ordem interna, como instrumento político para a derrubada quase geral de governos estaduais, num movimento que ficou conhecido como “salvações nacionais”.⁴³ Tais intervenções consistiram na renovação dos quadros políticos das antigas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Amazonas,⁴⁴ mediante violenta interferência do governo da União, depondo grupos familiares que se haviam apossado do domínio político dos Estados.⁴⁵

⁴⁰ *Idem. Ibidem.*: 61.

⁴¹ Cascardo, 2005: 94 a 104.

⁴² Silva & Carneiro, 1975 (a): 145.

⁴³ Carone, 1972: 361.

⁴⁴ Silva & Carneiro, 1975 (b): 147 a 166.

⁴⁵ Bello, 1969: 225.

A Marinha e o Exército tornaram a ter suas vulnerabilidades expostas em outros dramáticos acontecimentos. Aquela, durante a Revolta da Chibata; este, na Guerra do Contestado. A Revolta da Chibata, ocorrida em novembro de 1910, foi resultante do sistema anacrônico de seleção e formação de pessoal da Marinha, aliado às regras disciplinares arcaicas e aos excessos do regime de trabalho a bordo dos novos navios da esquadra. A Guerra do Contestado, por seu turno, foi basicamente a repetição, na região limítrofe entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, dos erros cometidos em Canudos, no sertão da Bahia.

A Revolta da Chibata pegou desprevenido o Governo que, diante do clamor público e da repercussão internacional do caso, negociou apressadamente ampla anistia aos revoltosos que ameaçavam bombardear a Capital Federal. Tal desfecho estimulou o levante do Batalhão Naval, no mês seguinte. Neste caso a repressão do Governo foi violenta. Arrolando os participantes da Revolta da Chibata como envolvidos neste segundo incidente, promoveu-se amplo expurgo. Dos 4.000 marinheiros que compunham a Armada Nacional, 1.216 foram excluídos depois de rápido processo investigativo. A 1.068 destes o governo forneceu passagens nos navios do Lloyd Brasileiro para que deixassem a Capital Federal por serem cidadãos “indesejáveis”.⁴⁶ Apesar dos resultados da Revolta da Chibata e do Batalhão Naval, eclodiram ainda na Marinha levantes de menor alcance em 1911-1912, em 1915 e em 1917.⁴⁷

Enquanto no sul o Exército combatia a Revolta do Contestado, na Capital Federal a polícia debelou um movimento sedicioso de cunho político envolvendo 243 dos 600 sargentos que, juntamente com outros 14 praças de graduação menor, “*foram excluídos, por não convir à disciplina do exército sua permanência nas fileiras*”.⁴⁸ A inquietação social e religiosa na região do Contestado, entre 1912 e 1916, provocou uma grande campanha militar lançando o Exército Brasileiro novamente contra pobres e ignorantes apanhados pelo fanatismo e pela injustiça. Na opinião de alguns, tais ações do Exército serviram para dissuadir possíveis aventuras alienígenas contra o território brasileiro.⁴⁹ Se o Exército estava disposto a mover tão longa e árdua campanha em seu território contra seus

⁴⁶ Martins, 1997: 192, 194.

⁴⁷ Carone, *op. cit.*: 372.

⁴⁸ Ministério da Guerra, 1916: 16 e 17.

⁴⁹ McCann, 1982: 62 e 63.

compatriotas, muito mais seria capaz de empreender contra agressores estrangeiros.

Os oficiais do Exército Brasileiro consideravam vulneráveis as fronteiras ao sul do país. O Estado-Maior do Exército concebia, desde sua criação, em 1896, como mais provável hipótese de guerra para o Brasil um confronto com a Argentina. Tal visão tendeu a perdurar quando, em 1910, o adido militar brasileiro em Buenos Aires, major Augusto Tasso Fragoso, escreveu um longo memorando intitulado “*Conjecturas sobre o plano de operações da Argentina contra o Brasil*”, contendo especulações quanto a um plano de mobilização da Argentina na fronteira do Rio Grande do Sul. Segundo esse plano, os argentinos lançariam um ataque com 50.000 homens a partir de Corrientes contra Uruguaiana, Itaqui e São Borja, enquanto mobilizavam outros 50.000 homens como reserva no prazo de um mês.⁵⁰ Em vista das posições importantes que Tasso Fragoso foi conquistando dentro do Exército, as idéias básicas contidas em seu memorando perduraram por décadas.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial encontrou as Forças Armadas brasileiras (Exército e Marinha) em avançado estágio de despreparo, degradação e obsolescência. Ao Exército faltavam instalações, armamentos, efetivos e uniformes. Na Marinha, era deficiente a qualificação técnico-profissional da maruja para operar o instrumental e a aparelhagem de bordo, bem como para a manutenção dos meios flutuantes.⁵¹ O descontentamento dos militares não raro era expresso em revoltas. Para evitar a união dos militares insatisfeitos, tida como ameaça às lideranças civis, não raro uma força era usada para se contrapor à outra. O Exército se equipava contra uma Marinha revolucionária e esta se destinava a conter os arroubos de um Exército revoltoso.⁵²

A política interna brasileira neste período foi marcada por revoltas militares e intervenções. O Brasil buscou o equilíbrio de poder no Cone Sul da América com sua equiparação militar à Argentina e ao Chile. Na política externa, o Brasil se alinhou aos preceitos doutrinários apregoados pelos Estados Unidos, sobressaindo-se em prestígio aos vizinhos sul-americanos para obter respaldo a suas pretensões nas questões de demarcação de fronteiras.

⁵⁰ *Idem. Ibidem*: 57 a 63.

⁵¹ Ministério da Marinha, 1920: 23.

⁵² Calógeras, 1933: 56.

1.3- Fatores influentes

A Primeira Guerra Mundial teve início nos primeiros dias de agosto de 1914, quando a Alemanha declarou guerra à Rússia e invadiu território da França através da Bélgica, arrastando a Inglaterra para o conflito.⁵³ A política de alianças vigente na Europa envolveu em confronto armado potências rivais. O imperialismo, os vínculos econômicos e os interesses comerciais interligando as potências mundiais às diversas regiões do globo atraíram povos de outros continentes para o conflito, antes eminentemente europeu, concedendo-lhe dimensões mundiais.

O Brasil não tinha qualquer projeção geopolítica ou interesse estratégico nas regiões conflagradas. O distanciamento geográfico dos países em conflito, as crises políticas, financeiras e econômicas por que passava, seu atraso tecnológico e industrial e a fragilidade de suas instituições militares, conduziam o Brasil a se restringir à sua política interna e ao contexto regional sul-americano. Vinculava-se às potências européias por interesses comerciais, notadamente devido à exportação de café e à importação de bens manufaturados. O brasileiro comum estava mais preocupado com as conseqüências da grave crise econômica que assolava o país e, nos grandes centros urbanos, debatia-se a sucessão presidencial.⁵⁴ Não havia por parte da população conhecimento suficiente que lhe possibilitasse se posicionar conscientemente a respeito de um conflito na Europa.

Durante a maior parte do conflito, o governo brasileiro declarou sua neutralidade. Porém, o envolvimento emocional de intelectuais e políticos, a intensa participação da imprensa influenciando a opinião pública, as pressões diplomáticas e ingerências econômicas dos Aliados, bem como a intensificação das relações diplomáticas e o crescimento dos interesses comerciais com os Estados Unidos, conduziram o Brasil a uma gradual mudança de posicionamento.

Os fatores determinantes para que a maioria das populações dos grandes centros urbanos do Brasil se posicionasse como simpatizante da causa aliada foram a forte influência cultural francesa e a atuação da imprensa, enquanto veículo de propaganda e formador da opinião pública. Desde o período imperial, as elites brasileiras eram educadas segundo o modelo educacional francês, sendo este idioma bastante familiar nos

⁵³ Rodrigues, *op. cit.*: 49.

⁵⁴ Vinhosa, 1990: 23.

estabelecimentos de ensino do país.⁵⁵ Para consolidar e desenvolver estas simpatias, a Liga Brasileira pelos Aliados, fundada a 07 de março de 1915, promoveu manifestações públicas, redigiu petições para apresentação no Congresso Nacional, organizou protestos contra a Alemanha e arrecadou contribuições para a Cruz Vermelha em auxílio ao povo francês. A Liga contava com a participação de personalidades do porte de Rui Barbosa (político, escritor e orador), Graça Aranha (diplomata e romancista), Antônio Azeredo (presidente do Senado), Pedro Lessa (membro do Supremo Tribunal), Barbosa Lima (deputado federal), Olavo Bilac (poeta), Coelho Neto (escritor) e Félix Pacheco (jornalista), dentre outros.⁵⁶ Com livre acesso aos meios de comunicações, combatiam violentamente os não adeptos da causa aliada.

Eram discriminados como germanófilos todos aqueles que criticavam a política da França e da Inglaterra ou se manifestavam como favoráveis a que o Brasil se mantivesse neutro com relação ao conflito europeu. Dentre estes se destacavam: Dunshee de Abranches (político), Capistrano de Abreu (escritor), Lauro Müller (ministro de Estado), Oliveira Lima (diplomata), Assis Chateaubriand (jornalista) e outros. Advogavam eles que a guerra na Europa era apenas mais uma conflagração baseada em interesses comerciais e, por meio dela, se buscava a manutenção do *status quo* internacional, impedindo-se a ascensão da Alemanha.⁵⁷

A imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República, logo assumiu posicionamento. O *Jornal do Comércio*, tradicional e conservador, e o *A Noite* eram pró-Aliados. O jornal *A Tribuna* era pró-Alemanha. O *Jornal do Brasil* se esforçava para conservar a imparcialidade, mantendo linha editorial independente. A *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* eram jornais populares, tendo este último um tom oposicionista.⁵⁸ Os jornais, por esta época, sendo os únicos veículos de informação disponíveis, transformaram-se em elementos vitais para a formação da opinião pública. Uma das primeiras atitudes da Inglaterra, logo que deflagrada a guerra contra a Alemanha, consistiu em cortar os cabos submarinos de comunicação do Império Alemão com os países de além-

⁵⁵ Tavares, 1979: 203 a 210.

⁵⁶ Vinhosa, *op. cit.*: 24.

⁵⁷ Gouvêa, 1976: 1163.

⁵⁸ Garambone, 2003: 30.

mar.⁵⁹ Cedo os países Aliados passaram a financiar os meios de comunicações como instrumentos para a catequese dos neutros. Por trás dos bastidores da imprensa figuravam os estrangeiros, quase sempre alheios aos interesses do Brasil.⁶⁰

A publicação diária e contínua de matérias tendenciosas, de propagandas e de artigos sob encomenda tornou a Guerra da Europa assunto corrente na sociedade brasileira. Entorpecida por campanhas promocionais, matérias jornalísticas, panfletos, cartazes, canções patrióticas, cerimônias, comemorações, desfiles e comícios, a opinião pública perdeu paulatinamente sua capacidade de exercer o papel cívico da crítica consciente.⁶¹ Pela primeira vez no país, assuntos pertencentes à política internacional despertaram interesse no cidadão brasileiro comum. A Primeira Guerra Mundial figurou como o fato histórico que fez germinar a interação entre comunicação de massa, opinião pública e poder político.⁶²

Durante a primeira metade da guerra, o Brasil ainda conseguiu manter relações comerciais e diplomáticas com os países beligerantes. Porém, a estratégia aliada de arruinar o comércio marítimo das Potências Centrais, exaurindo suas fontes de abastecimento e destruindo os alicerces de sua economia, causaria neste tocante significativa mudança.⁶³ Os principais parceiros comerciais do Brasil na Europa eram a Inglaterra, a França e a Alemanha, nesta ordem. Com a Inglaterra, de onde obtinha empréstimos, investimentos e manufaturas, o Brasil apresentava balança comercial deficitária. Com a França, o Brasil mantinha balança comercial levemente favorável, pois a venda de café era em tal quantidade que superava o total de empréstimos bancários e das somas com importações de artigos de luxo. O comércio do Brasil com a Alemanha era bastante equilibrado, pois as importações de ferramentas, maquinário industrial e produtos químicos eram balanceadas pela exportação volumosa de café. A Alemanha conquistava paulatinamente espaço comercial reduzindo gradualmente a participação da Inglaterra e da França no comércio exterior brasileiro.⁶⁴

A quase totalidade da dívida externa brasileira era oriunda de empréstimos e

⁵⁹ Abranches, *op. cit.*: 20.

⁶⁰ Sodré, 1998: 288.

⁶¹ Ferro, 1990: 192.

⁶² Garambone, *op. cit.*: 34 a 46.

⁶³ Ferro, *op. cit.*: 164.

⁶⁴ Vinhosa, *op. cit.*: 39 e 40.

financiamentos junto a bancos ingleses, principalmente para a construção de ferrovias e para a instalação de sistema de transportes e serviços urbanos. Também da Inglaterra provinham quase metade das importações brasileiras, constituídas, em sua maioria, de produtos têxteis, carvão e equipamentos ferroviários.⁶⁵ A balança comercial do Brasil em relação à Inglaterra era crescentemente deficitária nos anos imediatamente antecedentes à guerra. Neste período, o Brasil passou a importar mais da Inglaterra (de 13.676.000 libras esterlinas, em 1910, para 16.436.000 libras esterlinas, em 1913) e a exportar menos (de 14.581.000 libras esterlinas, em 1910, para 8.623.000 libras esterlinas, em 1913). Porém, ainda que apresentando aumento em valor absoluto, a Inglaterra perdia gradativamente espaço de participação no comércio total do Brasil. Em termos percentuais, neste mesmo período, a Inglaterra apresentou evidentes sinais de declínio. As exportações inglesas, que representavam 28,8% do total das importações brasileiras em 1910, passaram a contribuir com 24,5% em 1913. Do total das exportações do Brasil, a Inglaterra, que recebia cerca de 23,1% em 1910, passou a receber apenas 13,2% em 1913. (Ver Tabela 1, p. 33).

A França passou a importar do Brasil, em valores absolutos, cifras significativamente maiores. As importações do Brasil provenientes da França passaram de 4.539.000 libras esterlinas, em 1910, para 6.571.000 libras esterlinas, em 1913. O mesmo se passou com as exportações. O Brasil, que exportava para a França mercadorias no valor de 5.310.000 libras esterlinas, em 1910, efetuou vendas no valor de 7.992.000 de libras esterlinas, em 1913. Em termos percentuais, no tocante ao comércio total brasileiro, a França representou pequeno crescimento nas importações (de 9,5% para 9,8%) e significativo crescimento para as exportações (de 8,4% para 12,2%), no quadriênio anterior à guerra.

Com a Alemanha o Brasil detinha vantajosa comercialização de café, sendo o porto de Hamburgo o segundo do mundo em movimentação deste produto, perdendo apenas para o Porto de Nova Iorque.⁶⁶ A balança comercial entre Brasil e Alemanha era bastante equilibrada, notando-se apenas em 1913 um pequeno superávit favorável a este país. Nos anos imediatamente anteriores à eclosão da guerra, percebe-se crescimento das relações

⁶⁵ *Idem. Ibidem:* 44.

⁶⁶ *Idem. Ibidem:* 40.

comerciais entre ambos os países, tanto em números absolutos quanto percentuais, nas importações bem como nas exportações.

TABELA 1- COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL COM AS QUATRO POTÊNCIAS BELIGERANTES
(Extrato) (Valor em milhares de libras esterlinas e respectivas porcentagens)

	Grã-Bretanha		França		Alemanha		EUA	
	<i>Imp.</i>	<i>Exp.</i>	<i>Imp.</i>	<i>Exp.</i>	<i>Imp.</i>	<i>Exp.</i>	<i>Imp.</i>	<i>Exp.</i>
1910	13.676	14.581	4.539	5.310	7.607	7.466	6.127	22.858
	28,8%	23,1%	9,5%	8,4%	15,9%	11,8%	12,8%	36,2%
1911	15.343	10.040	4.671	5.228	8.869	9.702	7.045	23.810
	29,0%	15,0%	8,8%	7,8%	16,8%	14,5%	13,3%	35,6%
1912	15.970	8.861	5.710	7.307	10.909	10.84	9.899	29.200
	25,2%	11,9%	9,0%	9,8%	17,2%	14,3%	15,6%	39,1%
1913	16.436	8.623	6.571	7.992	11.737	9.159	10.553	21.103
	24,5%	13,2%	9,8%	12,2%	17,5%	14,0%	15,7%	32,2%
1914	8.436	6.475	2.767	3.826	5.719	4.637	6.622	19.001
	23,8%	14,4%	7,8%	8,2%	16,1%	9,9%	17,5%	40,6%
1915	6.596	6.475	1.486	6.031	458	-	9.651	22.149
	21,9%	12,0%	4,9%	11,2%	1,5%	0,0	32,1%	41,1%
1916	8.228	6.493	2.095	8.899	18	-	15.840	25.831
	20,4%	11,5%	5,2%	15,8%	0,0	-	39,2%	45,7%
1917	7.979	7.811	1.785	8.325	48	-	21.065	28.013
	17,9%	12,4%	4,0%	13,2%	0,1	-	47,3%	44,4%
1918	10.783	6168	2.518	5.564	-	-	18.984	21.287
	20,4%	10,1%	4,8%	9,1%	-	-	35,9%	34,8%
1919	12.737	9.483	2.967	27.267	201	701	37.412	54.079
	16,3%	7,3%	3,8%	21,0%	0,3%	0,5%	47,9%	41,6%
1920	27.197	8.759	6.847	12.850	5.875	6.184	51.939	44.987
	21,8%	8,2%	5,5%	12,0%	4,7%	5,8%	41,5%	41,8%

Fonte: VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira, 1990. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: RJ, p.39 e 40, *Apud Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, Apêndice, p. 1366, 1368, 1369.*

No período antecedente à guerra, as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos apresentaram expressivo crescimento nas importações e flutuação nas exportações, apesar de conservarem médias sempre elevadas favoráveis ao Brasil, tanto em valores absolutos, quanto em termos percentuais. O Brasil importava dos Estados Unidos produtos no valor de 6.127.000 libras esterlinas, em 1910, e passou a comprar mercadorias que totalizavam 10.553.000 libras esterlinas no ano antecedente ao conflito (1913). No auge da guerra, as importações do Brasil provenientes dos Estados Unidos atingiram a cifra de

21.065.000 libras (em 1917). Isto representou um salto de 12,8% para 47,3% nas importações totais do país. Em contra-partida, as exportações brasileiras para os Estados Unidos, no mesmo período, saltaram de 22.858.000 libras (1910) para 28.013.000 (1917), significando um crescimento de 36,2% para 44,4% nas exportações totais do país.

Em suma, no quadriênio antecedente à guerra, a Inglaterra apresentava um quadro de declínio comercial com o Brasil, tanto nas importações, quanto nas exportações. A França detinha em relação ao Brasil situação de pequeno crescimento nas importações e significativo crescimento nas exportações. A Alemanha apresentava uma situação de sólido crescimento comercial com o Brasil, tanto nas importações quanto nas exportações, em números absolutos e percentuais, já superando os índices franceses e ameaçando a posição ocupada comercialmente pela Inglaterra.

Contudo, era com os Estados Unidos que o Brasil detinha a significativa maioria de suas relações comerciais, desde a fase final do Império. Com estes o Brasil alcançou os mais favoráveis índices de sua balança comercial. As importações já eram maiores que as da França, se equiparavam às alemãs e ameaçavam as inglesas. As exportações do Brasil para os Estados Unidos representavam mais que o dobro das exportações do Brasil para a Alemanha, quase o dobro das exportações para a Inglaterra e para a França. Portanto, Estados Unidos e Alemanha incomodavam o comércio da Inglaterra e da França com o Brasil, retirando-lhes divisas.

Com a evolução da então chamada Grande Guerra, as relações comerciais do Brasil com a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos sofreram consideráveis alterações. O comércio brasileiro com a Inglaterra continuou em declínio. As importações da França para o Brasil decresceram e as exportações brasileiras para a França aumentaram. A Alemanha foi praticamente excluída como parceira comercial do Brasil por força da ação de bloqueio da Marinha Britânica. Os governos da França e da Inglaterra desencadearam rigorosa prática intervencionista na política, na diplomacia e na economia do Brasil, configurando inclusive casos de desrespeito à soberania nacional.⁶⁷ Em face do acentuado desgaste das relações diplomáticas e das alterações do comércio entre o Brasil e os países europeus, abriu-se espaço para a presença norte-americana na América Latina, consolidando sua influência e preponderância no comércio exterior brasileiro.

⁶⁷ *Idem. Ibidem:* 43 a 50.

A guerra atingiu fortemente a economia brasileira. O preço dos combustíveis quintuplicou, os custos com materiais de construção e manutenção de ferrovias, locomotivas e navios triplicaram, o custo de vida aumentou em 50% enquanto o preço médio da exportação de produtos agrícolas caiu em quase 30%. Dentro de curto período, o Brasil teve que reduzir drasticamente suas trocas comerciais com três de seus quatro principais parceiros, mingando abruptamente suas receitas das vendas para o exterior, bem como a arrecadação de impostos sobre as importações.⁶⁸ O crescimento das importações provenientes dos Estados Unidos não significava aumento na arrecadação de impostos para o Brasil, porque os produtos americanos obtinham expressiva redução na carga tributária, vantagem conquistada com a ajuda prestada pelos Estados Unidos ao governo brasileiro para sufocar a Revolta da Armada, de 1893.⁶⁹

Para forçar os países neutros a entrarem na guerra contra os Impérios Centrais, os Aliados estabeleceram um bloqueio naval de longo alcance sobre a Alemanha e demais países neutros da Europa, em fevereiro de 1915.⁷⁰ Sob a alegação de que o Brasil comercializava produtos proibidos com os membros da Tríplice Aliança, vários navios mercantes nacionais sofreram abusos por parte das Marinhas e autoridades inglesas e francesas: foram interceptados, tiveram suas rotas alteradas e forçados a aportar em locais não previstos para se submeterem à inspeção; suas cargas foram desembarcadas, vistoriadas, misturadas e, em muitos casos, confiscadas. Tais interferências retardaram em até quatro meses a data prevista para chegada dos navios ao porto de destino e todos os custos portuários ficavam a cargo das companhias brasileiras de navegação ou das empresas brasileiras de exportação.⁷¹ Estes custos encareciam os fretes e as taxas de seguro, levando os exportadores e empresas de navegação a reduzirem suas margens de lucro, aliada à tentativa de aumento do volume exportado como medida compensatória.

Uma compilação dos dados de exportação de mercadorias brasileiras durante a guerra, comparativamente com os registros do ano imediatamente anterior à conflagração, atestam que o volume total das exportações brasileiras cresceu significativamente a cada ano, o mesmo não ocorrendo com os valores arrecadados (Ver Tabela 2, p. 36). O aumento

⁶⁸ *Idem. Ibidem:* 76 e 77.

⁶⁹ Bandeira, *op. cit.:* 143.

⁷⁰ Vinhosa, *op. cit.:* 79.

⁷¹ Cavalcanti, A. 1916: 45 a 48.

do valor das exportações se deu em proporção bem inferior ao crescimento das cargas exportadas.

TABELA 2- QUADRO COMPARATIVO: VOLUME TOTAL EXPORTADO E PREÇOS

Ano	1913	1914	1915	1916	1917	Média
	<i>carga/valor</i>	<i>carga/valor</i>	<i>carga/valor</i>	<i>carga/valor</i>	<i>carga/valor</i>	<i>carga/valor</i>
Volume (Ton)	576.122/ 24.670	623.895/ 19.803	766.009/ 21.752	1.075.923/ 27.152	1.320.741/ 36.832	947.392/ 26.384,75
Café (mil sacas)	13.263/ 40.779	11.270/ 27.000	17.061/ 32.191	13.089/ 29.281	10.605/ 23.052	13.006/ 27.881

Fonte: Silva, Gilvanize Moreira da, 1979. *O Brasil na guerra européia (1914-1918): uma face da dependência nas relações internacionais*. Universidade de Brasília. Brasília: DF, p. 139, Apud *Annaes da Câmara dos Deputados. Sessões de 03 a 18.05.1918 v. II, p. 114-2*.

Em 1917, no auge da guerra, o valor total das exportações aumentou em cerca de 50% em relação ao valor arrecadado no ano de 1913, anterior à guerra, enquanto o volume total exportado cresceu em cerca de 150% no mesmo período. No período analisado, o volume médio exportado cresceu 64,44% comparativamente ao ano antecedente ao conflito, enquanto o valor médio das exportações aumentou 6,95% do valor registrado antes da guerra. Com relação ao café, a média dos volumes exportados durante os anos de guerra foi de 98%, comparativamente à carga exportada no ano imediatamente anterior à conflagração, enquanto o valor médio deste produto no mesmo período foi de apenas 68,37% do valor de antes da guerra. No ano anterior à guerra, cada milheiro de sacas de café valia 3,07 libras esterlinas. Nos anos de beligerância, seu valor médio foi de apenas 2,14 libras esterlinas. O preço do café, durante os anos de guerra, sofreu queda média de 31,73% de seu preço de antes da guerra. Quanto aos demais produtos, o valor médio da tonelagem de mercadoria, que no ano anterior à guerra era de 0,04 libra esterlina, caiu para 0,02 libra esterlina, reduzindo-se à metade. Ressalte-se ainda que o café, em 1913, contribuiu com cerca de 62,3% do valor total dos produtos exportados, e nos anos de beligerância apresentou média de participação de 51,37% do total destes valores.

O Brasil exportou cada vez mais produtos durante a guerra, mas com queda acentuada nos preços, ao mesmo tempo em que importava cada vez menos produtos industrializados da Europa a preços majorados. Para apresentar tão significativo acréscimo de volume exportado (quase 230%), o Brasil teve que aumentar a quantidade de viagens marítimas. Desta forma, o comércio externo brasileiro foi verdadeiramente prejudicado pela

política de desvalorização de produtos primários, e não tanto pela guerra submarina alemã, como geralmente se afirma.

Nota-se igualmente que diversos gêneros alimentícios (carne congelada, charque, açúcar, arroz, cacau, farinha de mandioca e milho) apresentaram expressivo aumento de volume exportado e, por vezes, acréscimo considerável de preço, mas suas contribuições em valor agregado eram ainda bem inferiores aos valores obtidos com a exportação do café, que ocorria em volume muito superior. Tais dados realçam a contribuição prestada pelo Brasil durante a guerra, enquanto fornecedor de alimentos, exibindo ainda o peso representativo do café para a economia nacional, tanto em volume exportado quanto em valor arrecadado. (Ver Tabela 3, p. 38).

A Inglaterra ainda proibiu deliberadamente a exportação do café brasileiro para os países escandinavos sob a alegação de ser mercadoria com destinação às tropas inimigas, depois de intermediado comercialmente por países europeus, fato plenamente lícito à luz do direito vigente (Convenção de Londres de 1909), mas que os ingleses deliberadamente contrariavam. Para cada oito navios destinados aos portos neutros da Escandinávia, sete foram sistematicamente desviados pela Marinha Inglesa. Só no primeiro semestre de 1915, 2.132 navios sofreram controle e inspeção pelo War Trade Department, de Londres.⁷² Foi de tal sorte o golpe comercial sofrido que o volume de café brasileiro comercializado com os países escandinavos reduziu-se das 700.000 sacas anuais de antes da guerra para apenas 25.000 sacas em 1916 (um trinta avos da média normalmente comercializada).⁷³

Posteriormente, alegando pouca disponibilidade de espaço em seus navios para o transporte de mercadorias de primeira necessidade para os esforços de guerra, a Inglaterra proibiu a importação de café. Em seguida, na Conferência Econômica dos Aliados em Paris, lançou a *statutory list* (ou “lista negra”) proibindo o comércio com os súditos (cidadãos ou firmas) dos países inimigos, medida que trouxe sérios problemas à economia interna do Brasil, onde eram bastante expressivos os investimentos do capital alemão.⁷⁴

Para a fiel observância das restrições impostas pela lista negra, os cônsules britânicos tiveram aqui atuação exacerbada extrapolando em suas atribuições, atentando

⁷² Ferro, *op. cit.*: 166.

⁷³ Vinhosa, *op. cit.*: 51.

⁷⁴ *Idem. Ibidem*: 57 e 58.

contra a soberania do Brasil, o que levou o Itamaraty a protestar com veemência.⁷⁵ As

TABELA 3- COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL – EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS
Meses de janeiro a dezembro de 1913 a 1917

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE					VALOR POSTO A BORDO EM £ 1.000				
		1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917
Carne congelada	t	-	-	8.514	33.561	66.452	-	-	310	1.414	3.184
Charque	t	21	139	2.265	7.122	4.156	1	8	109	671	1.568
Manganês	t	122.300	183.630	288.671	503.180	532.855	181	278	536	1.478	3.061
Algodão	t	37.424	30.434	5.288	1.071	5.041	2.305	1.864	287	120	793
Açúcar	t	5.371	31.875	59.170	54.438	131.509	65	373	759	1.306	3.625
Arroz	t	51	4	15	1.315	42.590	2	-	-	28	1.262
Cacau	t	29.759	40.767	44.980	43.720	55.622	1.594	1.901	2.894	2.500	2.536
Café (mil sacas)	s	13.268	11.270	17.061	13.089	10.605	40.779	27.000	32.191	29.281	23.052
Farinha de Mandioca	t	4.867	5.063	4.692	5.370	18.498	47	36	43	67	278
Feijão	t	6	4	304	45.817	93.428	-	-	5	689	2.159
Milho	t	-	3	-	4.933	24.047	-	-	-	40	210

FONTE: SILVA, Gilvanize Moreira da, 1979. *O Brasil na guerra européia (1914-1918): uma face da dependência nas relações internacionais*. Universidade de Brasília. Brasília: DF, p. 139, Apud *Annaes da Câmara dos Deputados. Sessões de 03 a 18.05.1918, v. II, p. 114-2*.

restrições das listas negras teriam plena vigência em território inglês, nas suas colônias e sobre empresas e cidadãos britânicos, mas sua aplicação no Brasil somente se daria se o Presidente da República tivesse firmado acordo com o governo inglês a este respeito, depois da aprovação do Congresso Nacional. Como tal não ocorreu, a aplicação da *statutory list* em território brasileiro, contra empresas nacionais ou empresas não britânicas aqui instaladas, se constituiu em explícito caso de desrespeito à soberania nacional.

A população brasileira dos grandes centros urbanos se envolveu emocionalmente com as questões relacionadas ao conflito europeu devido à influência da cultura francesa na formação da intelectualidade e das elites políticas nacionais. A imprensa teve atuação marcante na formação da opinião pública. Sob pressões diplomáticas e econômicas da França e da Inglaterra, as lideranças políticas e empresariais do Brasil foram gradualmente

⁷⁵ *Idem. Ibidem: 53 e 54.*

compelidas à adoção de posicionamento parcial na guerra, em favor da causa aliada.

1.4- A entrada do Brasil na guerra

Enquanto a guerra castigava a economia dos países beligerantes, favorecia a economia norte-americana. O conflito afetou a produção industrial na Europa, reduziu as trocas comerciais e o fluxo de divisas, drenando altas somas e recursos para o esforço de guerra. Os Estados Unidos passaram, então, à condição de grandes fornecedores para a Europa e para os países com os quais esta outrora comercializava. Em pouco tempo converteram-se de devedores em credores mundiais.

O presidente norte-americano Woodrow Wilson, apesar de idealista em seus esforços para restabelecer a paz na Europa e para conservar a neutralidade dos Estados Unidos na guerra, era bastante pragmático no tocante aos interesses envolvidos no conflito.⁷⁶ Intensificou as relações comerciais e diplomáticas com países beligerantes e neutros, somente rompendo relações com a Alemanha quando esta declarou guerra submarina irrestrita ao comércio aliado. Diante do prejuízo que esta medida traria ao comércio norte-americano, dos riscos de perda de seus investimentos na Europa e de inadimplência dos empréstimos concedidos aos Aliados, os Estados Unidos declararam beligerância ao Império Alemão.

O Brasil seguiu os passos adotados pelos Estados Unidos na Guerra Européia, valendo-se dos mesmos argumentos, ainda que dentro de razoável defasagem no tempo. Para sair da situação de neutralidade e alcançar a de beligerância, o Brasil passou antes pelo estágio de rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, pela quebra de neutralidade em favor dos Estados Unidos, seguida da quebra de neutralidade em favor dos Aliados. Em cada uma destas fases, destacam-se alguns fatores como determinantes para a mudança à etapa seguinte.

A versão oficial assevera que o Brasil ingressou na guerra devido ao afundamento de seus navios mercantes por submarinos alemães. Porém, tal motivo não teria sido forte o bastante para justificar decisão de tal magnitude. A tonelagem e o valor das mercadorias brasileiras afundadas por submarinos alemães eram de pequena monta, relativamente ao volume e valor totais comercializados anualmente pelo Brasil, que já havia tido grandes

⁷⁶ LaFeber, 1994: 302 e 303.

volumes de cargas e valores apreendidos em portos da Inglaterra e da França pelo *War Trade Department*, sem que tais ações tivessem sido motivo para declaração de beligerância. O número de três navios mercantes afundados (*Paraná, Tijuca e Lapa*) também não teria sido motivo justo para o ingresso do Brasil numa guerra européia. A Argentina, em decorrência do afundamento de idêntico número de seus mercantes, suspendeu as viagens à Europa. A Noruega, país eminentemente marítimo, decidiu, a despeito dos riscos, manter em operação suas linhas de navegação. Veio a perder mais da metade de sua frota mercante, afundada por submarinos alemães, mas conservou sua neutralidade, preferindo recorrer à diplomacia para reaver seus prejuízos ao final do conflito.⁷⁷ A quantidade de navios brasileiros afundados era pouco expressiva, se comparada ao total da frota mercante nacional. Estas perdas poderiam ter sido negociadas sem o recurso à guerra, mormente quando nossa diplomacia já havia adquirido tradição e reconhecimento de eficiência na solução pacífica de crises, e a Alemanha oficialmente se prontificara a negociar as reparações dos danos decorrentes destes sinistros.

Ao governo brasileiro, portanto, pode-se imputar ao menos imprudência por estes acidentes marítimos ao permitir que navios mercantes nacionais navegassem por regiões sabidamente sob bloqueio naval, nas quais havia grandes riscos de torpedeamento por submarinos. Ainda que discordante da declaração de bloqueio alemão quanto à sua extensão, à sua duração, meios a empregar e à ausência de restrições,⁷⁸ teria sido recomendável, além de apresentar veementes protestos diplomáticos, deixar ao país importador o ônus do transporte da mercadoria adquirida ou adotar rotas de navegação alternativas comprovadamente seguras.

Nesse aspecto, o Ártico despontou como importante por suas rotas comerciais interligando o continente americano à Europa, através dos portos de Arkhangelsk e Murmansk, na Rússia. A partir desta época, cresceu a importância estratégica da região tornando-se intensas ali as explorações científicas, com instalações de bases de pesquisas para estudos geográficos e meteorológicos, de topografia costeira e prospecção mineral, com construções de campos de pouso e ancoradouros. A rota marítima do norte se transformou numa via segura para a navegação mercantil.⁷⁹

⁷⁷ *Jornal do Comércio. O Brasil na Guerra*. Edição de 10/11/1917, p. 3

⁷⁸ Ministério das Relações Exteriores, 1917: 15 a 17.

⁷⁹ Castro, 1971: 97.

Estando a guerra na Europa estagnada em terra, buscou-se sua definição pelo desequilíbrio de forças no mar. Depois da Batalha Naval da Jutlândia, a Marinha Alemã, que obteve uma vitória tática (pelas perdas materiais e humanas infligidas à Inglaterra), mas sofreu uma derrota estratégica (pela incapacidade de doravante enfrentar a Marinha Britânica num combate franco),⁸⁰ recolheu-se a seus portos e limitou-se a operar no Mar Báltico.⁸¹ Recorreu à arma submarina, como inovação tática e surpresa estratégica.⁸²

As demais marinhas revelaram perplexidade e despreparo em se adaptar à nova modalidade de guerra no mar, onde as normas para emprego bélico de navio de superfície não eram aplicáveis aos submarinos. A iniciativa dos ingleses, seguidos pelos demais Aliados, consistiu em intensificar campanha publicitária contra a guerra submarina condenando-a perante a opinião pública, ao mesmo tempo em que determinava a seus mercantes atacarem incontinenti todo submarino alemão.⁸³ Com isto, a Inglaterra desejava incutir na população leiga a idéia errônea de que os submarinos alemães deviam se comportar como navios de superfície durante um bloqueio naval, o que anulava seu valor como arma de ataque.

A Alemanha já havia decretado bloqueio submarino em duas oportunidades em resposta ao bloqueio aliado, decretado desde o início do conflito.⁸⁴ O clamor da opinião pública e os protestos diplomáticos, no entanto, a levaram a flexibilizar as restrições tornando o bloqueio permeável e ineficaz. Tendo frustrada sua tentativa de encetar negociações de paz com seus beligerantes, em dezembro de 1916, a Alemanha viu-se forçada a lançar um bloqueio submarino irrestrito no começo do ano seguinte (31 de janeiro de 1917). O governo alemão, em telegrama ao Presidente do Brasil, Wenceslau Brás, lamentava os prejuízos e transtornos por ventura causados aos interesses brasileiros em decorrência do bloqueio submarino. Antecipava que, em ocorrendo algum sinistro a navios brasileiros por ações da marinha alemã, aquele governo se disporia a discutir diplomaticamente as medidas reparadoras, conforme já vinha procedendo com outros países. Alertava ainda para a necessidade de avaliar as causas dos futuros sinistros, não se atribuindo a culpa antecipadamente à Alemanha, porque também os Aliados haviam

⁸⁰ Keegan, *op. cit.*: 287.

⁸¹ Ferro, *op. cit.*: 164-165.

⁸² Humble, 1974: 17.

⁸³ Vinhosa, *op. cit.*: 99 a 102.

⁸⁴ Stevens & Westcott, 1958: 450, 452.

lançado minas em profusão no Mar do Norte. O embaixador alemão concluía a nota justificando ser o bloqueio a alternativa indispensável à sobrevivência de seu país, cuja população civil já amargava fome e miséria.⁸⁵

Recebida a nota do governo alemão, o chanceler Lauro Müller primeiro confabulou com o senhor Alexander Benson, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América no Brasil. Este remeteu nota ao governo brasileiro em 05 de fevereiro de 1917, que respondeu à nota do governo americano em 08 de fevereiro de 1917:

“(...) devo, por minha vez, confirmar pela presente a participação verbal que tive ocasião de fazer a V.S., de que o Governo Brasileiro, em resposta à nota que recebeu do da Alemanha, anunciando o bloqueio do litoral dos países [sic] inimigos, declarou não reconhecer por várias razões semelhante bloqueio como effectivo [sic] e protestar contra elle [sic] e suas conseqüências.”⁸⁶

A resposta do governo brasileiro à nota do governo alemão foi assinada no dia seguinte, a 09 de fevereiro de 1917.

Mesmo ciente dos riscos que corriam os navios que trafegassem pelas áreas sob bloqueio, o Governo do Brasil permitiu a partida do vapor *Paraná*, conduzindo café com destino ao porto de Havre, na França. Este navio sofreu explosão por volta das 23 horas e 30 minutos do dia 03 de fevereiro de 1917, a 10 milhas de Barfleur, litoral da França, soçobrando na madrugada do dia 04 de fevereiro de 1917, quando pereceram três marinheiros.⁸⁷

Com base em alguns indícios, sem evidências concretas, o comandante do navio assegurou ter sido um submarino alemão o causador do afundamento. O governo brasileiro preveniu que qualquer outro incidente envolvendo mercantes nacionais agravaria as relações entre os dois países. Insistiu junto ao governo alemão para que houvesse para o Brasil a concessão de “*que nenhum navio brasileiro fosse atacado em qualquer mar, sob pretexto algum, mesmo o de conduzir contrabando de guerra*”.⁸⁸ Tal imunidade, além de impraticável, era inaceitável. Era impraticável porque a Inglaterra há muito se valia da perfídia de usar bandeira neutra em seus navios como artifício para burlar o bloqueio alemão; inaceitável porque esta exceção, se concedida ao Brasil, abriria precedente a que

⁸⁵ Ministério das Relações Exteriores, 1917: 11.

⁸⁶ *Idem. Ibidem*: 22.

⁸⁷ Vinhosa, *op. cit.*: 109.

⁸⁸ Ministério das Relações Exteriores, 1917: 19.

outros países também a reivindicassem, o que tornaria o bloqueio novamente ineficaz. Diante destas circunstâncias, as tentativas de furar o bloqueio submarino alemão fatalmente levariam a outros sinistros.

Assim como os Estados Unidos, o Brasil também procurou, a princípio, manter-se neutro com relação ao conflito na Europa.⁸⁹ Porém, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a Alemanha em face dos prejuízos que a guerra submarina irrestrita causaria aos seus negócios. O presidente Wenceslau Brás, em conferência com o ministro Lauro Müller, expressou que o Brasil, “*em qualquer evento*” relativo ao conflito europeu, apoiaria “*a ação dos Estados Unidos*”. Lauro Müller retrucava:

“*O argumento dos oradores nas praças públicas é sempre o mesmo: o Brasil tem de seguir o exemplo dos Estados Unidos. Isto significa tornarmos nossas as opiniões dos Estados Unidos. Mas um povo independente governa-se por si. (...) Muito e preciosamente vale a força extrínseca que vem do apoio amigo; ela, porém, não se fixa duradouramente sobre (...) as nações que se subalternizam (...) na dobrez pasmada de um culto subserviente por alheias grandezas*”.⁹⁰

Na opinião de Domício da Gama, encarregado da embaixada brasileira em Washington, o Brasil passaria à História como um país que abandonou sua neutralidade para seguir os ditames dos interesses norte-americanos, o que seria diplomaticamente injustificável, politicamente inconveniente e ainda uma leviandade, em vista da precipitação com que se procedia sob influências sentimentais.⁹¹

Os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha no dia 06 de abril de 1917, ao perceberem que a saída da Rússia da guerra estava liberando tropas alemãs do *front* oriental para reforço do *front* ocidental, o que desequilibrava o quadro de forças na Europa alterando o rumo dos acontecimentos com a vantagem na guerra pendendo notoriamente para a Alemanha, cuja vitória significava incerteza quanto ao pagamento das dívidas contraídas pelos Aliados junto aos norte-americanos.⁹²

Em vista do afundamento do vapor *Tijuca*, a 04 de abril de 1917, o Brasil rompeu relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha, em 11 de abril de 1917. A imprensa norte-americana divulgou que o Brasil seguiria “*os passos*” dos Estados Unidos numa declaração de guerra à Alemanha,⁹³ o que de fato ocorreu, porém com certo lapso de

⁸⁹ Vinhosa, *op. cit.*: 105.

⁹⁰ Konder, 1982: 50 e 51.

⁹¹ Bueno, *op. cit.*: 458 e 459.

⁹² Isnenghi, 1995:113, 114, 119.

⁹³ Vinhosa, *op. cit.*: 109 e 110.

tempo. Lauro Müller remeteu nota ao Sr. A. Pauli, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (E.E.M.P.) de sua Majestade o Imperador da Alemanha e Rei da Prússia, participando o grande pesar com que o presidente da República do Brasil reconhecia sentir-se compelido a suspender as relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha.⁹⁴ O governo brasileiro se dizia aberto às negociações com vistas ao bom entendimento e à paz com o Império Alemão, todavia reconheceu a perda de objeto na presença de autoridades diplomáticas de um Estado noutro e promoveu o regresso destes a seus países de origem.⁹⁵ Paradoxalmente, o Brasil se pronunciava acessível ao entendimento e às negociações ao mesmo tempo em que excluía o canal diplomático, o mais tradicional e eficiente meio de comunicação entre os governos.

Alvo de críticas por parte da imprensa, pressionado pela opinião pública e posto sob suspeição por sua ascendência germânica, Lauro Müller renunciou ao cargo de ministro das Relações exteriores a 03 de maio de 1917. Dois dias após sua renúncia foi empossado no cargo o Doutor Nilo Peçanha, representante da política fluminense na Convenção de Taubaté (1906). Nilo Peçanha era adepto da causa aliada e admirador de Rui Barbosa, com quem confabulou antes de assumir a nova função. O novo ministro fez de Rui seu conselheiro supremo, a quem homenageou com a inauguração de um busto na galeria do Palácio do Itamaraty.⁹⁶ Com Nilo Peçanha o Brasil adotou radical mudança de postura face à guerra européia.⁹⁷

Nilo Peçanha logo evidenciou sua intenção de dar novos rumos à política externa brasileira. Menos de uma semana após sua posse, a 10 de maio de 1917, enviou telegrama a Washington declarando a intenção de aproximação estreita entre o Brasil e os Estados Unidos, inclusive com a quebra de neutralidade, desde que o Brasil recebesse certas garantias e compensações em troca de seu apoio à causa aliada.⁹⁸ Ao mesmo tempo Nilo Peçanha negociou com a Inglaterra a exclusão do café da “lista negra”, o que traria divisas para o país e lucros para a oligarquia cafeicultora.

Aproximando-se da potência que melhor atendesse seus interesses, o governo brasileiro revogou sua neutralidade no conflito europeu em favor dos Estados Unidos da

⁹⁴ Ministério das Relações Exteriores. 1917: 36.

⁹⁵ Vinhosa, *op. cit.*: 112.

⁹⁶ *Idem. Ibidem*: 76 a 86.

⁹⁷ Bueno, *op. cit.*: 460.

⁹⁸ Vinhosa, *op. cit.*: 86 e 87.

América a 1º de junho de 1917, com justificativa na “*solidariedade continental*”, na soberania que a Doutrina Monroe conferia às nações do continente americano, fundamentada na “*tradicional amizade*” reinante entre os dois países.⁹⁹ Com a revogação da neutralidade, o governo brasileiro abriu seus portos aos navios de guerra das nações aliadas, recebendo com festas uma esquadra americana na cidade do Rio de Janeiro, onde se promoveu um desfile militar a 04 de julho, Dia da Independência dos Estados Unidos,¹⁰⁰ quando foi decretado feriado nacional: para a opinião pública, uma demonstração de amizade; no campo diplomático, cordial acolhida; e na esfera política, subserviência.

O Brasil tornou a intensificar seu tráfego marítimo para a Europa em outubro de 1917, ocasião em que teve o vapor *Macau* torpedeado, a 18 daquele mês. O governo brasileiro tinha agora motivo para justificar, perante a opinião pública nacional e a História, seu ingresso na guerra. Uma semana depois, a 25 de outubro, o Presidente da República solicitou e, na noite seguinte, em sessão secreta, o Congresso Nacional decretou sanção presidencial com “*reconhecimento do estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil*”. A imprensa, contudo, já pela manhã divulgava o resultado dos trabalhos dos congressistas onde se registrou um único voto discordante, o do senador Joaquim Pires, do Estado do Piauí, que advogava a inconstitucionalidade daquela decisão, afirmando haver outros parlamentares de pensamento idêntico ao seu, mas que se eximiam de pronunciar-se para preservar suas imagens perante a opinião pública, naquela ocasião vivamente influenciada pela imprensa.¹⁰¹ Note-se a inexistência de declaração formal de guerra entre Brasil e Alemanha. O documento foi redigido segundo artifício retórico de Rui de Barbosa, pelo qual se reconhecia que as ações da Marinha Alemã eram atos típicos de guerra aos quais o Brasil se dava o direito de responder à altura.

O Governo Brasileiro firmou acordo com os governos dos países Aliados adotando, em decorrência, a resolução de colaborar efetivamente no esforço de guerra. A 03 de novembro de 1917 o Presidente Wenceslau Braz expediu mensagem ao Presidente dos Estados Unidos na qual declarava ter o Brasil a honra de cooperar, em completa solidariedade e perfeito acordo com a República irmã, ao lado de outros aliados, na guerra

⁹⁹ Bueno, *loc. cit.*

¹⁰⁰ Bandeira, *op. cit.*: 198.

¹⁰¹ Vinhosa, *op. cit.*: 124 a 126.

contra a Alemanha, para garantir os altos interesses da humanidade¹⁰²

O Brasil não era parte ativa nas disputas imperialistas entre as potências européias. Também não tinha interesses estratégicos ou geopolíticos no continente europeu. As sucessivas crises por que passava o país levava o povo a se preocupar prioritariamente com sua política interna. Porém, a influência cultural francesa na formação da intelectualidade brasileira despertou simpatias pela causa aliada e a imprensa nacional movimentou a opinião pública. As pressões diplomáticas e econômicas da França e da Inglaterra conduziram a classe dirigente brasileira à adoção de posicionamento parcial no conflito. As vantagens e garantias políticas, econômicas, diplomáticas e militares com que o governo norte-americano acenou às lideranças brasileiras, a opinião pública favorável à causa aliada e a ideologia da solidariedade pan-americana foram decisivas para que o governo brasileiro se declarasse aliado dos Estados Unidos, em associação aos países da Tríplice Entente, na guerra contra a Alemanha. As “forças profundas” pressionaram as classes dirigentes a uma suposta “decisão boa”, geradora de resultados produtivos e duradouros para o país.¹⁰³

¹⁰² Ministério das Relações Exteriores. 1917: 160.

¹⁰³ Duroselle, 2000: 224 e 233.

CAPÍTULO II

OS MILITARES E A DIPLOMACIA

“Vivemos completamente alheios de nossa vida, de nossa Pátria(...) O brasileiro que pensa e lê vive uma vida estrangeira, afrancesada [sic.](...) Apaixona-se pelos sucessos que se dão na Velha Europa e despreza os fatos que aqui se desenrolam.” (Silveira, Paulo – *Apologia do Cynismo*, Rio de Janeiro: Jornal O Paiz, edição de 03/05/1914, p.3).

2.1- O Brasil na Guerra Européia

No Brasil, como nos demais países da América do Sul, o comércio marítimo internacional era o “*aparelho respiratório*”. A economia, a estabilidade da política interna e a condução da política externa dependiam da exportação de seus produtos primários. Asfixiado economicamente pelo bloqueio naval inglês e pelas listas negras, influenciado internamente pela opinião pública e pressionado externamente pelas grandes potências, o governo do Brasil vislumbrou a entrada na guerra em favor dos prováveis vencedores como a alternativa para superar estas restrições. Com efeito, mediante tal decisão o Brasil viu se intensificar suas relações comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos, França e Inglaterra, que doravante buscavam maior entendimento nos campos político, diplomático, militar e, principalmente, econômico, em torno da colaboração a ser prestada pelo Brasil no esforço de guerra.¹⁰⁴

Para os Aliados, a melhor contribuição do Brasil na guerra consistia em evitar a importação de artigos essenciais e aumentar consideravelmente a exportação de gêneros de primeira necessidade. Nesse tocante, o Brasil reduziu o consumo de carvão, buscou substitutos para o trigo, desestimulou o consumo interno de gêneros de primeira necessidade elevando seus custos e priorizou a exportação destes itens, mesmo que sob reduzida margem de lucro ou mediante alguma desvantagem.¹⁰⁵ O Brasil sofreu desabastecimento e inflação em benefício de um surto na exportação de alimentos.¹⁰⁶

As restrições aos interesses alemães no Brasil se deram mediante a suspensão de contratos do governo com firmas alemãs, o seqüestro de bens de pessoas jurídicas, a proibição de alienação de bens de súditos do Império Alemão, a liquidação de empresas

¹⁰⁴ Vinhosa, *op. cit.*: 122, 158, 159, 177 e 190.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem*: 134 a 136.

¹⁰⁶ Bandeira *et alli*, 1967: 36, 42, 47 a 49.

alemãs com o recolhimento do produto ao Tesouro Nacional, redução e extinção das atividades bancárias alemãs no Brasil, proibição de entrada e expulsão de estrangeiros contrários aos interesses do Brasil e internação de súditos alemães em campos de concentração.¹⁰⁷

Em face das perdas de mercantes por afundamento na guerra submarina, tornou-se grande a procura por este tipo de navios. O Brasil aliviou a pressão sobre o Tesouro Nacional através de acordo comercial com a França por meio do qual foram fretados a este país os 30 melhores navios mercantes alemães, dentre todos os apresados em portos brasileiros, em contrapartida ao pagamento de 110 milhões de francos, à venda de 100 milhões de francos em produtos nacionais, além da venda 2 milhões de sacas de café.¹⁰⁸ A principal contribuição brasileira no conflito se deu no campo econômico, mas a abordagem mais detalhada deste aspecto foge ao escopo do presente trabalho, que prima pelo estudo da participação político-militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

2.2- A participação militar do Brasil

A participação militar brasileira na guerra estava a princípio descartada, em razão da conhecida fragilidade desta expressão do poder nacional. Porém, a necessidade de contribuir com o esforço bélico aliado na tentativa de justificar sua pretensão de se posicionar entre as grandes potências nas conferências de paz levou o Brasil a adotar diversas iniciativas subsidiárias, a saber: abertura dos portos nacionais à Esquadra Americana, patrulhamento conjunto pelas Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos no Atlântico Sul, envio de uma divisão naval para colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana, envio de um grupo de aviadores para treinamento na Inglaterra, envio de uma comissão para observação das operações de guerra e avaliação de material bélico na Europa, além de uma missão médica em assistência à população francesa.¹⁰⁹

Os meios militares e diplomáticos do Brasil e da França cogitaram do envio de tropas brasileiras para combater na Europa, fruto de especulação da imprensa inglesa a partir de declarações do ministro Fontoura Xavier, chefe da Legação Brasileira em Londres, o qual ainda propôs à Sua Majestade o emprego de tropas brasileiras na Mesopotâmia em

¹⁰⁷ Franco, 1976: 686 a 688.

¹⁰⁸ Vinhosa, *op. cit.*: 133.

¹⁰⁹ *Idem. Ibidem*: 179.

auxílio aos ingleses que ali sofriam sérios reveses. Os jornais ingleses e norte-americanos alardearam que o Brasil estaria apto a contribuir com 500.000 combatentes para a luta na Europa.¹¹⁰ Cálculos mais realistas estimavam que, tomando por base sua população de cerca de 25 milhões de pessoas, o Brasil poderia compor uma força expedicionária de 120.000 a 150.000 homens.¹¹¹

A este respeito o major Malan D'Angrogne, adido militar do Brasil na França, escreveu: “(...) *refiro-me incidentemente à indiferença com que foi recebida a entrada do Brasil na guerra. Ninguém se ilude com o concurso que podemos prestar: por enquanto, sob o ponto de vista militar, é nulo*”.¹¹² O coronel Tasso Fragoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República, dizia não saber a razão destas especulações, mas, avaliando a índole do governo, podia asseverar: “(...) *não irá à França um único soldado do Brasil*”. Explicava que os desentendimentos aqui eram muito evidentes. Vivia-se uma fase de transição pela troca de governo e tudo estava em compasso de espera. E quanto aos encargos do futuro Ministro, acrescenta: “*Quem for para a pasta da Guerra terá sobre os ombros tarefa difícil: há muita coisa nova a fazer, e muita coisa feita que é preciso destruir impiedosamente*”.¹¹³

As Forças Armadas brasileiras, em termos de poder de combate, eram uma nulidade: arsenais desaparelhados, pessoal improdutivo, quartéis depauperados, navios inoperantes, falta de equipamentos, ausência de instrução.¹¹⁴ As seguidas gestões de reduzidos orçamentos e de baixa eficiência administrativa converteram o Exército e a Marinha em instituições atrasadas e decadentes. Assim se expressou o ministro João Pandiá Calógeras em seu relatório confidencial ao presidente eleito Rodrigues Alves:

*“O governo atual (...) assumiu a tremenda responsabilidade, em plena guerra, de preparar nosso Exército para intervir na batalha. (...) Pois bem, tal compromisso faliu miseravelmente. (...) De preparo profissional só se cogita em discursos vazios (...) Em entrevista não contestada declarou o Ministro da Marinha que, “dada a ordem de mobilização, em uma hora a Esquadra, pronta e com todos os sobressalentes precisos, poderia puxar fogos e sair barra a fora no desempenho de sua missão”. Há disso já oito meses e ela ainda permanecia, a poucos dias, em portos brasileiros, impossibilitada de se mover”.*¹¹⁵

¹¹⁰ *Idem. Ibidem:* 66 e 161.

¹¹¹ Calógeras, *op. cit.:* 125.

¹¹² Malan, 1977: 172.

¹¹³ Araripe, 1960: 386 e 387.

¹¹⁴ Calógeras, *op. cit.:* 55, 109, 112 e 116.

¹¹⁵ *Idem. Ibidem:* 35 e 59.

Com tão inexpressivo poder militar, além da contribuição de cunho econômico, fornecendo gêneros alimentícios e produtos minerais, cedendo aos Aliados navios mercantes alemães apresados, esperava-se do Brasil influência política sobre os demais países sul-americanos atraindo-os para a causa aliada. Mas tais ações seriam insuficientes para conferir ao Brasil o necessário destaque internacional que lhe assegurasse participação nas conferências a serem realizadas, uma vez firmada a paz. Supunha-se que uma colaboração mais incisiva na peleja, com presença no teatro de operações, abriria ao Brasil as portas do seletivo grupo que traçaria os rumos das relações internacionais.¹¹⁶ Conforme criticou João Pandiá Calógeras, seria vexatório ao Brasil deixar as dores e os sofrimentos da luta para os Aliados e querer para si tão somente o usufruto das glórias e os lucros na paz.¹¹⁷

O Dr. Olinto de Magalhães, representante do governo brasileiro na Conferência Interaliada que se realizou em Paris entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917, ofereceu uma divisão naval para colaborar com o esforço de guerra aliado nos mares europeus.¹¹⁸ A 21 de dezembro de 1917, o Itamaraty recebeu comunicado de Fontoura Xavier informando que a Inglaterra aceitava de bom grado a contribuição de uma frota brasileira composta de cruzadores e destróieres. Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores, comunicou, a 31 de dezembro de 1917, que o Brasil entusiasticamente preparava uma frota de dois cruzadores e quatro contratorpedeiros para atender às necessidades britânicas.¹¹⁹

A ânsia do governo brasileiro em se fazer presente junto aos Aliados na guerra européia se evidenciou no curto prazo de dez dias (aí inclusos os festejos natalinos e final de semana) em que se definiu a contribuição bélica brasileira, a despeito das formalidades diplomáticas imprescindíveis, do tempo necessário a uma avaliação criteriosa das disponibilidades dos meios, bem como da necessidade de preparação técnico-profissional das tripulações dos navios.

¹¹⁶ Vinhosa, *op. cit.*: 190.

¹¹⁷ Calógeras, *op. cit.*: 17.

¹¹⁸ Vinhosa, *op. cit.*: 158.

¹¹⁹ Ministério das Relações Exteriores, 1918: 198.

a) A atuação da DNOG

A divisão naval escalada para lutar nos mares europeus era composta com os melhores meios de que dispunha a Armada Nacional: os cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, os contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, o navio-auxiliar *Belmonte* e o rebocador de alto-mar *Laurindo Pitta*. Era a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), cujo comando foi atribuído ao contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin.¹²⁰ A DNOG protagonizou uma participação sofrível, catastrófica e trágica na guerra: foi um sofrer toda a sua preparação; uma catástrofe suas ações militares; e uma tragédia pelo número de vítimas que teve, a despeito de não ter efetivamente combatido.

Houve problemas de toda ordem para a prontificação da DNOG: falta de mão-de-obra qualificada, de ferramental e de sobressalentes, demora na prontificação dos reparos, serviços insatisfatórios. As somas que foram por anos reduzidas do orçamento da Marinha tiveram que ser, naquela ocasião, gastas em vultoso montante, em prazo exíguo e de maneira desordenada. Diversos problemas de manutenção permaneceram sem solução definitiva, tornando a aflorar ao longo da comissão.¹²¹

O almirante Frontin determinou a partida dos navios à medida que ficassem prontos. Foram necessários cinco meses de intensos preparativos para que os primeiros navios da DNOG tivessem condições de deixar o porto do Rio de Janeiro. Zarparam inicialmente os contratorpedeiros *Piauí* e *Paraíba*, em 07 de maio de 1918, quando seguiram para Salvador. No dia 09 de maio zarparam os contratorpedeiros *Rio Grande do Norte* e *Santa Catarina*. Os cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia* deixaram a cidade do Rio de Janeiro em 11 de maio. Somente dois meses após a saída dos primeiros navios, o navio-auxiliar *Belmonte* e o rebocador de alto-mar *Laurindo Pitta* deixaram o porto do Rio de Janeiro, respectivamente a 06 e a 08 de julho de 1918.¹²²

Os serviços de manutenção tiveram prosseguimento em portos ao longo da costa brasileira (Salvador, Recife e Natal), enquanto se podia ainda recorrer a alguns reparos e reposição de peças a partir do Rio de Janeiro. Nesse ínterim foram programados e cumpridos diversos exercícios e atividades a bordo, bem como eventos sociais e esportivos

¹²⁰ Gama, 1982: 124 e 125.

¹²¹ Maia, 1961: 55 a 57.

¹²² Gama, *op. cit.*: 140 a 143.

com as sociedades locais para entretenimento das guarnições.¹²³ A reunião geral do DNOG em águas brasileiras se deu a 24 de julho, nas proximidades do Arquipélago de Fernando de Noronha onde, durante uma semana, se fizeram os últimos acertos para a travessia do Atlântico rumo a Freetown, em Serra Leoa, na costa ocidental Africana.¹²⁴

Os percalços da DNOG persistiam. Os navios deslocavam-se com dificuldades, desgarravam-se da formação ficando para trás, perdiam-se dos demais, sofriam panes mecânicas.¹²⁵ Chegando a Freetown no dia 09 de agosto de 1918, a DNOG aí permaneceu até o dia 23, quando rumou para Dakar, no Senegal. A travessia foi desgastante em vista das medidas redobradas de segurança contra possível ataque submarino, bem como devido às condições adversas: noites escuras, ventos fortes, chuvas torrenciais, mar revolto, cerração.¹²⁶ A Marinha do Brasil foi combater em mares distantes, quando seus navios não dispunham dos equipamentos nem do armamento adequado e tampouco estavam suas tripulações adestradas para o tipo de luta a que se propunham enfrentar. As primeiras instruções para combate anti-submarino somente foram ministradas na Marinha Brasileira ao final da guerra.¹²⁷

Na noite de 25 de agosto, véspera da chegada a Dakar, a DNOG teria sofrido um ataque de submarino alemão. Um marinheiro, “(...) *que nunca avistara um submarino (...) descrevia, com perfeição, a respectiva torreta de comando*”. O cruzador *Bahia*, o rebocador *Laurindo Pitta* e o contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* revidaram o alegado ataque. “*Não houve certeza de sua destruição, por não se haver constatado vestígios denunciadores*”, mas credita-se ao *Rio Grande do Norte* a façanha do afundamento do suposto submarino inimigo.¹²⁸

Em Dakar, aos 06 de setembro de 1918, surgiram os sintomas da “gripe espanhola”, que em pouco tempo vitimou 156 brasileiros dentre os 1515 membros da tripulação da DNOG.¹²⁹ Tantos eram os doentes que, quando o Almirantado Britânico determinou à DNOG fazer-se ao mar rumo a São Vicente para patrulhar as águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde, apenas o contratorpedeiro *Piauí* pode navegar. Este navio

¹²³ Leite, 1975: 18.

¹²⁴ Maia, *op. cit.*: 57 a 67.

¹²⁵ Leite, *op. cit.*: 10 e 11.

¹²⁶ Gama, *op. cit.*: 151.

¹²⁷ *Idem. Ibidem*: 126.

¹²⁸ Maia, 1975: 10.

¹²⁹ Gama, 1975: 7.

permaneceu em Cabo Verde até 19 de outubro, patrulhando a entrada do porto de São Vicente e prestando assistência às populações das localidades de São Vicente, Carvoeiras, São Tiago e Praia, acometidas pela “gripe”.¹³⁰ Outras 308 mortes posteriores por gripe espanhola na Marinha foram também atribuídas ao contágio com o pessoal da DNOG, perfazendo um total de 464 vítimas, além de 113 mortos por afundamento de navios mercantes nacionais.¹³¹ A maruja foi ainda acometida por beribéri e empaludismo, doenças que à época vitimavam um em cada 40 marinheiros da Esquadra, em virtude das precárias condições de higiene a bordo.¹³²

Para prosseguir em sua missão, o almirante Frontin teve que recompletar suas guarnições recebendo pessoal do Brasil. A DNOG suspendeu de Dakar com destino a Gibraltar em 03 de novembro de 1918, contando apenas com o cruzador *Bahia*, agora navio-capitânea, e os contratorpedeiros *Piauí*, *Paraíba* e *Santa Catarina*. Estava já a DNOG reduzida praticamente à metade em seu poder de combate, sem que houvesse ainda efetivamente combatido: o cruzador *Rio Grande do Sul* e o contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*, necessitados de reparos imprescindíveis, ficaram em Dakar; o navio-oficina *Belmonte* foi destinado ao transporte de trigo para a França; e o rebocador *Laurindo Pitta*, tido como desnecessário doravante, retornou ao Brasil.¹³³

Consta como proeza da DNOG o episódio conhecido como “*o combate das toninhas*”, fato ocorrido a 04 de novembro de 1918, no segundo dia da travessia de Dakar para Gibraltar, local designado para base de operações das Marinhas das potências aliadas. Navegando em mar calmo, com boa visibilidade e tempo bom, a DNOG desencadeou ataque contra um grupo de golfinhos, confundido com um submarino inimigo. Na semana seguinte, a DNOG se viu ainda envolvida no afundamento do navio de guerra inglês *Britania*, que fora designado para guiá-la, através de rota pré-estabelecida, desde um ponto previamente combinado até o porto de Gibraltar. Atrasando em 24 horas sua chegada ao local de encontro, a DNOG deixou o *Britania* a sua espera por todo o dia 09 de novembro de 1918, quando foi torpedeado e posto a pique por submarino alemão. A 10 de novembro a DNOG protagonizou outra façanha: abriu fogo contra um navio caça-submarino norte-

¹³⁰ Maia, 1961: 90 e 91.

¹³¹ Leite, 1975: 8.

¹³² Bittencourt, 1986: 128.

¹³³ Maia, 1961: 98 e 99.

americano, pensando tratar-se de barco alemão.¹³⁴ No dia seguinte a DNOG finalmente fundeou em Gibraltar.

A 11 de novembro de 1918 foi assinado o armistício pondo fim às hostilidades. Dois meses mais tarde a DNOG foi convidada a visitar as nações aliadas, tendo aportado em Portsmouth (Inglaterra), Cherburgo (França), Lisboa (Portugal) e Spezzia (Itália), entre 20 de janeiro e 04 de março de 1919. Nestes países o pessoal da Divisão foi recepcionado por autoridades locais, visitou pontos turísticos, sítios históricos, museus, bases e unidades militares. De volta ao Brasil, a DNOG passou por Fernando de Noronha, Recife e Cabo Frio, aportando na cidade do Rio de Janeiro a 09 de junho de 1919, quando, em presença de grande público, foi calorosamente recepcionada na Praça Mauá.¹³⁵

b) A aviação militar brasileira

Assim como na guerra anti-submarino, também no tocante ao combate aéreo o Brasil não tinha tradição ou doutrina. O Exército Brasileiro já havia empregado aviões em vôos de reconhecimento durante a Guerra do Contestado (1912-1916), mas a prática da aviação no Brasil era ainda amadorística, tendo alguns militares feito cursos de pilotagem por iniciativa particular, às próprias custas.¹³⁶ Evidenciam o estágio embrionário da aviação militar brasileira a inconstância e o desencontro nas decisões tomadas neste tocante, que levaram as Forças Armadas Brasileiras a disporem de aparelhos, peças de reposição, ferramental, técnicas e doutrinas de diferentes procedências.

Com o desenrolar do conflito na Europa, o governo brasileiro despertou para a necessidade de efetivamente aparelhar o país com aviação militar. Em 23 de agosto de 1916, a Marinha criou a Escola de Aviação Naval na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara, quando foram comprados três aviões e contratados instrutores e mecânicos norte-americanos. No ano seguinte foram enviados três oficiais para cursar aviação nos Estados Unidos e outros cinco foram cursar na Inglaterra.¹³⁷ No mesmo ano o Exército Brasileiro enviou três oficiais à França para aperfeiçoamento em vôo e avaliação dos diversos tipos de aeroplanos. Em julho de 1918, a Marinha adquiriu aviões e equipamentos

¹³⁴ *Idem. Ibidem*: 99 e 100.

¹³⁵ *Idem. Ibidem*: 102, 105, 107 a 122 e 143.

¹³⁶ Donato, 2001: 150.

¹³⁷ Gama, 1982: 43 e 44.

na Itália, ocasião em que alguns militares tiveram prática de aviação naquele país. Em setembro deste ano, o Exército contratou três oficiais instrutores de aviação e uma equipe de nove técnicos franceses, além da aquisição de trinta aparelhos e de material de apoio.¹³⁸ A 10 de julho de 1919 a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, do Exército Brasileiro, entrou em funcionamento.¹³⁹

Em contribuição ao esforço de guerra aliado, o Brasil enviou um grupo de dez aviadores para treinamento e combate na Inglaterra. Para lá seguiram dois grupos de oficiais: o primeiro, formado por quatro oficiais da Marinha e um do Exército, partiu a 08 de janeiro de 1918; o segundo, com mais cinco oficiais da Marinha, deixou o Brasil a 27 de janeiro daquele ano. A participação da aviação brasileira na guerra compreendeu quatro fases: inicialmente, teve-se instrução básica de vôo; seguiu-se treinamento em patrulha de curto alcance; depois, treinaram missões de bombardeio em patrulha; por fim, os aviadores foram integrados ao 10º Grupo de Operações em Guerra da Royal Air Force, em Plymouth.

A aviação brasileira na Inglaterra sofreu dois acidentes, sendo um fatal: no primeiro, ainda nas instruções iniciais, o piloto brasileiro teve fratura em uma das pernas ao aterrissar a aeronave de dorso no vão de uma vala, ocasião em que o impacto das asas nas bordas da vala amorteceu o choque do aparelho contra o solo; no segundo, a repetição de um erro cometido durante o treinamento levou o piloto brasileiro a colidir com a aeronave pilotada por um inglês, ocasião em que ambos pereceram.¹⁴⁰

c) A Missão Médica Militar

O envio da missão médica à França talvez tenha sido o mais expressivo esforço diplomático-militar do governo brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar de ser a saúde pública um dos mais graves problemas do Brasil, ofereceu-se, em maio de 1918, o envio de uma missão médica de assistência ao povo da França.¹⁴¹ Em nota de 01 de junho de 1918, o Sr. Paul Claudel, da Legação Francesa no Brasil, participou ao Sr. Nilo Peçanha que o governo da França recebia com satisfação a oferta dos serviços profissionais

¹³⁸ Vinhosa, *op. cit.*: 178 e 179.

¹³⁹ Malan, *op. cit.*: 166.

¹⁴⁰ Gama, 1975: 3 a 5.

¹⁴¹ Vinhosa, *op. cit.*: 179.

de uma missão médica brasileira aos exércitos aliados.¹⁴²

A 05 de julho Nilo Peçanha, em nome do Presidente da República, comunicou a Paul Claudel a decisão do governo do Brasil de enviar uma missão médica para a França, como forma de expressar àquele país “*nosso crescente devotamento ao seu martírio e à sua bravura*”.¹⁴³ O Sr. Paul Claudel, em nota de 08 de julho, dizia reconhecer o sentimento de solidariedade e o empenho pessoal do Ministro Nilo Peçanha em não deixar de aproveitar todas as ocasiões para expressar suas simpatias ao povo francês enviando uma delegação de ordem caritativa, científica e militar, cujo chefe, Dr. Nabuco de Gouveia, era altamente apreciado por seus títulos científicos e pela ardente amizade dedicada à França.¹⁴⁴

Nesse mesmo dia o Ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar, escreveu ao adido militar do Brasil na França, major Malan D’Angrogne, participando o projeto do governo brasileiro quanto à instalação, aparelhamento e operacionalização de um hospital do Brasil naquele país, com capacidade para 500 leitos, tudo “*inteiramente à nossa custa*”. A missão teria 86 médicos civis, entre os quais 17 eram estudantes do último ano de medicina, todos comissionados com patentes militares. A estes se juntariam 14 médicos militares, sendo cinco da Marinha e nove do Exército, quatro dos quais já se encontravam em Paris compondo a Comissão de Estudos e Apurações de Guerra. Dizia o Ministro em sua missiva: “*os melhores cirurgiões, mesmo professores da academia de medicina, se têm oferecido, de sorte que a dificuldade estará na escolha, pois disse-me o Dr. Nabuco que já tinha mais de 200 candidatos*”.¹⁴⁵ A guarda do hospital e os serviços gerais seriam confiados a 30 praças do Exército sob comando de um sargento.

Criada pelo decreto nº 13.192, de 10 de julho de 1918, a missão se constituiu de cem médicos cirurgiões. O chefe da missão, Dr. Nabuco de Gouveia, deputado, médico-cirurgião, professor de ginecologia e diretor do Hospital da Gamboa, foi comissionado coronel. Os chefes de serviços, em número de dez, eram tenentes-coronéis ou majores; os chefes de enfermarias ou laboratórios eram capitães; os adjuntos e auxiliares eram tenentes. Os médicos recém-formados foram comissionados como segundos-tenentes. Um sargento e trinta cabos e soldados fariam o serviço de guarda e segurança. Os demais membros

¹⁴² Ministério das Relações Exteriores, 1918: 92.

¹⁴³ *Idem. Ibidem*: 93.

¹⁴⁴ *Idem. Ibidem*: 95 e 96.

¹⁴⁵ Malan, *op. cit.*: 185 e 186.

compunham as equipes de porteiros, serventes, contínuos, copeiros e cozinheiros.¹⁴⁶

A missão médica partiu do Brasil a 18 de agosto 1918 chegando a Marselha em 24 de setembro daquele ano. Passando por Dakar a 05 de setembro, a tripulação do navio foi atingida pela gripe espanhola, tendo que desembarcar no porto de Oram, na Argélia, quatro mortos e dezesseis médicos doentes. Estes, depois de curados, rumaram para a França, onde foram incorporados às equipes de saúde que atuavam nas cidades de Nantes, Marselha e Tours.¹⁴⁷

O major Malan D'Angrogne referiu-se à missão médica militar e à situação do Dr. Nabuco de Gouveia nestes termos:

*“A embaixada médica de ouro. (...) Dez tenentes-coronéis médicos! Fartura, orgia de galões e gratificações! (...) Um general aqui não tem representação, nem auto, nem ordenança; vive modesto, dinheiro escasso. Escasso, pelo encarecimento geral. Nabuco tem dez mil francos de representação por mês, fala em adquirir um auto e tem dois cabos à porta do quarto, no Grand Hotel”.*¹⁴⁸

O envio de uma missão de tal porte num prazo tão exíguo, sendo o Brasil extremamente carente de serviços de saúde e quando já havia na França o bem aparelhado Hospital Franco-Brasileiro, não encontra justificativa, salvo a intenção de evidenciar o empenho do governo brasileiro em demonstrar colaboração aos Aliados e angariar simpatias com vistas a respaldar seu pleito por maior participação na Conferência de Paz, que em breve se realizaria.¹⁴⁹

Findo o conflito europeu em 11 de novembro de 1918, o ministro da Guerra pediu ao governo federal o retorno ao Brasil da Missão Médica, uma vez extinto o objeto de sua criação, e a entrega de todo o material ao Hospital do Exército, que se encontrava em precária situação. Membros da delegação brasileira na Conferência de Paz em Paris eram de opinião contrária. Pandiá Calógeras, futuro ministro da Guerra, telegrafou a Domício da Gama salientando que a extinção da referida Missão traria irreparáveis prejuízos diplomáticos à causa brasileira na França. O próprio chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz, Epitácio Pessoa, dirigiu-se ao Presidente em exercício e ao ministro da Guerra solicitando a não extinção da Missão Médica, realçando a importância de mantê-la em funcionamento como fator essencial para favorecimento ao pleito brasileiro na

¹⁴⁶ Kroeff, 1975: 4 a 6.

¹⁴⁷ Ministério da Guerra, 1920: 17.

¹⁴⁸ Araripe, *op. cit.*: 380.

¹⁴⁹ Vinhosa, *op. cit.*: 179.

Conferência de Paz, onde imperava má vontade e recriminação ao Brasil pela falta de colaboração no esforço de guerra aliado.¹⁵⁰

A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919. Os médicos civis retornaram ao Brasil, quatorze médicos militares permaneceram em Paris sob a chefia de tenente-coronel médico Rodrigo de Araújo Aragão Bulhões, subordinados ao general Napoleão Aché, chefe da Comissão de Estudos e Apurações de Guerra. Estes médicos retornaram ao Brasil em agosto de 1919, sendo todo o moderno material hospitalar gentilmente doado à Escola de Medicina da Universidade de Paris.¹⁵¹

d) A Comissão de Estudos e Apurações de Guerra

Composta de 28 membros, sob a chefia do general Napoleão Felipe Aché, esta comissão se destinava à análise das operações de guerra, ao estudo das organizações militares e à avaliação do material a ser adquirido para o Exército Brasileiro na Europa. Outra comissão, composta de oito oficiais sob chefia do tenente-coronel Alípio Gama, foi criada para avaliar material bélico nos Estados Unidos. O general Caetano de Faria, ministro da Guerra, acreditava que a criação destas comissões se constituía no “*melhor método*” para apreciar o que seria aplicável ao caso brasileiro, pois muito do que se empregava na Europa em termos de doutrina e equipamentos militares não teria a mesma eficiência no Brasil, onde as diferenças geográficas e culturais exigiriam adaptações.¹⁵²

O general Ache chegou a Bordéus em setembro seguindo diretamente para a Suíça, onde se submeteu a uma cirurgia no estômago. Em outubro, passou uma temporada com a família em Paris, deslocando-se depois para Bayonne e Lisboa, onde permaneceu durante todo o inverno. Retornou a Paris para assumir a chefia da missão militar brasileira oito meses, em maio de 1918. Sobre estas comitivas, o adido brasileiro na França se mostrava reticente em vista do pequeno benefício que traziam à instituição. Disse ele: “*As missões de lá (Brasil) para cá (Europa) poderão proporcionar algum aproveitamento individual; a coletividade ainda está por auferir vantagens e o balanço se resume em prejuízo de tempo e dinheiro, como escrevi faz um ano ao Marechal (Caetano de) Faria*”.¹⁵³ Também a este

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem*: 180 e 181.

¹⁵¹ Kroeff, *op. cit.*: 4.

¹⁵² Ministério da Guerra, 1918: 34.

¹⁵³ Malan, *op. cit.*: 166 e 180.

respeito opinou o coronel Tasso Fragoso: “*Mandam ver as coisas, quando o de que carecemos é de órgãos de execução*”.¹⁵⁴

As delegações da Comissão de Estudos e Apurações de Guerra visitaram os principais fabricantes de armas dos países aliados e acompanharam como observadores as campanhas no front ocidental, onde alguns de seus membros estagiaram em unidades francesas em luta na Europa, quando dois deles foram feridos em ação e oito obtiveram promoção por atos de bravura.¹⁵⁵

O Brasil, conduzido à Guerra na Europa, se valeu de seu vetor militar como instrumento político em complemento à sua diplomacia. Enviou uma divisão naval para contribuir com a Marinha Inglesa no patrulhamento a noroeste da costa da África, colaborou com a Marinha Americana no patrulhamento do Atlântico Sul, abriu seus portos em apoio aos Aliados, enviou pilotos para treinamento na Inglaterra, enviou ainda uma missão médica para colaborar com a França, uma comissão para observação de operações de guerra da qual alguns oficiais combateram pelo Exército Francês. Apesar dos esforços despendidos, a contribuição do Brasil aos Aliados foi considerada, em termos práticos, inexpressiva.¹⁵⁶

2.3- A participação diplomática

No período imediatamente anterior à Grande Guerra, o Barão do Rio Branco muito fez para dotar o Brasil de razoável expressão militar, se não compatível com a grandeza e potencialidades do país no cenário internacional, pelo menos seria ela equilibrada para a realidade do Cone Sul à época.¹⁵⁷ As iniciativas do Barão do Rio Branco sofreram solução de continuidade. Seu sucessor, Lauro Severiano Müller, apesar das qualificações de um militar de alta patente, não tinha a estatura diplomática do Barão, pouco empreendendo para o fortalecimento da expressão militar do poder nacional. Ocorreu acentuada redução na qualidade e na eficiência técnico-profissional da diplomacia brasileira, situação que se manteve com a indicação do Sr. Nilo Peçanha para substituí-lo.¹⁵⁸

Antes de priorizar uma diplomacia que antevisse e evitasse a guerra como meio de

¹⁵⁴ Araripe, *op. cit.*: 385.

¹⁵⁵ Donato, *op. cit.*: 150.

¹⁵⁶ Garcia, 2005: 28.

¹⁵⁷ Vianna Filho, 1995: 39.

¹⁵⁸ Silva & Carneiro, (b): 151.

solução para crises políticas, o Brasil, premido pelas circunstâncias, escolheu um chanceler que o conduzisse à beligerância. A diplomacia cedeu lugar à expressão militar, segundo ditames políticos, dirigidos por interesses prioritariamente econômicos. Antes de possuir uma diplomacia voltada para a elaboração de prognósticos e tendências que possibilitassem ao governo planejar a condução da política externa que conviesse aos interesses nacionais, a diplomacia brasileira trabalhou reativamente adequando-se às tendências para auferir o máximo de benefícios possíveis, ao mesmo tempo em que buscava minimizar os danos causados pela dependência do País à política externa alienígena.

Durante a neutralidade, a diplomacia brasileira enfrentou pressões da Inglaterra e da França, que objetivavam arrastar o Brasil para a causa aliada. Com a passagem da situação de neutralidade para a de aliado na Guerra da Europa era de se esperar o aumento significativo da agenda da política externa brasileira, em decorrência do crescimento do intercâmbio comercial e da conseqüente interação diplomática, que se intensificava na proporção do aumento dos interesses mútuos entre o Brasil e seus aliados.

As nações buscam alcançar seus objetivos por meio de instrumentos que lhes assegurem o máximo de êxito com o mínimo de perdas econômicas, militares e políticas. Dentre estes instrumentos, a diplomacia se mostra de grande valia pela habilidade em conduzir negociações para um ambiente de consenso onde reina relativo nível de satisfação e patamares aceitáveis de descontentamento. *“Entretanto, a flexibilidade com que se devem conduzir tais negociações precisa de um limite que não permita o vilipêndio de sua dignidade, de sua soberania e de sua integridade como nação”*.¹⁵⁹ No decurso da Primeira Guerra Mundial, a política externa brasileira fugiu à sua tradicional postura de evitar se respaldar no uso da força priorizando o canal diplomático e eximiu-se de assumir, desde o início da conflagração, posicionamento claramente definido, buscando conquistar maior espaço e liberdade para se movimentar, de acordo com as conveniências, entre as potências em litígio.

Esta orientação tinha propósitos nitidamente econômicos, posto que entre os principais beligerantes figuravam os maiores parceiros comerciais do País. Mas seus objetivos político-estratégicos se mostravam bastante limitados. Ao não adotar postura incisiva, o Brasil aparentemente conservava independência e liberdade de movimentação

¹⁵⁹ Menezes, 1997: 15, 20.

diplomática, não se deixando influenciar pelas tendências de uma ou de outra potência beligerante. Ao mesmo tempo, porém, este comportamento evidenciou insegurança e indecisão, tornando a diplomacia nacional tibia, subserviente e desacreditada.¹⁶⁰ A decisão de recorrer ao uso da força com a declaração de guerra e o envio de militares em colaboração aos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial deu-se em caráter excepcional, fugindo ao modelo tradicional de comportamento adotado pela diplomacia brasileira.

Os casos raros de emprego das Forças Armadas brasileiras em respaldo à diplomacia remontam às origens do Itamarati, enquanto herdeiro das tradições diplomáticas portuguesas, e ao relacionamento entre civis e militares, quando estes herdaram a imagem histórica de opressor por suas investidas políticas contra grupos de poder sob a alegação da necessidade de fortalecimento do governo central e de preservação da integridade territorial do país. Daí o distanciamento, a falta de interação, o desconhecimento e a desconfiança mútua entre o Corpo Diplomático e as Forças Armadas. Com isto, as ações militares e diplomáticas adotadas decorreram não em virtude de uma estratégia previamente traçada para alcançar metas estabelecidas por uma política externa antecipadamente planejada¹⁶¹, mas ocorreram face a situações fortuitas, tratadas de acordo com os vínculos de amizade entre os agentes do Estado premidos pela carga emotiva e pela influência cultural predominante naquele momento histórico.

O Sr. Graça Aranha, embaixador da Legação Brasileira em Paris, escreveu a seu cunhado, coronel Augusto Tasso Fragoso, chefe da Casa Militar da Presidência da República, em 11 de outubro de 1915, elogiando o Embaixador da Legação Brasileira em Londres, dizendo tratar-se o Sr. Fontoura Xavier de “*esplêndido ministro*”, “*muito estimado e respeitado no Foreign Office*”. Advertia que fosse no Brasil preparado o futuro porque, sendo o País desprovido de defesa militar, “*nossa única força*” residiria na orientação segura do governo, na conquista de simpatias das potências aliadas e na habilidade da diplomacia nacional. Por isso sugeria que o Presidente da República promovesse uma alteração no ministério das Relações exteriores, remanejando do cargo o general Lauro Müller para a entrada de Fontoura Xavier, que tinha “*boa experiência de Europa, um grande conhecimento de nossos interesses comerciais e financeiros e a amizade valiosa da*

¹⁶⁰ *Idem. Ibidem*: 35, 42 e 43.

¹⁶¹ *Idem. Ibidem*: 11, 12, 22 e 33.

Inglaterra”. Acrescentava que o Brasil precisaria “*de amigos fortes*”, que cultuassem “*por nós amizade e extremada bondade*”. Para isso o Presidente necessitaria “*ser ajudado de verdadeiros amigos dos aliados, que governam o mundo ocidental*”, e o Fontoura Xavier no Itamarati teria a confiança pessoal do governo inglês e muito faria pelo Brasil.¹⁶²

Em outra carta, datada de 16 de junho de 1917, Graça Aranha disse a Tasso Fragoso saber de sua “*intervenção decisiva para nos livrar do Lauro*” (Müller) e que “*maior serviço não podia ter sido prestado à nossa causa*” (aliada). Quanto à neutralidade do Brasil na Guerra Européia assim se pronunciava: “*Devemos reconhecer o estado de guerra que nos dará uma definitiva situação internacional. Sem o estado de guerra declarado, teremos as desvantagens da guerra sem as vantagens de beligerante*”. Estimulando seu cunhado, acrescentava: “*Contamos contigo para este resultado imposto pela lógica e pelo patriotismo. (...) O teu ardor e o teu imenso talento são necessários ao Brasil neste difícil instante*”. Dizia-se em harmonia de sentimentos e ideais de patriotismo com Tasso Fragoso, para os quais só existia “*o nosso país na sua terrível luta de independência e de vida*”.¹⁶³

Mesmo distante, Graça Aranha, através de seus relacionamentos e particularmente por intermédio de seu cunhado Tasso Fragoso, influía nas decisões do país, fossem no tocante à política externa ou relacionadas à política interna. Contribuiu para a exoneração do ministro das Relações exteriores, solicitou ao cunhado que tratasse com urgência da vinda de uma Missão Militar Francesa “*para instruir nossos soldados, que não conhecem a guerra moderna*”, e apoiou o Presidente Wenceslau Brás e o Ministro Nilo Peçanha contra seus opositores, queixando-se depois de ter sofrido intrigas que o indispueram com ambos.¹⁶⁴

Ocorreram disputas por preferências entre aliadófilos e germanófilos também no Corpo Diplomático. Fontoura Xavier foi acusado de ser a fonte geradora de fantásticas notícias elogiosas aos seus próprios feitos à frente da Legação Brasileira, divulgadas com freqüência em jornais do Rio de Janeiro, quando proliferavam queixas de brasileiros residentes em Londres acerca das irregularidades que naquele órgão ocorriam. Os negócios e interesses do país eram relegados a grau inferior de prioridade: navios mercantes nacionais eram retidos em portos europeus pela Marinha Inglesa, brasileiros comuns eram

¹⁶² Araripe, *op. cit.*: 360 e 361.

¹⁶³ *Idem. Ibidem*: 361.

¹⁶⁴ *Idem. Ibidem*: 362 e 363.

levados a campos de concentração, brasileiros ilustres em Londres eram delatados, vigiados e extraditados sem a necessária defesa por parte do Sr. Fontoura Xavier. O Conselheiro de Legação, Dr. Abelardo Roças, solicitou instauração de inquérito para apurar os fortes indícios de irregularidades nas práticas de seu superior, mas as influentes amizades que Fontoura Xavier preservava na Capital Federal fizeram abortar o procedimento. Segundo Oliveira Lima, diplomata brasileiro aposentado residente em Londres, Fontoura Xavier era conhecido no meio diplomático por suas práticas escusas para a exoneração de Salvador de Mendonça de seu posto da Embaixada do Brasil em Washington, comissão por Fontoura cobiçada.¹⁶⁵

Conhecedor dos jogos secretos das chancelarias, sabedor das ambições imperialistas e das disputas de poder, Oliveira Lima, no tocante ao envolvimento, entrada e participação do Brasil na guerra, dizia não poder se deixar levar pelo sentimentalismo ao julgar questões que envolviam tão elevados interesses nacionais e internacionais. Quanto à causa aliadófila, julgava absurdo que intelectuais, políticos e homens do governo no Brasil se deixassem influenciar emocionalmente e se permitissem convencer por explicações sentimentais, idealistas, “*argumentos há muito lançados ao guarda-roupa da história*”.¹⁶⁶ No Brasil, porém, onde a imprensa, em sua grande maioria, estava limitada a divulgar notícias segundo interesses e conveniências dos países da Tríplice Entente, suas idéias foram interpretadas como explícita defesa da causa germânica. Rui Barbosa, líder nacional do movimento pró-aliados, julgou-se ofendido pelas declarações de Oliveira Lima e com este cortou relações de amizade, a despeito de Oliveira Lima o ter procurado insistentemente para desfazer o mal-entendido.

O mesmo Rui moveu campanha difamatória que levou ao ostracismo o diplomata Domício da Gama, então ministro das Relações Exteriores, por julgar ter sido este o responsável pela demora em sua indicação pelo Presidente da República para chefiar a delegação brasileira à Conferência de Paz, fato alegado por ele como justificativa para declinar do convite.¹⁶⁷ As defesas de interesses particulares e as disputas de poder nos corredores do Palácio Itamaraty excluíram Domício da Gama da delegação brasileira, contrariando o procedimento adotado por todos os demais países, que atribuíram a seus

¹⁶⁵ Gouvêa, *op. cit.*: 1266 a 1269.

¹⁶⁶ *Idem. Ibidem*: 1272.

¹⁶⁷ Vinhosa, *op. cit.*: 35,36,197,198,201,202,205.

ministros de Relações Exteriores a chefia da mesma, mormente quando entre Domício da Gama e membros da delegação norte-americana já se haviam estabelecido sólidos vínculos de amizade e confiança, tão necessários ao entendimento diplomático e às decisões políticas, conforme assevera Jean-Baptiste Duroselle.¹⁶⁸

Fontoura Xavier foi ainda o responsável pelo envio ao *Foreign Office* de recortes de jornais contendo matérias que Oliveira Lima escrevia, de Londres, para o jornal *O Estado de São Paulo*. Ele, deste modo, alertava aquele órgão quanto a supostas ações pró-Alemanha desencadeadas por um intelectual e diplomata brasileiro em território inglês. Toda a trama fora urdida pelo diplomata Medeiros de Albuquerque, feito de que posteriormente se jactaria em público. Tais denúncias motivaram a expulsão de Oliveira Lima da Inglaterra, o que o levou a mudar-se para Washington- D.C., onde residiu até o final de seus dias, lecionando História da América Latina em renomadas universidades.¹⁶⁹ Neste jogo de poder, carregado de interesses, emoções e intrigas, atuava a diplomacia brasileira, desprovida de uma clara diretriz política norteadora, de medidas superiores de coordenação, controle e supervisão.

2.4- Militares e Diplomatas

Carl von Clausewitz foi quem primeiro contribuiu para a justificativa teórica de que o diplomata e o soldado devem se submeter ao político. Ao estatuir que a guerra é a continuação da política por outros meios, firmou que o uso da violência pelo Estado somente se justifica quando em favor de fins públicos estabelecidos pela política. A guerra passou a ser considerada uma ciência de dupla natureza: autônoma e condicionada. Autônoma por ter métodos e objetivos próprios; e condicionada porque seus propósitos lhe são externos, estabelecidos pela política.¹⁷⁰ Segundo tal perspectiva, o estadista, o diplomata e o militar devem conhecer reciprocamente seus deveres, limitações e capacidades para que possam atuar em harmonia, estes sob a direção e coordenação daquele, com vistas à consecução e preservação dos interesses do Estado.

No período da história do Brasil ora abordado, as iniciativas no campo político, na diplomacia, nas Forças Armadas e na imprensa se caracterizaram por iniciativas isoladas,

¹⁶⁸ Duroselle, 2000: 145.

¹⁶⁹ Gouvêa, *op. cit.*: 1195.

¹⁷⁰ Huntington, 1996: 74 a 76.

desprovidas de coordenação, e pela atuação de militares ora num campo, ora noutro, interligados tais agentes por laços de amizade, pela conjunção de interesses ou pela afinidade emocional, sob influência cultural francesa na formação da elite nacional.

Diversos militares acumulavam experiência pelo exercício de cargos públicos ou por terem vivenciado os bastidores da política enquanto assessores de líderes políticos ou de autoridades militares. Outros ainda saborearam da diplomacia ao trabalharem como adidos militares em legações brasileiras no exterior. São exemplos desse inter-relacionamento: Lauro Müller, militar que alcançou o generalato, foi Senador da República e exerceu o cargo de ministro das Relações exteriores; o almirante Alexandrino de Alencar, por três vezes ministro da Marinha, foi Senador pelo Estado do Amazonas;¹⁷¹ o coronel Tasso Fragoso foi adido militar na Argentina, teve relações de amizade com o Barão do Rio Branco, foi membro do Estado-Maior do marechal Mallet, então ministro da guerra, serviu sob as ordens do Presidente Hermes da Fonseca, foi chefe da Casa Militar da Presidência da República na gestão do Dr. Wenceslau Braz. Durante a guerra, manteve correspondência por carta com seu cunhado Graça Aranha, escritor e ministro da Legação Brasileira em Paris, de quem recebia orientações e influências. Graça Aranha era também amigo íntimo de Fontoura Xavier, ministro da Legação Brasileira em Londres, de estreitas ligações com o *Foreign Office*. Este arquitetou com Medeiros de Albuquerque, outro diplomata, a extradição da Inglaterra do diplomata aposentado Manoel de Oliveira Lima que, em decorrência de suas opiniões e convicções pessoais, angariou também a inimizade de Rui Barbosa, ferrenho defensor da causa aliada, além de amigo e conselheiro de Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores, sob quem a diplomacia brasileira abdicou da neutralidade na guerra em favor da causa da Tríplice Entente. O major Malan D'Angrogne, que também veio a alcançar o generalato, foi adido militar junto à Legação do Brasil na França durante a gestão de Graça Aranha e, neste período, trocou correspondências com o ministro da Guerra e com o coronel Tasso Fragoso, de quem era amigo e seguidor do seu modelo de chefia.

O coronel Tasso Fragoso foi elemento central e peça-chave nesse intrincado jogo de poder. Vários de seus colegas e pupilos exerceram funções de destaque no Exército. Foi contemporâneo e gozava da estima dos dinâmicos e inovadores oficiais conhecidos como

¹⁷¹ Cascardo, *op. cit.*: 126 e 189.

“Jovens Turcos”. Fruto de sua projeção político-social e de seu arcabouço cultural, sua influência se estendeu por décadas, indo do meio militar à esfera política, passando pelo Corpo Diplomático, gozando de prestígio e apoio na imprensa.

Convém lembrar, contudo, que as relações civis-militares são estabelecidas pela confrontação entre os valores da ética profissional militar com os valores apregoados pela ideologia vigente no país ou praticados pelo grupo de poder no qual o militar deseja se inserir. Como a ética militar é universal, concreta e permanente, enquanto os valores dos grupos civis em disputa pelo poder são relativos, adequados ao momento, ao militar desejoso de adquirir poder político resta geralmente sacrificar seus valores profissionais aderindo às atitudes do grupo civil dominante, não raro olvidando seus companheiros de caserna.¹⁷² Isto pode explicar em parte o estado de decadência em que se encontravam as Forças Armadas brasileiras à época da Primeira Guerra Mundial, quando, ao longo dos anos anteriores, militares haviam ocupado 50 cargos de ministros, 212 cargos de deputados e 63 cargos de senadores.¹⁷³

Os grandes esforços políticos, diplomáticos, econômicos e militares do Governo do Brasil para se fazer presente no conflito europeu evidenciaram a falta de entrosamento nas ações desencadeadas por autoridades destes setores. A transitabilidade de personagens nestes diferentes campos de atuação facilitaria os entendimentos, porém atesta a pouca interação e coordenação entre eles. Corroboram esta assertiva os vários desencontros ocorridos nas iniciativas diplomático-militares do período, como o envio de representantes e comitivas à Europa.

O marechal Hermes da Fonseca viajou à França em princípios de agosto onde, dentre outras atividades, visitou o front e retornou ao Brasil em 06 de novembro de 1916. O adido militar do Brasil na França só foi informado de tal fato pelo Ministério da Guerra no dia anterior ao da chegada do marechal Hermes a Paris. Apenas em 13 de outubro tomou conhecimento da programação da visita do marechal ao front, que se deu nos dias 29 e 30 daquele mês. No regresso do front, o marechal e sua comitiva visitaram Calais, Dunquerque e Houthem, onde foram recepcionados pelo Rei Alberto, da Bélgica, em seu Quartel-General.¹⁷⁴ Esta viagem não tinha caráter meramente técnico-militar, sendo principalmente

¹⁷² Menezes, *op. cit.*: 66 e 69.

¹⁷³ Hayes, 1991: 56.

¹⁷⁴ Malan, *op. cit.*: 154.

de cunho político e diplomático, de uma feita tratar-se o visitante de um Oficial-General no mais alto posto da carreira, ex-Presidente da República (1910-1914), tendo recepção agendada com o Rei da Bélgica no campo de batalha.

No ano de 1917, o Exército Brasileiro enviou três oficiais à França para aperfeiçoamento em vôo e estudo da organização da aviação militar daquele país com vistas à estruturação de um serviço similar no Brasil, com a escolha do material e a elaboração de um projeto para as construções necessárias no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro. A subsecretaria de Estado da Aeronáutica da França, a 28 de junho, solicitou ao adido militar brasileiro maiores detalhes sobre esta comissão, quando o adido brasileiro desconhecia ainda o fato. Um ano e meio mais tarde, em setembro de 1918, foram contratados um capitão e dois tenentes instrutores de aviação, bem como uma equipe de nove técnicos franceses, além da aquisição de trinta aparelhos. A Escola do Campo dos Afonsos iniciou seu funcionamento a 10 de julho de 1919.¹⁷⁵

O envio de um grupo de aviadores brasileiros para combater na Europa foi resultado de um mal entendido diplomático, seguido de um constrangimento político, depois da divulgação do fato pela imprensa. O ministro Fontoura Xavier obteve uma audiência com o Rei Jorge V, da Grã-Bretanha, em 27 de novembro de 1917, para entregar-lhe uma mensagem do Presidente Wenceslau Brás, e retornou do encontro afirmando que Sua Majestade fizera o convite para que o Brasil enviasse pilotos para treinamento nos céus da Europa. A notícia ganhou repercussão e o governo brasileiro se antecipou em tomar as medidas administrativas necessárias para a viagem.¹⁷⁶ O governo inglês tentou desfazer o mal entendido, pois um intercâmbio deste porte exigia diversas medidas de coordenação e formalidades em vários níveis, nas esferas política, diplomática e militar. O envio do grupo de brasileiros nestas circunstâncias causaria sérios transtornos à programação já definida para o acolhimento e treino de outros militares ingleses e estrangeiros.

Nilo Peçanha solicitou a Fontoura Xavier que fizesse chegar ao conhecimento do governo inglês o mal-estar que causaria no País, às classes armadas, ao público em geral e ao governo em particular, a recusa da colaboração militar brasileira. Depois de quase dois meses de debates, avaliado o custo-benefício geral aos interesses ingleses, o ministro

¹⁷⁵ *Idem. Ibidem*: 163, 164 e 166.

¹⁷⁶ Vinhosa, *op. cit.*: 176.

Britânico no Brasil, Arthur Peel, comunicou a Nilo Peçanha, a 12 de janeiro de 1918, a decisão de receber dez aviadores brasileiros.¹⁷⁷

Em uma correspondência destinada ao coronel Tasso Fragoso, datada de 17 de dezembro de 1917, quando já se passavam três anos e meio da eclosão do conflito, o major Malan D'Angrogne se queixou de que a representação diplomática do Brasil na França o expunha a constrangimentos não o mantendo informado dos assuntos militares ali tratados. A imprensa francesa vinha divulgando matérias sobre o envio de oficiais do Exército e da Marinha do Brasil para missões em países europeus e a Legação nada lhe comunicara a este respeito. Relatou que somente se preparara para recepcionar em Paris o almirante Matos, emissário da Marinha do Brasil, porque a Embaixada Inglesa lhe transmitiu dados sobre esta viagem. Posteriormente reclamou da chegada a Paris de uma missão militar brasileira, sem que tanto ele quanto o ministro da Legação tivessem sido previamente notificados, apesar de seus insistentes telegramas ao governo brasileiro pedindo informações sobre tal assunto.¹⁷⁸

Tasso Fragoso se dizia grato aos dados e relatos enviados em cartas por Malan e, como para contornar as deficiências de comunicações entre os diversos setores do governo, aproveitava-se de sua proximidade ao Presidente da República para mantê-lo informado, apresentando pessoalmente a Wenceslau Brás trechos das cartas do amigo.¹⁷⁹ Tasso Fragoso deixa transparecer que mesmo o Presidente da República, pouco afeito ao tipo de atividade que exigisse sua interferência pessoal para coordenação, controle e decisão, não tinha plena ciência do que se passava nos Ministérios Militares e na pasta das Relações exteriores. Restava para tal encargo a autoridade do ministro das Relações exteriores, Dr. Nilo Peçanha, que tampouco demonstrava maior interesse para ingerir sobre atividades que envolvessem as pastas militares. Sua função precípua consistia em promover iniciativas que beneficiassem, direta ou indiretamente, a política de valorização e comercialização do café.¹⁸⁰

No Brasil, ademais da ausência da devida atenção presidencial para com suas Forças Armadas e da falta de coordenação externa sobre os ministérios militares, constata-se a

¹⁷⁷ *Idem. Ibidem*: 177.

¹⁷⁸ Araripe, *op. cit.*: 376.

¹⁷⁹ *Idem. Ibidem, loc. cit.*

¹⁸⁰ Vinhosa, *op. cit.*: 112.

precariedade da comunicação entre Marinha e Exército, além da descontinuidade na diretriz ministerial a ser seguida nas pastas militares. Na Marinha, o ministro desfazia ou obstaculizava as iniciativas de seu antecessor, sendo igualmente contrariado por quem o sucedia.¹⁸¹ No Exército, se um Ministro fora empreendedor, o seu sucessor era acomodado e vice-versa. Na transição da presidência de Afonso Penna (1906-1909) para Nilo Peçanha (1909-1910), depois da feliz gestão de Rodrigues Alves (1902-1906), o Ministério da Guerra teve quatro titulares.¹⁸² Ainda dentro de uma mesma gestão, por vezes, é possível notar discursos, decisões e atitudes paradoxais. Adicione-se a este emaranhado as antigas rivalidades corporativas cultivadas entre o Exército Brasileiro e a Armada Nacional.¹⁸³ A vaidade e os interesses pessoais estavam acima dos interesses institucionais.¹⁸⁴

A comunicação entre militares e corpo diplomático não se estabeleceu de maneira eficiente e oportuna. Entre o ministro da Guerra, o das Relações Exteriores, o encarregado da Legação Diplomática e seu adido militar havia perda ou atraso de comunicação gerando transtornos. Às vezes um setor era informado da iniciativa do outro por meio de uma agência diplomática estrangeira, de um órgão militar estrangeiro ou através da imprensa.¹⁸⁵ Da mesma forma que nas Forças Armadas, a diplomacia brasileira sofreu com a ausência de uma orientação política que estabelecesse continuidade à sua atuação e que primasse pelo diálogo com os ministérios militares.

Faltava ao político estabelecer as idéias orientadoras e coordenar os trabalhos do diplomata e do soldado. O diplomata, absorto na busca de compreender a instável situação interna do país, imaginava artifícios para a inserção segura do Brasil no cenário internacional. Ao militar faltava substância para depreender sua doutrina de emprego, imiscuindo-se em áreas alheias à sua competência ou limitando-se a copiar modelos alienígenas não aplicáveis à realidade brasileira. Como resultado, o Corpo Diplomático, o Exército e a Marinha nacionais fecharam-se sobre de si criando cada um seu próprio *modus actuandi*. Diplomatas e militares, sem a orientação e a coordenação do elemento político, não conseguiam estabelecer um canal eficiente de comunicação e de entendimento que lhes

¹⁸¹ Vidigal, *op. cit.*: 55 a 62.

¹⁸² Silva & Carneiro, (a): 155.

¹⁸³ Moraes, *op. cit.*: 105.

¹⁸⁴ Calógeras, *op. cit.*: 77, 93 a 95.

¹⁸⁵ Araripe, *op. cit.*: 376.

permitisse implementar uma política externa consistente e eficiente.¹⁸⁶

Não havia coincidência ou harmonia entre os reais interesses nacionais, os objetivos de governo e as pretensões militares. Enquanto o povo carecia do mínimo necessário, o governo dirigia a política interna e priorizava a política externa com vistas à valorização e comercialização do café. O interesse de um grupo particular, principalmente o dos grandes cafeicultores, se transmutava em interesse nacional, e o que deveria ser interesse público se confundia com o privado.¹⁸⁷ Faltavam lideranças capazes de fazer convergir, harmonizar e coordenar os esforços das diversas expressões do Poder Nacional para um objetivo comum maior.

¹⁸⁶ Menezes, *op. cit.*: 12 e 13.

¹⁸⁷ Moraes, *op. cit.*: 114, 115, 134, 136 e 191.

CAPÍTULO III

O PÓS-GUERRA: PERDAS E GANHOS

“Embora estranhos à luta, com que nada tínhamos diretamente que ver, tomamos contato dos países, platônicos por estes ou aqueles dos beligerantes. (...) uma vez firmada a paz na Europa, a desilusão será completa (...) para uma grande maioria dos brasileiros.” (Abranches, 1917: 375).

3.1- As conseqüências da guerra

A Primeira Guerra Mundial teve conseqüências múltiplas alterando profundamente a fisionomia da Europa e do mundo. Mudanças marcantes se deram com a criação e extinção de países, nas delimitações de fronteiras, com as destruições e alterações na economia, subversões, evolução tecnológica, e com a busca por novas formas de relações de poder intra-estatais e entre os Estados e supra-estatais.¹⁸⁸

No Brasil, as conseqüências da guerra logo se fizeram sentir. O bloqueio naval aliado, as “listas negras” e as pressões diplomáticas e econômicas impuseram restrições ao comércio interno e à exportação do café, cuja escassez na Europa causou sua substituição por outros produtos mais acessíveis. A baixa nos preços do café e a falta de produtos industrializados importados da Europa estimularam os investimentos na indústria nacional, que recebeu significativo impulso. No período de quatro anos de guerra surgiram no Brasil quase tantos estabelecimentos industriais quanto no quarto de século anterior.¹⁸⁹ A produção industrial brasileira no ano seguinte à guerra, em comparação com o ano imediatamente anterior a ela, mesmo considerando-se a desvalorização monetária do período, apresentou aumento superior ao dobro (212%). Tal crescimento, no entanto, foi classificado como quantitativo, não qualitativo, porque se deu na produção de bens de consumo (como tecidos, chapéus, luvas, calçados e alimentos), sem crescimento idêntico no tocante aos bens de produção (como no fabrico de ferramentas e máquinas).¹⁹⁰

Uma vez que a instalação de estabelecimentos industriais requeria alguma infraestrutura, só existente em centros urbanos mais desenvolvidos, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro passaram a concentrar quase a metade das indústrias do país. Dos 13.569 estabelecimentos industriais existentes no Brasil logo após a guerra, 4.157 se localizavam

¹⁸⁸ Rémond, 1974: 29 a 41.

¹⁸⁹ Keith, 1989: 154.

¹⁹⁰ Lima, 1973: 328, 329 e 331.

no Estado de São Paulo e 1.541 no Estado do Rio de Janeiro. A necessidade de reduzir custos na produção e na distribuição dos produtos exigia fontes de energia e meios de transporte mais baratos, despertando o país para a adoção de medidas estratégicas importantes, tais como: melhoria na estrutura portuária, ampliação da malha ferroviária, exploração do potencial siderúrgico e hidrelétrico.¹⁹¹

A indústria cresceu em expressão política pela contribuição no balanceamento dos déficits públicos. A queda na arrecadação de impostos sobre as importações, que praticamente cessaram devido à considerável redução do tráfego marítimo da Europa para a América, levou o governo a buscar na tributação sobre os produtos industrializados nacionais uma fonte de compensação. O crescimento industrial foi também importante na geração de empregos para uma sociedade em expansão. Os centros urbanos atraíram a mão-de-obra excedente no país, fazendo surgir uma nova classe social: o trabalhador fabril. A população operária no Brasil passou de 150.841 trabalhadores em 1907, para 275.512 trabalhadores em 1920, o que aumentou a importância política das massas operárias.¹⁹²

Na sociedade brasileira o cidadão era o grande ausente da vida política, considerado apenas como elemento legitimador das decisões da elite oligárquica.¹⁹³ Sob a influência de imigrantes europeus politizados, o operariado, castigado por problemas de habitação, educação, saúde pública, segurança e transportes, passou a manifestar-se por melhores condições de trabalho e por melhor qualidade de vida. A classe operária adquiriu consciência de sua força política e passou a reivindicar benefícios sociais: salários dignos, preços justos, recomposição do poder aquisitivo, jornada de trabalho compatível, compensações por produtividade, um dia para descanso semanal, ambiente de trabalho salubre e higiênico, fim do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, liberdade de pensamento e de expressão.¹⁹⁴

O proletariado da emergente indústria brasileira, liderado por organizações sindicais, participou de comícios e manifestações em favor da paz e contrários à guerra. As lideranças operárias argumentavam que a Guerra da Europa era de cunho estritamente comercial, resultante de conflito de interesses capitalistas das classes dominantes. A esta

¹⁹¹ *Idem. Ibidem*: 330 e 332.

¹⁹² Luz, 1975: 152 e 153.

¹⁹³ Monteiro, 2000: 303.

¹⁹⁴ Bandeira *et alli*, *op. cit.*: 49 e 61.

guerra o povo era arrastado como massa de manobra, para entregar sua vida em holocausto na defesa dos privilégios e das riquezas das classes exploradoras. Porém, uma vez declarada a beligerância entre o Brasil e o Império Alemão, medidas policiais tidas como de segurança nacional extinguíram os movimentos populares reivindicatórios e pacifistas. Por outro lado, a Liga de Defesa Nacional pode intensificar sua campanha patriótica despertando sentimento popular favorável ao serviço militar obrigatório. A propaganda belicista envolveu a todos num ufanismo contagiante e, em 07 de setembro de 1917, por ocasião do desfile cívico do Dia da Independência, representações civis de distantes regiões do Brasil acorreram à Capital Federal para marcharem “*garbosamente ante multidão extasiada*”.¹⁹⁵

Antes da guerra, o sistema de alistamento militar no Brasil arrebanhava para os quartéis do Exército e navios da Esquadra a escória da sociedade. A lei sobre recrutamento, de 1874, antiga, ultrapassada e incompatível com o regime republicano, ainda não havia sido cumprida, o que levou o marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República, a sancionar nova legislação, em 1908.¹⁹⁶ Esta, passados dez anos, com o Brasil já partícipe da Grande Guerra, também não havia sido posta em execução.¹⁹⁷ A precária situação da defesa armada do país não poderia melhorar apenas com mudanças superficiais e acessórias tais como novos fardamentos, equipagens e armamentos. Só se alteraria caso se mudasse radicalmente a maneira de adquirir a substância das forças militares, isto é, o seu elemento humano e sua preparação. Por isso, Wenceslau Brás declarou que o serviço militar obrigatório havia sido “*o empreendimento capital*” e “*o fator de maior relevância*” ocorrido em sua presidência.¹⁹⁸

O fenômeno da guerra trouxe ao debate na sociedade brasileira assuntos ligados à defesa nacional. As Forças Armadas brasileiras despertaram do quase estado de letargia em que se encontravam. A situação da força terrestre nacional era verdadeiramente desoladora: ineficiência administrativa, promoções por conveniências, unidades desfalcadas, ausência de instrução.¹⁹⁹ O próprio ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, confessou

¹⁹⁵ *Idem. Ibidem*: 37 a 40.

¹⁹⁶ Fonseca Filho, 1961: 80 a 81.

¹⁹⁷ Relatório da Guerra, 1918: 9.

¹⁹⁸ Cavalcanti, P., 1981: 91 a 93.

¹⁹⁹ Vinhosa, *op. cit.*: 162 a 164.

honestamente a total incapacidade do Exército Brasileiro.²⁰⁰ Não muito diferente disto, em termos administrativos e operacionais, encontrava-se a Armada Nacional, praticamente inexistente enquanto instrumento de combate.²⁰¹

O envolvimento e a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial evidenciaram o distanciamento tecnológico e doutrinário das forças armadas nacionais para o chamado “estado da arte” militar. A Comissão de Estudos e Apurações de Guerra do Exército Brasileiro junto ao Exército Francês e a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), em contato com as Marinhas Inglesa, Francesa e Norte-Americana em Gibraltar, trouxeram vivas experiências da urgente necessidade de evolução das instituições militares brasileiras.

A diplomacia brasileira ganhou significativa experiência e projeção com a Primeira Guerra Mundial. As ingerências do governo inglês no comércio interno e no comércio exterior brasileiros, o açoitamento das relações com a Alemanha, a busca crescente de entendimento com os Estados Unidos e com os países latino-americanos, as dificuldades com o governo francês, os desentendimentos com a Argentina, tudo motivou a intensificação das atividades diplomáticas. Ao final da guerra o ministro Arthur Peel, da Inglaterra, reconheceu a iniciativa e a energia do governo brasileiro em adotar medidas restritivas ao intercâmbio comercial e às operações bancárias da Alemanha no Brasil.²⁰² O ministro francês Paul Claudel enalteceu a colaboração do Brasil com as medidas adotadas contra a Alemanha, sua contribuição em gêneros de primeiras necessidades, o afretamento de navios alemães à França, bem como a colaboração militar no esforço de guerra aliado.²⁰³

Durante a guerra, enquanto a Alemanha teve completamente extintas suas relações comerciais na América Latina, a Inglaterra e a França apenas puderam manter aqui as relações já existentes. Por outro lado, os investimentos dos Estados Unidos na região saltaram de US\$ 173.000.000,00 para US\$ 2.294.000.000,00, significando aumento de 1.324%. No Brasil, os investimentos americanos passaram de US\$ 162.794.000,00, em 1913, para US\$ 384.329.000,00 em 1920, representando crescimento de US\$ 221.536,00

²⁰⁰ Bandeira *et alli*, *op. cit.*: 43

²⁰¹ Calógeras, *op. cit.*: 55.

²⁰² Garcia, 2006: 200.

²⁰³ Ministério das Relações Exteriores, 1918: 212 e 213.

ou 236%.²⁰⁴ O Brasil manteve seu comércio com os Estados Unidos num patamar bastante elevado, em termos absolutos, devido ao valor bastante alto que já apresentava antes do conflito (1913). Após a guerra, porém, constata-se que o Brasil foi o país sul-americano que, percentualmente, apresentou menor crescimento comercial junto aos Estados Unidos. A Argentina, por exemplo, que se manteve irredutivelmente neutra durante todo o conflito, obteve com os Estados Unidos crescimento comercial muito superior ao brasileiro, tanto em valor absoluto (US\$ 345.747,00) quanto em termos percentuais (529%) (Ver Tabela 4, abaixo).

A guerra trouxe para o Brasil mudanças significativas em diversos aspectos, nos vários setores da vida nacional. Com ela o país teve o crescimento industrial estimulado, os primeiros movimentos reivindicatórios assinalaram amadurecimento social, o sentimento de nacionalidade renasceu, a defesa nacional passou a ser tema da agenda política e as relações diplomáticas se intensificaram. O pós-guerra trouxe ao país amadurecimento diplomático, reorganização de suas forças armadas, desenvolvimento de sua infra-estrutura, incremento de suas relações comerciais e atração de investimentos estrangeiros.

TABELA 4- COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS COM AS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS
(Unidade: US\$ 1,000.00)

País	Ano-Base (1913)	Pós-Guerra (192	Acréscimo (%)
<i>Argentina</i>	75.755	421.502	345.747 (529)
<i>Bolívia</i>	941	15.068	14.121 (1600)
<i>Brasil</i>	162.794	384.329	221.535 (236)
<i>Chile</i>	43.732	175.791	132.059 (402)
<i>Colômbia</i>	23.378	112.775	89.397 (483)
<i>Equador</i>	5.592	26.724	21.132 (478)
<i>Paraguai</i>	246	2.994	2748 (1212)
<i>Peru</i>	17.009	110.715	93.706 (650)
<i>Uruguai</i>	9.973	67.502	57.529 (676)
<i>Venezuela</i>	16.589	51.593	35.004 (311)

FONTE: Normano, João Frederico. *A luta pela América do Sul*, São Paulo: Atlas, 1944, p.28
Apud: *Foreign Commerce and Navigation of the United States*.

²⁰⁴ Normano, 1944: 28, 58 e 59.

3.2 - O Brasil na Conferência de Paz e na Liga das Nações

O Brasil decidiu ingressar na Guerra da Europa movido, principalmente, pelo interesse em participar da Conferência de Paz e se tornar um dos fundadores da Liga das Nações, o que lhe asseguraria projeção internacional ao lado das grandes potências mundiais.²⁰⁵ Porém, ingressa-se neste seleto grupo em decorrência da projeção de seu poder político, fruto de uma diplomacia atuante e eficiente, respaldada em expressões do poder econômico e do poder militar. O Brasil desejava atingir seu objetivo seguindo o caminho inverso, exibindo descompasso entre os objetivos políticos perseguidos e as expressões de poder nacional para alcançá-los.²⁰⁶

A colaboração econômica e a participação na guerra como aliado dos Estados Unidos, associado aos membros da Tríplice Entente, propiciaram ao Brasil o direito de participar da Conferência de Paz tendo por objetivo reunir os vencedores para deliberarem quanto aos termos da rendição dos vencidos.²⁰⁷ Nela o Presidente Woodrow Wilson apresentou seu projeto de criação da Liga das Nações, comunidade de Estados que regularia as relações internacionais promovendo a paz, a justiça e o direito, em detrimento dos antigos processos de prevalência de poder.²⁰⁸

O Pacto da Liga das Nações foi o conjunto de normas a que todas as nações se comprometiam observar para preservar a paz, a liberdade dos mares e estimular o comércio e o desenvolvimento harmonioso dos povos. Este Pacto constou em todos os tratados firmados em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Foram eles: Tratado de Versalhes, com a Alemanha, assinado a 28 de julho de 1919; Tratado de Saint-Germain-en-Laye, assinado com a Áustria em 10 de setembro de 1919; Tratado de Neuilly-sur-Seine, firmado em 27 de novembro de 1919 com a Bulgária; Tratado de Sèvres, assinado a 10 de agosto de 1920 com a Turquia.²⁰⁹

Nas correspondências diplomáticas e nos discursos políticos, a contribuição do Brasil para o esforço de guerra dos Aliados era enaltecida. A dificuldade estava na transmutação da retórica para a prática, convertendo os elogios em benefícios concretos. Iniciadas as negociações na Conferência de Paz, as grandes potências, especialmente a

²⁰⁵ Calógeras, *op. cit.*: 38 e 39.

²⁰⁶ Garcia, 2005: 31.

²⁰⁷ *Idem. Ibidem*: 28.

²⁰⁸ Baracuh, 2005: 24.

²⁰⁹ Vinhosa, *op. cit.*: 236.

França e a Inglaterra, agiram com acentuado egoísmo. O Brasil foi discriminado e reiteradamente preterido, exceção feita ao apoio norte-americano em levar às grandes potências as reivindicações brasileiras.²¹⁰

Na Conferência de Paz, os vencedores se diferenciavam entre “potências aliadas e associadas” e “potências de interesses limitados”. Estes últimos, com interesses menores em jogo, tiveram pequena representatividade e foram chamados a participar dos debates apenas quando os assuntos lhes diziam respeito.²¹¹ O Brasil, por ter prestado contribuição tida como insignificante para o esforço de guerra e por ter sofrido perdas consideradas irrisórias, foi classificado como participante de “interesse limitado”. Desde o princípio ficou evidente que os temas internacionalmente relevantes das Conferências de Paz e da Liga das Nações ficariam restritos ao “clube fechado” das grandes potências, no qual o Brasil queria se fazer presente. Para tanto iniciou uma intensa “corrida diplomática” respaldando todas as propostas dos Estados Unidos em troca do apoio deste país às suas reivindicações.²¹²

A primeira intervenção norte-americana em favor do Brasil deu-se por ocasião da definição do número de representantes de cada país presente às reuniões da Conferência de Paz: os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e o Japão teriam cinco representantes; a Itália, três; e os demais países, um ou dois. Ao Brasil caberia apenas um. Graças às intervenções pessoais de Domício da Gama, ministro das Relações Exteriores, junto a representantes do governo norte-americano, o Brasil obteve três vagas, o que implicou a que Sérvia e Bélgica, países cujos filhos haviam vertido expressiva parcela de sangue nos campos de batalha da Europa, tivessem seu número de representantes também elevado para três.²¹³

Para a obtenção de maior prestígio político, resolveu-se alçar o chefe da delegação brasileira em Paris ao *status* de líder máximo do País. Com isso, o Brasil equiparava-se, na Conferência de Paz, à estatura política dos Estados Unidos da América, que contavam com a presença do Presidente Woodrow Wilson. Epitácio Pessoa logo iniciou intensa atividade diplomática visitando Bélgica, Itália, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Canadá,

²¹⁰ *Idem. Ibidem*: 233 e 234.

²¹¹ Ministério das Relações Exteriores, 1920: 13.

²¹² Garcia, 2005: 37.

²¹³ Vinhosa, *op. cit.*: 194 a 196.

promovendo o nome e a imagem do Brasil perante as grandes lideranças internacionais. Ainda que aparentemente nada produzissem além dos gestos protocolares, as visitas presidenciais se relacionavam a prioridades na política externa do país e causaram alguma impressão no subconsciente coletivo.²¹⁴

A Liga das Nações seria fundada com base num pacto e, para redigi-lo, criou-se uma comissão com representantes de dez países. A Comissão da Liga se constituiria das cinco grandes potências (Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos e Japão), cada uma com dois representantes, e cinco potências menores (Bélgica, Brasil, Sérvia, Portugal e China), cada uma com um representante. Essa desigualdade gerou protestos que levaram à inclusão de mais quatro potências menores na Comissão: Grécia, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.²¹⁵

O projeto inicial da Liga das Nações previa a criação de um Conselho Executivo constituído apenas pelas grandes potências. Novos protestos das potências menores levaram a que o Conselho Executivo da Liga das Nações se constituísse de cinco membros permanentes, representantes das grandes potências, e quatro membros temporários, representantes dos demais países. Eram membros permanentes Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos e Japão; os membros temporários inicialmente escolhidos foram Bélgica, Brasil, Espanha e Grécia.²¹⁶ Desta forma, o Conselho Executivo da Liga das Nações contou, como membros permanentes, com três potências européias (Inglaterra, França e Itália), uma potência asiática (Japão) e uma potência do continente americano (Estados Unidos).²¹⁷ Em breve seria aceita uma potência euro-asiática (a União Soviética) e estabeleceu-se, pelos Acordos de Locarno (outubro de 1925), a inclusão de outra potência européia, a Alemanha. A falta de proporcionalidade na representação das nações no Conselho Permanente da Liga das Nações deixava transparecer que sua estrutura organizacional não correspondia aos objetivos e esperanças apregoados por seus fundadores.²¹⁸

A discordância do Senado norte-americano quanto aos termos do Tratado de Versalhes levou os Estados Unidos a abandonarem a Liga das Nações. O Brasil se

²¹⁴ Danese, 1999: 275.

²¹⁵ Garcia, *op. cit.*: *loc. cit.*

²¹⁶ *Idem. Ibidem*: 42.

²¹⁷ *Idem. Ibidem*: 63 e 64.

²¹⁸ Lyra, 1992: 38.

posicionou como a mais forte nação americana remanescente na Liga, ocupando apenas assento temporário no Conselho. A pretensão brasileira de se tornar representante efetivo no Conselho Permanente não contava com o respaldo unânime das pequenas potências, nem mesmo entre os países latino-americanos. O governo brasileiro se candidatou, então, a ocupar o assento deixado vago com a saída dos Estados Unidos, até quando este país decidisse retomá-lo, no que não foi atendido.²¹⁹ Como consolo, o Brasil foi reeleito para mais um mandato como membro temporário do Conselho. Nesse período, o governo Artur Bernardes se valeu de outro artifício diplomático com vistas a alcançar seu objetivo: criou uma delegação em Genebra, na Suíça, sede da Liga das Nações, elevando-a à categoria de embaixada, sob a chefia de Afrânio de Melo Franco, com a tarefa de se fazer mais presente, buscar maior penetração e influência junto à alta cúpula da Liga das Nações.

Tendo frustrado seu sonho de ocupar o Assento Permanente do Conselho Executivo da Liga das Nações, o Brasil despertou para a realidade de sua pequena expressão na política internacional. Depositando, em protesto, voto contrário ao ingresso da Alemanha como novo membro do Conselho Permanente da Liga das Nações, o Brasil desfez a unanimidade do pleito postergando a aceitação do país-candidato para a próxima votação e solicitou sua retirada da Liga, em 17 de maio de 1926, o que se deu em 1928, por força de dispositivos regulamentares da instituição.²²⁰

A divulgação na imprensa nacional e estrangeira da atuação da delegação brasileira na Conferência de Paz, suas conquistas limitadas, a repercussão das atividades diplomáticas presidenciais e a valorização excessiva das metas estabelecidas por sua política externa criaram um erro de percepção quanto às reais possibilidades de inserção do Brasil como ator ativo no cenário político internacional.

3.3- Os interesses brasileiros

Na Conferência de Paz, a delegação brasileira defendeu principalmente três questões de particular interesse: o café de São Paulo depositado em portos europeus como garantia de pagamento dos empréstimos adquiridos pelo Brasil no exterior; a posse dos 46 navios alemães retidos em portos brasileiros durante a guerra; e a conquista de um lugar

²¹⁹ Vinhosa, *op. cit.*: 241.

²²⁰ Baracury, *op. cit.*: 77 e 78.

junto às grandes potências na Liga das Nações.²²¹ A busca de solução para estas questões se deu mediante solicitações freqüentes de apoio, por parte de Domício da Gama, à delegação norte-americana.

O caso do café brasileiro retido na Europa teve início nos anos de 1913 e 1914, quando o governo do Estado de São Paulo levantou empréstimos junto a bancos particulares em Londres, Paris e Berlim oferecendo, como garantia de pagamento de parcelas da dívida, o excesso da produção de café (1.835.361 sacas), mantido armazenado nos portos de Hamburgo (Alemanha), Bremen (Alemanha), Trieste (Áustria) e Antuérpia (Bélgica). Com o desenrolar da guerra, estando a Alemanha impedida de comercializar por via marítima em vista do bloqueio naval britânico, viu-se forçada a se valer unicamente dos recursos disponíveis em seu território e nos territórios ocupados. O governo alemão negociou a compra deste produto junto a um comitê composto de representantes do governo do Estado de São Paulo, do governo brasileiro e de representantes dos credores ingleses e franceses.²²²

O pagamento deste café foi feito em parcelas, entre 25 de novembro de 1914 e 20 de março de 1916, ficando o dinheiro depositado no banco alemão S. Bleischoroeder. Para o Brasil, tal venda se revelou um ótimo negócio porque a Inglaterra classificara o café como contrabando de guerra, o que obrigava o Brasil a manter o produto estocado, arcando com os custos de armazenagem, além do risco de deterioração da mercadoria. O governo brasileiro solicitou a transferência da quantia relativa à venda do café do banco alemão para um banco da França ou da Inglaterra, o que era ilegal, segundo o direito germânico, já que com estes países a Alemanha se encontrava em guerra. A Alemanha se negou a tal operação, assegurando ao Brasil a restituição da quantia ao câmbio da época ao final do conflito.²²³

Como a Alemanha devia ao Brasil a quantia relativa à compra do café armazenado em portos europeus sob sua ocupação e o Brasil devia à Alemanha a indenização pelo uso de seus navios retidos em portos brasileiros, a Comissão de Reparações de Guerra da Conferência de Paz desejava simplificar o problema fazendo um encontro de contas. Epitácio Pessoa argüiu que as duas questões, a do café e a dos navios, eram diferentes e

²²¹ Vinhosa, *op. cit.*: 190 e 210.

²²² Silva & Carneiro, (c): 51.

²²³ Vinhosa, *op. cit.*: 212, 213.

regidas por normas de direito distintas. O café brasileiro havia sido estocado em armazéns europeus como bens depositados em garantia contratual de pagamento de empréstimos adquiridos anteriormente à guerra. Seu pagamento deveria ser efetuado à parte, não correlacionado com as perdas decorrentes diretamente do conflito. O Brasil obteve solução favorável e o dinheiro relativo à venda do café do Estado de São Paulo foi disponibilizado na Casa Bleischoroeder em 03 de maio de 1921, sendo o caso tido como encerrado em 1925.²²⁴

A questão dos navios alemães requisitados pelo Brasil teve início ainda na fase da neutralidade brasileira no conflito europeu. Ao eclodir a guerra, 734 navios mercantes e de passageiros da Alemanha, ante o risco de serem apresados pelas marinhas aliadas, solicitaram refúgio em portos de países neutros,²²⁵ uma vez dadas garantias oficiais do país hospedeiro de salvaguardar e respeitar a propriedade estrangeira, segundo normas do direito internacional. No Brasil, abrigaram-se 46 navios alemães em diferentes portos. Com os afundamentos de mercantes por submarinos alemães ao longo da Guerra, passou a ser grande a procura por este tipo de navio e o Brasil sofreu pressões para confiscar os mercantes alemães aqui retidos e cedê-los às nações aliadas.

Epitácio Pessoa, na luta para a solução deste caso na Conferência de Paz, dizia que o pleito brasileiro era político, já que não encontrava qualquer respaldo jurídico.²²⁶ Para explicar sua atitude, o governo brasileiro, alegando “necessidade”, requisitou os 46 navios aqui abrigados como compensação à perda de 03 navios nacionais torpedeados. Por este cálculo, cada navio nacional torpedeado valeria 15,33 navios alemães. Depois argumentou tratar-se de “legítima defesa”,²²⁷ o que também não fazia sentido: os torpedeamentos não se configuraram como ataques ao Brasil, mas contra propriedades privadas de pessoas jurídicas brasileiras. Alegou-se ainda ter-se tomado tal atitude em “represália” ao governo alemão, porém sem admitir o confisco porque o governo brasileiro assegurava à Alemanha o pagamento de indenização pelo uso dos navios requisitados. Tem-se aqui uma inusitada situação jurídica, posto que a represália é “ato de guerra que não comporta indenização”, ainda mais que a alegada “represália” fora adotada sem a declaração formal de guerra de

²²⁴ *Idem. Ibidem*: 216.

²²⁵ Ferro, *op. cit.*: 165.

²²⁶ Vinhosa, *op. cit.*: 225.

²²⁷ Ministério das Relações Exteriores, 1917: 58.

um país para com o outro.²²⁸ Ao Brasil teria cabido protestar diplomaticamente e exigir indenizações do governo do Império Alemão pelos afundamentos sofridos. Não se encontrando explicações coerentes para as alegações apresentadas nem respaldo legal às reivindicações propostas com respeito a este caso, o governo brasileiro “*estava obrigado a restituir os navios e pagar a sua ocupação*”²²⁹, pois suas declarações formais durante a neutralidade asseguraram à Alemanha o respeito ao direito de propriedade, o que possibilitou a este país solicitar ao Brasil abrigo para suas embarcações durante o conflito europeu.

Os documentos oficiais do governo brasileiro textualmente expressaram estar abolida a idéia de confisco ao requisitar os navios alemães surtos nos portos nacionais. O Brasil se comprometeu a indenizar a Alemanha pelo uso destes navios ao deles se apossar por alegadas “*medidas de polícia e segurança*”.²³⁰ A “medida de segurança” aventada era para evitar supostas transmissões radiotelegráficas sigilosas entre os navios mercantes apresados e a Marinha Alemã. As “medidas policiais” seriam para preservar o patrimônio alemão sob a guarda do governo brasileiro, porque se dizia haverem informações de que as tripulações alemãs estavam depredando e sabotando seus navios para evitar o possível uso destes em favor da causa aliada.²³¹

A aquisição da propriedade dos navios alemães sem indenização, como o Brasil requeria, só seria legalmente aceita se o Brasil tivesse decretado a “captura” das embarcações alemãs na vigência do estado de beligerância entre os dois países e depois submetido o caso ao julgamento pelo tribunal de presas.²³² Contudo, a requisição deu-se antes de decretada a beligerância entre Brasil e Alemanha e, uma vez finda a guerra, restabelecida a paz, não seria lícito ao Brasil decretar a captura dos navios para tê-los sob sua posse sem indenização. Para a Comissão Econômica da Conferência, o justo seria o Brasil deter a posse dos navios mediante compra, ou devolvê-los à Alemanha indenizando seus proprietários pelo uso que deles fizera.

A Comissão de Finanças da Conferência de Paz, na busca de uma forma equitativa para solucionar o caso, propunha que todos os navios alemães requisitados por países

²²⁸ Vinhosa, *op. cit.*: 219 a 221.

²²⁹ Pessoa, 1925:18.

²³⁰ *Idem. Ibidem*: 15 e 16.

²³¹ Fortes, 1975: 4.

²³² Pessoa, *op. cit.*: 17.

neutros ou apresados por beligerantes, mas não tidos como capturados, fossem reunidos para divisão proporcional entre todos, segundo as perdas marítimas de cada um. Tal solução parecia justa, mas não interessava ao Brasil que teve muito pequenas perdas marítimas relativamente à tonelagem total de navios apresados, comparativamente aos demais países, que haviam sofrido grandes perdas com relativamente pequena tonelagem de navios alemães apreendidos. Como a delegação brasileira tinha pequena expressão na Conferência, Epitácio Pessoa recorreu a Domício da Gama para que este pedisse o apoio de seus amigos da delegação norte-americana.²³³

Os Estados Unidos se prontificaram a representar o pleito brasileiro, porque tal proposta lhes era também assaz favorável. Brasil, China, Cuba, Estados Unidos e Sião (atual Tailândia) eram os únicos países que apresentavam tonelagem em navios alemães apreendidos superior a tonelagem de navios nacionais afundados. Para os demais países a desvantagem era assustadora: a Inglaterra, em média, para cada tonelada de navio alemão apreendido, havia perdido dezesseis toneladas; a França, em média, apenas apreendeu uma tonelada em navio alemão, para cada vinte toneladas de mercantes seus afundados. Os Estados Unidos, pelo contrário, apreenderam uma tonelada e meia para cada tonelada perdida e o Brasil, para cada tonelada naufragada, em média, havia apreendido oito toneladas em navios alemães.²³⁴

A França, a quem o Brasil além de suas possibilidades ajudara, foi favorável ao pleito estadunidense, mas o negou ao Brasil, alegando que aqueles transportaram tropas para a Europa nos navios apreendidos aos alemães, enquanto o Brasil somente havia transportado mercadorias. O representante da Inglaterra, em acréscimo, lembrou que todo o tráfego marítimo internacional brasileiro estivera sob a proteção da Marinha Britânica.²³⁵ Assim, caso o Brasil desejasse ter para si em definitivo os navios alemães apresados, teria que indenizá-los regiamente. A delegação brasileira recorreu então a outro artifício: propôs entrasse na composição do valor das indenizações a serem pagas à Alemanha pelos navios apresados todas as indenizações que a Alemanha teria que pagar aos beligerantes a título de reparações de guerra, que eram elevadas. Com a aceitação desta fórmula, a Alemanha teria mais a pagar do que a receber e o Brasil assegurou, a 02 de maio de 1920, praticamente

²³³ Vinhosa, *op. cit.*: 224 e 225.

²³⁴ *Idem. Ibidem*: 225, 226.

²³⁵ Garcia, 2006: 69.

livre de indenizações, o direito de posse dos navios alemães apresados.²³⁶

O contrato de afretamento dos navios à França, estabelecido para o período de 31 de março de 1918 a 30 de março de 1919, foi renovado por mais duas temporadas (de 31 de março de 1919 a 30 de março de 1920 e de 31 de março de 1920 até 30 de março de 1921). Só em 1924 o Presidente da República, Artur Bernardes, considerou o caso livre de pendências: dos 30 navios ex-alemães, a França comprou dois, indenizou um que havia sido torpedeado e devolveu os 27 restantes. O governo brasileiro declarou estar a questão “*virtualmente finda*”, autorizando nosso representante em Paris a protocolizar o acordo com o Embaixador da França.²³⁷

As grandes potências presentes às Conferências de Paz impuseram à Alemanha punições extremamente severas. Dentre estas se sobressaía a dívida de guerra (132 bilhões de marcos ouro), pesadas indenizações a serem pagas aos vencedores por danos, perdas e prejuízos decorrentes do conflito iniciado, segundo alegado, por culpa total e exclusiva do Império Alemão. Ficou decidido que, do montante da dívida a ser paga pela Alemanha, 52% seriam destinados à França, à Inglaterra caberiam 22%, Itália e Bélgica receberiam os equivalentes a 10% e 8% do total, respectivamente. Os restantes 6,5% seriam divididos entre os demais aliados: Brasil, Cuba, Grécia, Libéria, Romênia, Sérvia, Sião e Tchecoslováquia.²³⁸

A título de reparações, o Brasil apresentou como direito líquido e certo a quantia de 1.500.000 libras esterlinas, acrescida de 1.800.000 libras esterlinas a título de lucro cessante, sujeitos à decisão da Corte Permanente de Justiça Internacional. Este total correspondia a aproximadamente 1% do total das indenizações destinadas às pequenas potências. O Brasil reclamava a perda de navios mercantes, as indenizações por vidas ceifadas nos afundamentos, as despesas com a preparação da defesa nacional, os gastos com a DNOG, as perdas humanas decorrentes de doenças adquiridas em operações de guerra.²³⁹ A Alemanha questionava que o Brasil lhe devia 2.043.077 libras esterlinas como indenização por prejuízos decorrentes do apresamento de seus 46 navios mercantes. A Comissão de Reparações, por sentença de 28 de julho de 1921, indenizou o Brasil com

²³⁶ Silva & Carneiro (c): 58.

²³⁷ Vinhosa, *op. cit.*: 229 e 230.

²³⁸ *Idem. Ibidem*: 230.

²³⁹ Gama, 1975: 8.

cerca de 14,3% do valor reclamado.²⁴⁰ O entendimento reinante era de que o Brasil sofrera perdas irrisórias, prestara contribuição insignificante no esforço de guerra aliado e obtivera grande benefício com a obtenção da posse dos navios alemães.

O Brasil ingressou na guerra como aliado dos Estados Unidos tendo em vista sua ascensão ao nível de elemento ativo das relações internacionais como partícipe da Conferência de Paz e membro-fundador da Sociedade de Nações.²⁴¹ Para tanto, o Brasil assumiu o estado de beligerância já próximo ao final das hostilidades, prestou colaborações acessórias ao esforço de guerra aliado e respaldou as iniciativas norte-americanas na Conferência de Paz. Seus interesses imediatos consistiam em obter compensações financeiras com a intensificação das relações comerciais com os Aliados, indenizações e reparações tributadas à guerra, além de representatividade na Conferência de Paz. Seus interesses de longo prazo eram obter assento permanente no Conselho Executivo da Liga das Nações, firmar-se como ator relevante nas relações internacionais e expandir mercados para seus produtos primários.

3.4- Perdas e ganhos

Com seu envolvimento e participação no conflito europeu, o Brasil auferiu êxitos e malogros, perdas e ganhos. Alguns benefícios foram de curto prazo e outros, de maior alcance. Contabilizam-se como perdas a não obtenção do reconhecimento e recompensas esperadas pela colaboração prestada aos Aliados. Os ganhos imediatos se relacionaram às finanças e à economia. Os benefícios de longo alcance se relacionam à experiência adquirida e à aprendizagem. Quanto maiores estes últimos, mais duradouros seriam os primeiros e, inversamente, aqueles seriam tão mais voláteis, quanto menores fossem estes.

Como ganhos imediatos podemos contabilizar o pagamento do café de São Paulo estocado em portos da Europa e adquiridos pela Alemanha, a negociação envolvendo o aluguel de 30 navios alemães à França e a obtenção, livre de indenização, de 46 navios alemães retidos em portos brasileiros durante a guerra. Os ganhos mediatos, ou de longo prazo, se referem à experiência histórica adquirida pela diplomacia brasileira durante a guerra e nas conferências de paz, a aplicação efetiva da lei de serviço militar e a vinda de

²⁴⁰ Vinhosa, *op. cit.*: 230 e 231.

²⁴¹ Garcia, 2005: 28.

missões militares para as forças armadas nacionais. Dentre as perdas podem ser computadas a não indenização dos prejuízos e danos causados pela guerra e o malogro da pretensão de conquista de um assento permanente no Conselho da Liga das Nações.

O Brasil festejou como grande conquista o pagamento do café retido nos portos europeus durante a guerra. Eram 1.835.361 sacas de café, o equivalente a 14,06% da média de exportação anual durante o período de beligerância, que foi de 13.058.600 sacas. Em 1915, em plena guerra, foram exportadas 17.061.000 sacas de café. Comparativamente à média de exportação, o excedente foi de 4.002.400 sacas, mais que o dobro da quantidade questionada à Alemanha.²⁴² O café, objeto da questão, havia sido adquirido pela Alemanha e a quantia relativa ao pagamento da compra já estava depositada em banco, faltando apenas sua transferência ao Brasil, operação impossibilitada de se realizar em face de restrições legais vigentes na Alemanha em período de guerra, mas com solução prevista para depois de cessadas as hostilidades, pois o Brasil já havia obtido formalmente da Alemanha “*a promessa de que o producto [sic] da venda do café da valorização, depositado no Banco Bleischroeder, estaria intacto, depois da assignatura [sic] da paz, á [sic] disposição do Governo do Brasil*”.²⁴³

Também se divulgou como grande conquista a obtenção do direito à propriedade dos 46 navios alemães retidos nos portos brasileiros durante a guerra. A retenção dos navios alemães e seu afretamento à França se constituíram em submissão a pressões estrangeiras, nos mesmos moldes a que Portugal havia se submetido às pressões inglesas ao apresiar navios austríacos e alemães com idêntica finalidade.²⁴⁴ A posse dos navios alemães sem indenização se configurou em ato contrário à tradição diplomática nacional, posto que o governo brasileiro fugiu à palavra documentalmente empenhada de assegurar a propriedade estrangeira, condição *sine qua non* para que os navios alemães aqui buscassem abrigo.²⁴⁵

A despeito da escassez mundial de transporte marítimo, em virtude dos afundamentos de navios mercantes causados pela guerra submarina, a situação brasileira neste tocante era bastante confortável. O Brasil ocupava a primeira posição entre as frotas

²⁴² Silva, G., 1979: 139. *Apud* Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 03 a 18.05.1918, Vol. II, p. 114-2. Tabela “Comércio Exterior do Brasil”.

²⁴³ Pessoa, *op. cit.*: 10.

²⁴⁴ *Idem. Ibidem*: 16 e 17.

²⁴⁵ Vinhosa, *op. cit.*: 219 e 220.

mercantes da América do Sul.²⁴⁶ Sua marinha mercante, que no começo da guerra possuía 403 vapores, ao final da conflagração se compunha de 659 navios.²⁴⁷ Embora a maioria deles se destinasse à navegação de cabotagem, então bastante intensa ao longo da costa nacional, a frota mercante de alto mar era expressiva constituindo-se de 169 navios. A posse dos 46 navios ex-alemães representou incremento em mais de um quarto da marinha mercante transoceânica brasileira.²⁴⁸

O afretamento de 30 destes 46 navios alemães à França revelou-se um negócio de lucro efêmero e repleto de entraves para o Brasil. Inicialmente o governo francês, a 06 de setembro de 1917, com base nos “*sentimentos tão tocantes de sympathia [sic]... manifestados*” e confiante “*no concurso moral e material do Brasil nas horas supremas da luta*”, pediu que o governo brasileiro doasse, ou cedesse gratuitamente por determinado tempo, os referidos navios alemães. As negociações levaram à assinatura, em 03 de dezembro daquele ano, de convênio segundo o qual o Brasil afretava 30 destes navios alemães à França pelo período de um ano (de 31 de março de 1918 a 30 de março de 1919). Cumprido o que fora pactuado para este período, a França solicitou que os efeitos do citado convênio fossem mantidos provisoriamente por mais um ano, até que novo contrato fosse celebrado. Por fim, em princípios de março de 1921, ficou ajustado entre os dois países que os referidos navios seriam restituídos ao Brasil imediatamente ao final do prazo do segundo reafretamento (31 de março de 1921), quando a França já teria saldado seus débitos.²⁴⁹ Pelo primeiro afretamento o Brasil recebeu 110.000.000 de francos, vendeu à França 100.000.000 de francos em mercadorias e mais 2.000.000 de sacas de café.²⁵⁰ Pela prorrogação de contrato até outubro de 1920, o Brasil recebeu 27.377:444\$680. Desta data até março de 1921, o Brasil recebeu adiantado parcelas de 1.062:332\$040, pagas a 1º de cada mês.²⁵¹

O governo brasileiro requereu o ressarcimento de todos os gastos feitos com os preparativos para a guerra. Atribuindo à Alemanha a prática de atos belicosos que teriam obrigado o Brasil a se armar para sua defesa, teria ela que ser condenada a indenizar os

²⁴⁶ Guimarães, 1985: 246.

²⁴⁷ Gama, 1982: 22 e 27.

²⁴⁸ Ministério das Relações Exteriores. 1918: 66 e 71.

²⁴⁹ Pessoa, *op. cit.*: 25, 38 a 40.

²⁵⁰ Monteiro, T., 1917: 203.

²⁵¹ Pessoa, *op. cit.*: 41 e 42.

sacrifícios financeiros do erário na preparação das Forças Armadas nacionais. A idéia era antiga e se baseava na doutrina de Napoleão Bonaparte de que a guerra financiaria a guerra: os gastos para mover a máquina de guerra seriam compensados com as indenizações cobradas aos vencidos.²⁵² Pretendia-se, em aproveitamento da situação de desvantagem da Alemanha ante sua derrota na guerra, cobrar-lhe todos os investimentos feitos emergencialmente para o reaparelhamento da defesa nacional, sob a alegação de que o Brasil havia sido forçado a tais gastos em decorrência do inesperado estado de beligerância a que fora conduzido em virtude das agressões alemãs.

Durante a guerra se intensificou no país o interesse pela revitalização das forças de defesa nacional. Implantou-se o serviço militar compulsório, criou-se o quadro de oficiais da reserva, remodelaram-se os serviços administrativos do Exército, fundaram-se campos de instrução para grandes unidades militares, criaram-se escolas de aviação e de submersíveis.²⁵³ O Exército reformou e desenvolveu seus arsenais, fábricas e linhas de tiro, reavivou o núcleo da aviação militar de guerra, enviou uma comissão de oficiais para acompanhar as operações de guerra, avaliar materiais bélicos de última geração e para estagiar no Exército Francês e teve a seu comando a Missão Médica a serviço na França. A Marinha conseguiu construir paióis de pólvora e hangares, adquirir equipamentos no exterior, consertar seus navios, intensificar seu treinamento e aumentar sua presença na costa brasileira. As forças armadas brasileiras, num curto prazo, conquistaram melhoramentos há décadas cobiçados.

O ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, com base em cálculos de sua Diretoria de Contabilidade, apresentou a Domício da Gama, em 30 de dezembro de 1918, o total de R\$ 53.610:400\$625 como despesas com a força terrestre em decorrência da guerra.²⁵⁴ Requereu ainda, durante as negociações para reparações de guerra na Conferência de Paz, a entrega ou indenização de material bélico adquirido na Alemanha, por contrato firmado em 15 de abril de 1913, mas não entregue em virtude do advento da guerra, num total de 80 milhões de marcos alemão.²⁵⁵ A conta do dispêndio da Marinha

²⁵² Calógeras, *op. cit.*: 72.

²⁵³ Cavalcanti, P., *op. cit.*: 91, 93, 94 e 96.

²⁵⁴ Ministério das Relações Exteriores, 1920: Pasta 273-2-11, Anexo 2, do Ministério do Exército.

²⁵⁵ Tal material consistia de 3 obuses para artilharia de costa e 12 aparelhos de pontaria, fuzis, munições, máquinas para fabricação de munição de pistolas, 27 baterias de obuses para artilharia de campanha, ferramental para canhões, 45.000 canos para fuzil, 1.400.000 cartuchos. (*Idem. Ibidem:loc. cit.*)

com a guerra totalizava R\$ 40.146:159\$398, incluindo o consumo de combustível e de gêneros alimentícios, acréscimos do pagamento de pessoal, custos dos serviços do Arsenal da Marinha e da Diretoria de Armamento na preparação e emprego da DNOG, assim como os custos dos navios e pessoal empregados em trabalho extra de vigilância e patrulhamento das águas nacionais, além dos gastos para internação dos súditos alemães no Sanatório Naval de Nova Friburgo, na Ilha Grande, na Ilha das Flores e na Fazenda São Bento, em Nova Iguaçu (RJ).²⁵⁶ A soma que o Brasil pretendia reclamar como indenização atingia a cifra dos 20 milhões de libras esterlinas. Contudo, não foi dada à delegação brasileira a oportunidade de tratar convenientemente deste assunto que, por ser complexo e bastante controverso, foi transferido para a Comissão de Reparações, a se reunir após a Conferência de Paz.²⁵⁷

A nomeação de políticos de reconhecida capacidade administrativa para a chefia das Pastas Militares representou grande progresso administrativo-organizacional e técnico-profissional. De fácil acesso ao Presidente, livres das idiosincrasias e dos vícios arraigados da vida castrense, os ministros civis promoveram a vinda de missões militares estrangeiras para impulsionar as mudanças necessárias à redução do acentuado desnível no preparo, aparelhamento e organização do Exército e da Marinha nacionais. Para o Exército veio a Missão Militar Francesa. Para a Marinha, a Missão Militar Americana. Ambas, aquela mais que esta, foram de grande significado e prestaram valorosa contribuição ao progresso técnico e doutrinário das forças armadas brasileiras.

O interesse da França em enviar uma missão militar ao Brasil residia em monopolizar a venda de armamentos e equipamentos militares na América do Sul. Os Estados Unidos, sabendo que esta parte do globo terrestre era apenas pontuada de conflitos de baixa intensidade por demarcação de fronteiras, viam, na cobiça francesa, pequena significação no quadro geral dos negócios na região. O objetivo norte-americano era estratégico e político, de longo prazo, que consistia em obter influência e penetração cultural no Brasil, de onde tal processo de “americanização” se irradiaria aos demais países sul-americanos.²⁵⁸ A Missão Militar Americana foi de curta duração, sofreu descontinuidade nos seus trabalhos e redução em sua composição. Seus reflexos culturais,

²⁵⁶ *Idem. Ibidem: loc. cit.*, Anexo 1, do Ministério da Marinha.

²⁵⁷ Garcia, 2006: 56.

²⁵⁸ Bandeira, *op. cit.*: 207 a 209 e 215.

enquanto benefícios políticos e estratégicos favoráveis aos interesses norte-americanos, foram duradouros; mas os resultados técnico-profissionais para a Marinha do Brasil foram passageiros provocando mudanças apenas superficiais.²⁵⁹

A Missão Militar Francesa aqui permaneceu mais longo período (de 1919 a 1940), ininterruptamente. Ainda que tenha transmitido ao Exército Brasileiro uma doutrina ultrapassada e vendido ao Brasil material bélico em precárias condições de funcionamento e mau estado de conservação,²⁶⁰ as mudanças por ela promovidas foram profundas e os benefícios perduram até os dias atuais.²⁶¹ Sua atuação fundamental ocorreu na organização e estruturação do sistema de ensino profissional-militar, alterando o modelo educacional e criando nova mentalidade na formação de pessoal.²⁶² Sua permanência prolongada e a constância de suas proposições deixaram legado ponderável também no tocante aos trabalhos de Estado-Maior, visão estratégica de mobilização nacional para a guerra e criação de um Conselho Nacional de Defesa.²⁶³

O Estado-Maior do Exército, instituído em 1896 (nove décadas depois da criação do Estado-Maior Alemão), ainda em 1916 não funcionava satisfatoriamente, faltando-lhe recursos até para os trabalhos rotineiros, conforme alegara o próprio ministro.²⁶⁴ Um Conselho Nacional de Defesa já havia sido idealizado e proposto ao Presidente da República pelo marechal Hermes da Fonseca em 1907.²⁶⁵ Tal proposição foi reforçada pelo ministro da Marinha em 1919, agora denominado Conselho de Defesa Nacional, com diferente composição, mas dotada da mesma finalidade.²⁶⁶ O Conselho Nacional de Defesa foi criado apenas em 1927, nos moldes do Conselho Superior da Defesa Nacional, da França, refletindo as preocupações características da última guerra, onde o fenômeno bélico não se restringia apenas ao elemento militar, mas expressava um esforço de toda a nação.²⁶⁷ Na França, porém, assim como no Brasil, tal Conselho não produziu os resultados esperados. A falta de autoridade do Chefe do Poder Executivo possibilitou que as políticas individualistas e as formalidades prevalecessem em detrimento de qualquer benefício

²⁵⁹ *Idem. Ibidem*: 225 e 226.

²⁶⁰ Garcia, *op. cit.*: 208.

²⁶¹ Malan, 1988: 186, 190 e 192.

²⁶² Garcia, *op. cit.*: 199 a 202.

²⁶³ *Idem. Ibidem*: 209.

²⁶⁴ Relatório do Exército, 1916: 20.

²⁶⁵ Fonseca Filho, *op. cit.*: 86.

²⁶⁶ Relatório da Marinha, 1919: 38 a 40.

²⁶⁷ Garcia, *op. cit.*: *loc. cit.*

coletivo de vulto.²⁶⁸

As atividades da Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro repercutiram na Marinha, que avaliou a necessidade de também recorrer à ajuda de uma missão militar estrangeira. O dilema residiu em decidir qual o país de procedência da referida missão, travando-se, para este fim, grande concorrência entre Estados Unidos e Inglaterra.²⁶⁹ Alegou-se como fator decisivo para a escolha da Missão Naval Americana sua vantajosa oferta no fornecimento de combustível para a Esquadra Brasileira, item do qual esta sofria enorme dependência. Mas a presença freqüente de uma esquadra e a ausência da outra nos mares do sul do oceano Atlântico foi também fator influente. Durante a guerra, enquanto a Marinha Inglesa se restringiu ao cenário europeu para efetivar o bloqueio naval à Alemanha e assegurar sua defesa territorial, a Marinha dos Estados Unidos singrou os mares do mundo tornando-se presente nos portos brasileiros.²⁷⁰

Ao contrário do lento processo seletivo e decisório do Exército para a escolha da procedência da missão militar, na Marinha os fatos se desenvolveram com celeridade. Em 21 de julho de 1922, o ministro das Relações exteriores do Brasil orientou a embaixada brasileira em Washington a comunicar oficialmente ao governo dos Estados Unidos a decisão do governo brasileiro de contratar daquele país uma missão naval pelo prazo de quatro anos. Já em setembro esteve aqui o chefe da missão para reconhecimento, coleta de informações e acertos de detalhes. Dois meses depois, a 06 de novembro, o contrato foi firmado e no mês seguinte já trabalhava no Brasil a referida missão.²⁷¹

Composta inicialmente de dezesseis oficiais e dezenove suboficiais de diversas especialidades, a Missão Naval Americana teve seu contrato renovado em 1926. Em 1930, com a crise política do governo Washington Luiz, o contrato sofreu rescisão. Em 1935, nova Missão, agora bastante reduzida, foi contratada.²⁷² A pouca atenção dada pelo Ministério da Marinha à Missão Naval Americana, a redução significativa de seus quadros e a descontinuidade de seu trabalho produziram efeito apenas paliativo sobre os problemas enfrentados pela Marinha do Brasil.

Os benefícios de maior alcance auferidos com a participação do Brasil na Grande

²⁶⁸ Duroselle, *op. cit.*: 104 e 105.

²⁶⁹ Cascardo, *op. cit.*: 112.

²⁷⁰ Bandeira, *op. cit.*: 198.

²⁷¹ Garcia, *op. cit.*: 215, 216 e 220.

²⁷² *Idem. Ibidem*: 226.

Guerra foram: a experiência diplomática de ter se envolvido mais diretamente no jogo de poder das grandes potências e ter participado, mesmo com restrições, das Conferências de Paz; os investimentos emergenciais na defesa nacional; a aprendizagem auferida pelas Forças Armadas com suas participações, ainda que modestas, na guerra; a implantação da lei do serviço militar obrigatório; a vinda de missões militares estrangeiras para auxiliar na reorganização das forças armadas nacionais

O Brasil saiu da Conferência de Paz com a ilusão de vitorioso. Conseguiu o pagamento da dívida do café retido na Europa durante a guerra, obteve a posse dos navios alemães apresados. Suas conquistas diplomáticas relacionadas à Liga das Nações foram “fogos de artifício”. Apesar da grande repercussão na imprensa, tiveram duração efêmera: conquistou temporária notoriedade na Europa através da diplomacia de Epitácio Pessoa, angariou simpatia junto ao governo norte-americano alcançando, por meio deste, um assento provisório no Conselho da Liga das Nações, além da presidência do Tribunal de Justiça Internacional, destinada a Rui Barbosa, que nunca foi empossado.²⁷³ Como o Congresso norte-americano não aprovou os termos do protocolo de criação da Liga das Nações, os Estados Unidos dela não participaram e o Brasil perdeu seu patrocinador. Seus pleitos foram, na quase totalidade, ignorados e sua participação, praticamente desconsiderada. O Brasil viveu a ilusão do fortalecimento de seu prestígio e de sua projeção internacional.²⁷⁴

Constata-se, afinal, que o Brasil fez um investimento financeiro, político, militar e diplomático muito acima de suas possibilidades em troca de pequenos benefícios. O prestígio efêmero obtido na Europa envaideceu as elites dirigentes nacionais. O simbolismo dos gestos diplomáticos e das deferências protocolares aumentou o contentamento com os ganhos voláteis.²⁷⁵ No contexto geral, a capacidade de influência do Brasil na política internacional permaneceu nula. Um erro de avaliação quanto às reais possibilidades do Brasil se alçar ao *status* de grande potência e a percepção equivocada quanto ao poder que teria a Liga das Nações na nova ordem internacional frustraram as expectativas da política externa brasileira nas décadas iniciais do século passado.²⁷⁶

²⁷³ Vinhosa, *op. cit.*: 237, 238 e 240.

²⁷⁴ Garcia, 2005: 42, 43, 54 e 55.

²⁷⁵ Garcia, 2006: 76.

²⁷⁶ Baracuh, *op. cit.*: 78 e 80.

CAPÍTULO IV

A ESTRATÉGIA POLÍTICO-MILITAR BRASILEIRA

“Aos civis, portanto, cabe estudar o mecanismo complexo do que é uma frota de combate e seus anexos, o que são as divisões e os exércitos; sem serem técnicos, conhecerem da técnica o bastante para formarem juízo e cooperarem na criação e manutenção inflexível e progressista da defesa nossa. (...) E enquanto não se vulgarizarem conhecimentos militares nos homens públicos capazes de serem membros dos gabinetes, tal penúria de competências civis será uma fraqueza para nós. (...)” (Calógeras, João Pandiá – *Problemas de Governo*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 2ª edição, p. 237, 238).

Analisadas as causas e circunstâncias que levaram o Brasil a se envolver na Primeira Guerra Mundial, estudadas a participação militar e as ações diplomáticas empreendidas, feito um balanço dos resultados alcançados, resta-nos agora avaliar a existência ou não de uma estratégia elaborada para que o Brasil alcançasse seus objetivos políticos e militares num cenário europeu ou na arena internacional. Convém, porém, fornecer inicialmente uma visão ampla do conceito de estratégia.

4.1- Conceito de estratégia

A palavra Estratégia, fiel à sua origem grega, designa essencialmente a Arte do General. É termo que se destina, originariamente, a aplicação em casos bélicos. Para Carl von Clausewitz “*estratégia é o uso de embates para atingir a finalidade da guerra*”, sendo esta a continuação da política por meio do uso da força, efetiva ou presumida.²⁷⁷ Segundo ele, o Estado, ao buscar a conquista ou a manutenção de seus interesses, uma vez esgotados os meios pacíficos de impor sua vontade sobre seu oponente, recorre à violência empregando seu poderio militar. Por conseguinte, a estratégia é a arte ou ciência de delinear os meios e modos de emprego da força para fazer a guerra em continuação à política do Estado.

A mesma linha de raciocínio adotou o marechal de campo von Moltke ao definir Estratégia como “*a adaptação prática dos meios colocados à disposição do General para a obtenção de objetos na guerra*”.²⁷⁸ O historiador britânico Sir Lidell Hart foi mais

²⁷⁷ Clausewitz, 2003: 199 e 737.

²⁷⁸ Baylis *et alli*, 2002: 4.

específico ao asseverar que “*Estratégia é a arte de distribuir e aplicar os meios militares para alcançar os fins estabelecidos pela política*”. Já o general francês André Beaufré foi mais abrangente ao definir estratégia como “*a arte da dialética de forças ou, mais precisamente, a arte da dialética de duas vontades opostas usando a força para resolver suas disputas*”. Gregory D. Foster concisamente assegurou que “*Estratégia é, em última instância, o exercício efetivo do poder*”²⁷⁹ enquanto Robert Osgood expandiu tal definição abrangendo outras formas de poder, que não apenas o militar, para a conquista de objetivos não limitados ao cenário da guerra, mas também de interesse mais amplo da política externa.

*“Estratégia deve ser agora entendida como nada menos que o plano geral de utilização da capacidade de coerção armada, conjuntamente com os instrumentos econômicos, diplomáticos e psicológicos de poder, para apoiar mais efetivamente a política externa por meios tácitos, evidentes e dissimulados”.*²⁸⁰

A estratégia, como exercício efetivo do poder, pode ser entendida como um plano geral de coerção por meio da conjunção de esforços para o apoio efetivo à política externa. A estratégia é, em suma, o guia para conquistar e manter eficientemente os objetivos de um Estado ou de um Governo. Consiste no meio de empregar o poder disponível para superar os óbices ou antagonismos existentes com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos pela política. Esta, ao ser elaborada, precisa levar em consideração diversos fatores que sobre ela influem, tais como condicionantes geográficas, históricas, econômicas, psicossocial, cultural e ideológica, opinião pública, personalidade dos dirigentes, dentre outras.²⁸¹ Nesse sentido, a elaboração de uma estratégia envolve amplo campo do conhecimento humano relacionado com os conflitos, potenciais ou concretos, e suas motivações.²⁸²

A Política é entendida como a arte de orientar a aplicação do poder para a conquista e manutenção dos objetivos do Estado. É a ciência do governo do Estado destinada a realizar seus objetivos.²⁸³ Os Objetivos corporificam o conjunto de necessidades, interesses, aspirações e anseios da sociedade, enquanto o Poder é a capacidade de impor

²⁷⁹ *Idem. Ibidem:loc. cit.*

²⁸⁰ *Idem. Ibidem:loc. cit.*

²⁸¹ Caminha, 1980: 6 e 16.

²⁸² Proença Jr *et alli, op. cit.*: 17.

²⁸³ Álvares, 1973: 113.

vontade sobre outros Estados. É a política que estabelece os objetivos a serem alcançados para proporcionar segurança, garantir a sobrevivência, assegurar a liberdade, o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar social. Para a consecução destes objetivos faz-se indispensável estimar, desenvolver, preparar e aplicar o poder necessário a superar os óbices apresentados. Com isto, elabora-se a estratégia, o planejamento das ações a serem implementadas, do modo de agir e dos meios a serem empregados para a conquista dos objetivos estabelecidos.

Lidell Hart reconheceu uma hierarquia clara entre política e estratégia, nos seguintes termos: a política fundamental estabelece os fins; a grande estratégia (estratégia política) congrega todos os meios disponíveis para a consecução dos objetivos; e a pequena estratégia (estratégia militar) diz respeito especificamente ao emprego das forças armadas como instrumento da política.²⁸⁴ Classificou também a estratégia em direta ou indireta, segundo o modelo adotado no embate das forças. Na estratégia direta, o choque frontal das forças militares é tido como o modo principal para a decisão do litígio, enquanto na estratégia indireta busca-se amenizar o enfrentamento das forças militares recorrendo-se a expedientes mais sutis como negociações diplomáticas, entendimentos políticos, pressões econômicas ou até o uso da força em um *front* secundário, ou com intensidade moderada ou ainda apenas em determinadas circunstâncias.²⁸⁵

Tendo-se em vista a, com este estudo, coletar e analisar indícios e subsídios que possibilitem fazer inferências quanto à existência ou não de uma estratégia político-militar brasileira no contexto da Primeira Guerra Mundial, julga-se conveniente apresentar uma visão geral das estratégias adotadas pelas principais nações envolvidas neste conflito para que se possa elaborar um quadro comparativo com os procedimentos adotados pelo Brasil, nos aspectos atinentes à política, ao poder, aos objetivos ou interesses nacionais, particularmente no tocante aos fatores condicionantes de ordem histórica, geográfica, econômica, psicossocial e militar.

4.2- O Confronto de Estratégias

As alianças estabelecidas entre potências européias no início do século XX se

²⁸⁴ Hart, 1982: 59.

²⁸⁵ *Idem. Ibidem*: 52.

fundamentaram em princípios geopolíticos e estratégicos. O Império Alemão despontou como potência continental e expandia seu comércio ultramarino rivalizando com a Inglaterra. Esta, para restabelecer o equilíbrio de poder na Europa, procurou conter o avanço político, militar e econômico da Alemanha soerguendo a França, que contra a Alemanha cultivava desejo de revanche, depois da humilhante derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870).²⁸⁶ Mas como o Exército Francês não era equiparável ao Exército Prussiano, fazia-se necessária a colaboração do numeroso Exército Russo. Formou-se a Tríplice Entente, à qual durante a guerra se juntaram Itália, Romênia e Sérvia, como opções estratégicas de *fronts* secundários e alternativas para viabilizar o acesso pela retaguarda dos Impérios Centrais.

A Alemanha, para se fortalecer política e militarmente no continente, valendo-se da similitude cultural e lingüística, aliou-se à Áustria-Hungria, que reforçaria seu flanco contra a Rússia. E para se proteger por sudoeste contra uma possível ação pelo Mar Mediterrâneo, a Alemanha atraiu para seu bloco a Itália, que ainda poderia divergir os esforços da França ao abrir contra esta um novo *front* a sudeste. Formou-se a Tríplice Aliança, que logo no início da Grande Guerra perdeu a Itália, cooptada pela Entente. Mas à Tríplice Aliança juntaram-se o Império Turco-Otomano e a Bulgária, esta em contraposição à Romênia e à Sérvia para um equilíbrio de forças nos Bálcãs, aquela para possibilitar a abertura de um *front* contra a Rússia através do Cáucaso.

Também no mar a Tríplice Entente detinha ampla superioridade contra os membros da Tríplice Aliança. A Marinha Britânica era muito mais numerosa que a alemã e as Ilhas Britânicas ocupavam posição geográfica vantajosa que lhe permitiam fechar a saída da Marinha Alemã no Mar do Norte e no Canal da Mancha, retendo-a no Mar Báltico. Pelo sul, a Marinha Francesa e a posição geográfica privilegiada da Itália possibilitavam o domínio no Mar Mediterrâneo contendo a Marinha Austro-Húngara no Mar Adriático. Em contrapartida, a Tríplice Aliança contava com o Império Turco-Otomano, que controlava os Estreitos de Bósforo e Dardanelos impedindo o acesso das Marinhas Aliadas ao Mar Negro ao mesmo tempo em que ali mantinha confinada a Frota Russa.²⁸⁷

²⁸⁶ Vizentini, *op. cit.*: 20, 39.

²⁸⁷ Vizentini, *op. cit.*: 40.

a) O teatro de operações terrestre

A Primeira Guerra Mundial se desenvolveu, principalmente, em três grandes teatros de operações terrestres: ocidental, oriental, meridional (ou mediterrâneo).²⁸⁸ O teatro ocidental compreendeu as lutas desenvolvidas entre o Império Alemão e a França, reforçada pela resistência da Bélgica e apoiada por força expedicionária da Inglaterra. O teatro oriental compreendeu as lutas travadas basicamente entre o Império Alemão, reforçado pela Áustria-Hungria, contra a Rússia. O teatro meridional foi cenário para as lutas travadas entre os exércitos italiano e austro-húngaro em suas regiões fronteiriças, entre sérvios e romenos contra austro-húngaros e búlgaros nos Bálcãs, enquanto na Palestina e na Mesopotâmia forças do Império Turco-Otomano enfrentaram tropas britânicas e guerrilheiros árabes. Ocorreram também lutas de resistência na África Oriental Alemã (atual Tanzânia) com o propósito de forçar a Grã-Bretanha a para lá divergir tropas destinadas a outros teatros de operações mais importantes. Ali as ações desenvolvidas por militares alemães, comandados pelo coronel Paul Lettow Vorbeck, liderando companhias de soldados nativos apresentaram grandes lições de táticas de guerrilha, com altos custos em homens e material para os ingleses.²⁸⁹ Contudo, sua contribuição foi pouco significativa para o cenário estratégico geral e para o resultado final da guerra.

Ocorreu para a Alemanha a mais plausível e menos desejável situação prevista em caso de guerra: lutar em duas frentes simultaneamente contra países coligados, digladiando-se a oeste com uma França forte e a leste com a gigante Rússia, tendo ainda no Mar do Norte a oposição da marinha inglesa e, no Mar Mediterrâneo, a da marinha da França. Para esta hipótese o Estado-Maior Alemão desenvolveu o Plano Schlieffen, segundo o qual o segredo para a vitória consistia em mobilizar suas forças com mais rapidez que seus oponentes concentrando superioridade numérica local no ponto decisivo, valendo-se de seu superior sistema de transporte ferroviário. A Alemanha atacaria primeiro a França derrotando-a em poucas semanas, aproveitando-se da lentidão da mobilização da Rússia, em face de sua grande extensão territorial e precária malha viária. Vencida a França, poderia então a Alemanha tornar a concentrar esforços para combater a Rússia, na frente leste.²⁹⁰

²⁸⁸ Hart, *op. cit.*: 203, 218 e 230.

²⁸⁹ Sibley, 1979: 6 e 7.

²⁹⁰ Proença Jr *et alli*, *op. cit.*: 36.

A estratégia da França se consubstanciava no Plano XVII, que estabelecia uma defensiva inicial seguida de uma fulminante contra-ofensiva. A defensiva se apoiava no sistema de fortalezas construído ao longo da fronteira da Alsácia-Lorena, onde a esperada invasão alemã seria detida. Entre as fortificações foram deixadas brechas destinadas a propiciar segurança e eficiência ao contra-ataque do Exército da França. A concepção do plano francês estimulava a que a estratégia alemã se configurasse numa verdadeira ação indireta, pois diante de uma fronteira fortificada, a única linha de ação ofensiva lógica para os alemães residia num amplo envolvimento através da Bélgica.²⁹¹

Para os estrategistas alemães, a vitória sobre a França se daria por meio de uma grande manobra clássica: uma força germânica numerosa e de grande mobilidade atacaria como “ala direita” através da Bélgica, penetrando o território francês a nordeste. Uma força germânica sete vezes inferior à da ala direita atacaria frontalmente a França em sua fronteira leste, onde já era esperada forte resistência na linha de fortificações ali construídas. Esta “ala esquerda” não se destinava a penetrar em território francês para consumir a vitória final, mas tão somente fixar parcela considerável do Exército da França naquela região, divergindo seus esforços. A “ala direita” inflectiria para o sul, descendo a cavaleiro da bacia do Rio Sena, a oeste de Paris, envolvendo e forçando pela retaguarda as tropas francesas contra a “ala esquerda” alemã. Assim, a “ala direita”, móvel como um “martelo”, golpearia pela retaguarda as tropas francesas, pressionadas frontalmente pela “ala esquerda” alemã estacionária como uma “bigorna”. À medida que os franceses atacassem através da região da Lorena a ala esquerda alemã, conforme preconizava o Plano XVII, mais difícil se tornaria deter o envolvimento promovido pela ala direita alemã a nordeste da França, segundo previsto no Plano Schlieffen.²⁹²

Pode-se considerar o Plano Schlieffen como um *nati-morto*: em primeiro lugar por se tratar de uma bela concepção teórica, mas nunca antes posta em prática para verificação de sua exeqüibilidade; segundo, porque não foram previstas alternativas para superar possíveis óbices à sua execução, tais como a resistência belga à violação de sua neutralidade e as diferenças de bitolas das ferrovias por onde fluiria a logística para a ofensiva à França; em terceiro lugar, previa-se seu desencadeamento para antes de iniciada

²⁹¹ Hart, *op. cit.*: 203, 205 e 208.

²⁹² Herwig, 1994: 257.

a mobilização russa, porém a declaração de guerra da Alemanha se deu quando tropas russas já estavam posicionadas nas fronteiras alemãs e austro-húngaras e a Rússia já havia recusado os pedidos de desmobilização feitos pelo governo imperial alemão; e quarto, modificações promovidas no Plano Schlieffen antes do conflito o desfiguraram a ponto de ser praticamente abandonado no desenrolar da guerra.²⁹³ Recursos humanos e materiais foram priorizados para a ala esquerda, enquanto a ala direita perdia ímpeto pelas ações retardadoras da resistência belga, o que tornava a ação estratégica alemã crescentemente direta, levando a França a aprofundar sua defesa, favorecendo o movimento de reforço da resistência a nordeste.²⁹⁴ As forças oponentes atingiram o ponto de equilíbrio e a frente ocidental estagnou. A guerra de movimento cedeu lugar à guerra de trincheiras.²⁹⁵

A guerra de trincheiras deixou indecisa a luta na frente ocidental de setembro de 1914 a março de 1918, quando os alemães desfecharam poderosos ataques que ameaçaram levar de vencida a resistência aliada. Mas a contra-ofensiva de franceses e ingleses, apoiada por grandes contingentes, suprimentos, armamentos e equipamentos dos Estados Unidos, continuou por todo o verão adentrando o outono, pondo finalmente termo à guerra.²⁹⁶

O confronto entre a Alemanha e a Rússia na frente oriental encontra explicação no expansionismo germânico, fundamentado nas teorias geopolíticas do “espaço vital”, de Friedrich Ratzel (1844-1904), publicadas em 1895, e do “heartland”, do geógrafo inglês Halford John Mckinder (1861-1947), publicadas em 1904.²⁹⁷ De acordo com Ratzel, uma nação precisa conquistar o espaço necessário à sua sobrevivência. Segundo Mackinder, o domínio da Eurásia Central, “coração do mundo”, asseguraria o domínio territorial do globo.²⁹⁸ Em vista dos grandes espaços disponíveis, os planos de campanha para este teatro eram mais fluídos, formulados com menor meticulosidade, apresentando margens para a prática de uma guerra de movimento. O fator geográfico era previsível; desconhecido era o tempo despendido para a mobilização da Rússia, o que gerou debates entre aliados dos blocos em luta.²⁹⁹

Os alemães tinham a intenção inicial de adotar postura defensiva no front oriental,

²⁹³ Proença Jr., *op. cit.*: 35 a 38.

²⁹⁴ Hart, *op. cit.*: 207, 209 e 213.

²⁹⁵ Vizontini, *op. cit.*: 45 a 47.

²⁹⁶ Burns, 1983: 857.

²⁹⁷ Tosta, 1984: 11 e 50.

²⁹⁸ Herwig, *op. cit.*: 257.

²⁹⁹ Hart, *op. cit.*: 218.

contendo as tropas russas com pequeno contingente por seis semanas, tempo necessário para, com o grosso de seus efetivos, derrotar a França, quando então teriam condições de transferir recursos e concentrar esforços para as ações ofensivas contra a Rússia. Os austro-húngaros, porém, acreditavam que se devia aproveitar o momento da mobilização incompleta da Rússia e concentrar maiores efetivos na frente oriental para ali desferir ações ofensivas no mais curto prazo. Por outro lado, os russos desejavam inicialmente lançar-se contra a Áustria, enquanto esta estivesse lutando isolada, preferindo somente enfrentar a Alemanha depois de concluída a concentração de suas forças. Já a França, desejosa de aliviar a pressão alemã no front ocidental, insistia para que os russos atacassem imediatamente a Alemanha. Como resultado das discussões, os russos concordaram em realizar uma ofensiva preliminar, para a qual não estavam preparados nem organizados.³⁰⁰ A ofensiva russa foi detida na Prússia Oriental, em agosto de 1914, e os russos se viram forçados a retroceder em toda a frente. Alemães e austro-húngaros avançaram sobre a Polônia, Lituânia e Ucrânia transformando todos os contra-ataques russos em derrotas desastrosas. A insatisfação popular crescente levou a revoluções que, a partir de março de 1917, praticamente forçaram a Rússia a retirar-se da guerra.³⁰¹

A saída da Rússia da guerra, no entanto, seria plenamente compensada com entrada dos Estados Unidos em apoio aos Aliados no *front* ocidental. Para retardar ou dificultar tal ajuda, a Alemanha tentou atrair o México para a causa da Entente. O México desencadearia uma guerra na fronteira com os Estados Unidos para mantê-los envolvidos em conflito no continente americano, para onde priorizaria suas atenções em detrimento da guerra na Europa. Como recompensa, o México reaveria os territórios do Novo México, Texas e Arizona, perdidos aos Estados Unidos no século anterior.³⁰² Ainda como alternativa para divergir os esforços aliados no *front* ocidental, cogita-se a iniciativa alemã de atrair a Espanha para desencadear uma ofensiva em sua fronteira leste com a França. Especula-se que, em retaliação a esta tentativa frustrada, a Alemanha teria espalhado nas terras de Cervantes o tipo de vírus causador da “gripe espanhola”.

O teatro meridional foi caracterizado pelo embate entre a Itália e a Áustria-Hungria, com estratégia diversionária adotada com a entrada da Romênia na luta contra as potências

³⁰⁰ *Idem. Ibidem*: 219.

³⁰¹ Burns, 1983: 858.

³⁰² Haythornthwaite, 1998: 37, 264 e 307.

centrais. A entrada da Romênia na guerra atraiu a atenção da Áustria-Hungria para sua fronteira leste retardando o ataque desta contra a Itália, obrigou a Alemanha a retirar tropas da frente oriental e a reduzir o ímpeto da campanha de desgaste iniciada na frente ocidental. Os alemães a muito custo conquistaram a maioria do território da Romênia apossando-se de seu trigo e de seu petróleo. O Exército Romeno, contudo, mantinha moral elevado somente se rendendo em dezembro de 1917, depois que a Rússia bolchevista retirou-se da guerra e a Alemanha pode carrear meios o front meridional.³⁰³

A preocupação das lideranças italianas, ao entrar na guerra, era optar pelo lado vitorioso. A Itália, que era membro da Tríplice Aliança, manteve-se inicialmente neutra na guerra enquanto negociava secretamente com a Inglaterra sua adesão à Tríplice Entente, assinada em Londres a 26 de abril de 1915, apenas dois dias após o desembarque aliado em Galípoli. Por este tratado, a Itália se comprometia a combater em qualquer guerra, juntamente com a França, Grã-Bretanha e Rússia, contra qualquer inimigo, mediante compensações territoriais na Eritréia, na Somália, na Líbia e nas colônias conquistadas à Alemanha. Em verdade, a Itália queria o apoio franco-inglês para lutar uma guerra particular contra a Áustria-Hungria pelo domínio do Mar Adriático e pela conquista da Ístria e do Trentino (“terras irredentas”), territórios com maioria da população de origem italiana, mas submetidos ao domínio austro-húngaro.³⁰⁴

A Itália cometeu o erro básico de não ter mecanismos asseguradores de cooperação e entendimento entre civis e militares, bem como entre a Marinha e o Exército, o que tornava pouco provável seu êxito numa guerra. Apesar de enfrentar tropas austro-húngaras multi-étnicas, pouco coesas, com fraca liderança, inadequadamente equipadas e pouco motivadas,³⁰⁵ o Exército Italiano apresentou desempenho sofrível evidenciando seu despreparo para a guerra.³⁰⁶

No teatro da Mesopotâmia e da Palestina a estratégia predominante foi da abordagem indireta por meio de guerrilhas. Os árabes, liderados pelo agente inglês T.E. Lawrence (“o Lawrence da Arábia”), empregaram a antítese da ortodoxia doutrinária:

³⁰³ Hart, *op. cit.*: 226 e 229.

³⁰⁴ Sullivan, 1994: 334 e 335.

³⁰⁵ Haythornthwaite, *op. cit.*: 140.

³⁰⁶ Dos mais de cinco milhões de italianos mobilizados (5.615.000), 650.000 morreram, 947.000 foram feridos, 600.000 foram feitos prisioneiros ou tidos como desaparecidos; um em cada doze soldados sofreu corte marcial; 350.000 desertaram; milhares foram executados por fuzilamento; e quase dois milhões ficaram inválidos.

evitaram confrontar os pontos fortes do inimigo, exploraram suas fragilidades, empenharam-se em combates breves valendo-se da mobilidade, da rapidez e da surpresa, causando perdas e abalando o moral das tropas turcas.³⁰⁷

O reforço britânico às tropas franco-belgas na frente ocidental, a resistência russa na frente oriental, a frustrada campanha aliada nos Dardanelos e a prolongada luta de guerrilhas na Mesopotâmia e na Palestina deixaram a guerra, como um todo, estabilizada em terra. Isto reforçou a importância da busca por uma decisão da guerra no mar, que foi de importância e conseqüências vitais, muito embora tenham ocorrido poucas batalhas do tipo tão apregoado e esperado pelos grandes estrategistas navais.³⁰⁸

b) O teatro de operações marítimo

No final do século XIX e começo do século XX, Grã-Bretanha e Alemanha empenharam-se em intensa corrida armamentista naval³⁰⁹ que terminou com ampla vantagem para aquela.³¹⁰ Ao final, detinham as duas maiores esquadras do mundo, não obstante a da segunda fosse apenas metade do poder naval da esquadra da primeira.³¹¹ A Alemanha sabia da incapacidade de equiparar sua Esquadra de Alto Mar à *Grand Fleet* Inglesa, mas pretendia tornar sua marinha forte o bastante para evidenciar que sua eventual derrota custaria à Grã-Bretanha a perda de sua posição hegemônica no mundo. Era a chamada “teoria do risco”, que consistia em evitar a batalha decisiva, reunir superioridade local para atacar e destruir por partes a esquadra de proteção das rotas comerciais britânicas.³¹²

Sendo a Marinha Alemã numericamente inferior e destinada a praticar guerra irregular (guerra de corso, guerra submarina, incursões), a surpresa era o elemento indispensável para o êxito de suas ações. No entanto, foi a Marinha Britânica mais

³⁰⁷ Haythornthwaite, *op. cit.*: 46.

³⁰⁸ Herwig, *op. cit.*: 255 e 256.

³⁰⁹ A Lei de Defesa Nacional de 1889 estabelecia o princípio da “Two Power Standard” (“padrão das duas potências”), pelo qual a Grã-Bretanha seria capaz de superar as duas maiores esquadras européias juntas, resultando na construção de dez encouraçados e de mais de cinquenta belonaves menor porte. A doutrina da estratégia naval alemã, elaborada pelo almirante Alfred von Tirpitz, amparada pela Lei Naval de 1898, previa a construção de dezenove encouraçados e grande número de navios de menor porte. (Rodrigues, 1985: 37, 38).

³¹⁰ Humble, 1974: 10 a 11.

³¹¹ Gooch, 1994: 285.

³¹² Humble, *op. cit.*: *loc. cit.*

previdente: vendo o crescimento a Marinha Alemã, priorizou a preparação das bases navais de Rosyth e Scapa Flow, mais próximas à base alemã de Wilhelmshaffen; já tinha projetado armar navios do correio britânico para atuarem como embarcações auxiliares da Royal Navy; decretou a mobilização duas semanas antes da eclosão da guerra; privou a Alemanha de comunicações ultramarinas cortando prontamente seus cabos telegráficos; seu Serviço de Inteligência foi mais eficiente interceptando sinais alemães que possibilitaram conhecer antecipadamente a movimentação da Esquadra Alemã.³¹³ Diante disto, Winston Churchill comparou a Marinha Alemã a uma flor num vaso: todo o seu frescor e beleza veneceriam lentamente.

A guerra no mar caracterizou-se principalmente pelo bloqueio naval aliado no Mar do Norte, pela campanha submarina alemã e pela escolta de comboios de navios mercantes. Mas também tiveram destaque as batalhas de Colón, das Falklands, da Jutlândia, de Heligoland e de Dugger Bank, além de desembarque anfíbio em Galípoli, incursões nas costas do Mar do Norte, ações no Mar Báltico, patrulhamento do Mar Mediterrâneo, perseguição a navios corsários alemães nos Oceanos Índico, Atlântico e no Mar do Caribe, e minagens do Canal da Mancha.

A Esquadra da Ásia Oriental, sob perseguição das Esquadras Russa e Japonesa, migrou para o Pacífico Sul, onde obteve vitória notável na Batalha de Colón (costa do Chile, em 18/11/1914). Com dificuldades de abastecimento, procurou contornar a América pelo Estreito de Magalhães, mas foi surpreendida pela Marinha Britânica e posta a pique na Batalha das Falklands (Atlântico Sul, em 14/12/1914). A partir de então a Marinha da Alemanha passou a executar apenas incursões rápidas e pequenas surtidas de efeito moral no Mar do Norte contra instalações navais no território insular inglês. Porém o Serviço de Inteligência Britânico identificou previamente a maior destas operações e surpreendeu a Esquadra de Alto Mar Alemã no Estreito de Skagerrak, próxima à Península da Jutlândia (costa da Dinamarca, 31/05/1916). Neste confronto a Alemanha perdeu um cruzador pesado, um pré-encouraçado, quatro cruzadores leves, cinco destróieres e 2551 marinheiros. A Inglaterra perdeu três cruzadores pesados, quatro cruzadores blindados, oito destróieres e 6094 marinheiros. Apesar da vitória tática, a Alemanha ficou incapacitada de desafiar a Grande Frota Inglesa fora das águas costeiras e limitou-se a executar

³¹³ Stevens, *op. cit.*: 356, 359.

operações navais de pequena envergadura no Mar Báltico.³¹⁴ Em menos de um ano os oceanos estavam virtualmente livres da Esquadra de Alto Mar da Alemanha.³¹⁵

A Alemanha tentou ainda debilitar a Marinha Inglesa com ações de navios corsários e buscou decidir a guerra no mar com o emprego inovador dos submarinos.³¹⁶ Por mais notáveis que tenham sido as proezas daqueles, sua importância relativa foi diminuída pela repercussão da campanha destes sobre a opinião pública. Mas ainda assim os navios isolados alemães causaram aos aliados o dobro dos danos causados pela Esquadra de Alto Mar que, para evitar novo confronto aberto com a *Grand Fleet* Inglesa, permaneceu longos períodos fundeada causando insatisfação às tripulações por sua inoperosidade diante do sofrimento causado ao povo alemão pelo bloqueio naval britânico.³¹⁷

Em vista da necessidade de assegurar à Grã-Bretanha a posição privilegiada de potência industrial e comercial, totalmente dependente da importação de gêneros alimentícios e de matérias-primas, o Conselho do Almirantado vislumbrava manter a hegemonia marítima britânica através de três modalidades de emprego para sua Marinha: a “estratégia da batalha decisiva”, a “estratégia do bloqueio” e “a estratégia das operações anfíbias”. A batalha decisiva consistia na busca do franco embate entre esquadras inimigas, onde uma fatalmente destruiria a outra. O bloqueio naval demandava tempo para gerar insatisfação na população civil e abalar o moral das tropas inimigas. Por meio de operações anfíbias, a Inglaterra vislumbrava lançar ataques a partir do mar desembarcando tropas em território hostil para a conquista de área necessária ao desenvolvimento de operações terrestres subseqüentes, obrigando o inimigo a divergir seus esforços.³¹⁸

O exército britânico era pequeno, comparativamente ao exército de qualquer potência continental europeia, e suas tropas coloniais, ainda que numerosas, não tinham a qualificação profissional necessária para a realização de operações anfíbias e o malogro da campanha do Dardanelos tornou estas operações uma temeridade. A batalha naval decisiva, segundo preconizada por Alfred Tahyer Mahan (1840-1914), não ocorreu. Restou à Grã-

³¹⁴ Keegan, *op. cit.*: 295 a 296.

³¹⁵ Humble, *op. cit.*: 14.

³¹⁶ Os seguintes navios alemães se destacaram atuando isoladamente como incursores: o Karlsruhe (até 04/11/1914 afundou 11 navios entre o Caribe e o nordeste do Brasil); o Möwe (de 22/11/1916 a 20/03/1917 afundou 122000 toneladas de navios mercantes no Atlântico); o Wolf (de 30/11/1916 a 19/02/1918 afundou 120000 toneladas de mercantes no Índico); o Seeadler (de 21/12/1916 a 02/08/1917 afundou 16 navios no Pacífico Sul). (*Idem. Ibidem*: 14, 17)

³¹⁷ *Idem. Ibidem*: *loc. cit.*

³¹⁸ Stevens & Westcott, *op. cit.*: 446.

Bretanha priorizar a estratégia do bloqueio, adotada desde o início da guerra, em 1914, buscando sufocar comercialmente a Alemanha para forçar seu governo à rendição. Em resposta, desprovida de uma esquadra de superfície capaz de se defrontar com a *Home Fleet* Inglesa, a Alemanha promoveu o bloqueio submarino contra mercantes que trafegassem pela área conflagrada. A guerra ao comércio inimigo assumiu importância vital para cada lado beligerante.³¹⁹

O bloqueio submarino alemão foi promovido inicialmente contra os mercantes ingleses ou de países neutros que transportassem contrabando de guerra aos portos aliados (Ver Tabela 5, p. 105). A Inglaterra, contudo, não reconhecia como válidas as normas do direito internacional usando em seus navios bandeira neutra e artilhando seus mercantes para atacar os submarinos alemães. Os Estados Unidos também ignoravam as restrições do direito fazendo prevalecer seus interesses comerciais. O afundamento do transatlântico “Lusitânia”, que transportava contrabando de guerra para a Inglaterra, em maio de 1915, causou a morte de 120 cidadãos americanos, comoveu a opinião pública e resultou em severa resposta diplomática dos Estados Unidos.³²⁰ O risco de provocar a entrada dos Estados Unidos na guerra fez os alemães arrefecerem as medidas restritivas do bloqueio. Somente em fevereiro de 1917, quando o povo alemão já sofria sérias privações devido ao bloqueio naval inglês, a Alemanha decretou guerra submarina irrestrita ao comércio marítimo aliado aumentando vertiginosamente o volume de cargas afundadas.³²¹

TABELA 5- PERDAS DA MARINHA MERCANTE INGLESA

Ano	<i>1914</i>	<i>1915</i>	<i>1916</i>	<i>1917</i>	<i>1918</i>	Total
Tonelagem	241.201	855.721	1.237.634	3.729.785	1.694.749	7.759.090

Fonte: Schilling, Voltaire, 1985. *Imperialismo e I Guerra Mundial*. Movimento. Porto Alegre:RS, p. 49, Apud Cap. S.W.Roskill, in *História do Século 20* (nº30).

O governo alemão adotou prematuramente o bloqueio submarino parcial, e tardiamente a guerra submarina irrestrita, ao mesmo tempo em que sofreu por toda a guerra o eficiente bloqueio naval inglês. Nesse ínterim, os aliados desenvolveram técnicas e táticas

³¹⁹ *Idem. Ibidem: loc. cit.*

³²⁰ Schilling, *op. cit.*:49.

³²¹ Nos 30 meses de bloqueio restrito (de 01/08/1914 a 01/02/1917) foram afundados 613 navios. Em 21 meses de bloqueio irrestrito (de 01/02/1917 a 01/11/1918) foram afundados 1536 navios. (Stevens, *op. cit.*: 464).

de combate anti-submarino, usaram com liberdade e habilidade os meios de comunicação de massa e buscaram alternativas ao tráfego comercial, enquanto o povo alemão se sublevava contra o governo que, desorganizado, confuso e incoerente, tomava decisões pautado em análises imprecisas.³²² Estimava-se que, com a deflagração da campanha submarina irrestrita, os Estados Unidos demorariam a entrar na guerra, seu auxílio não chegaria oportunamente aos aliados, e que estes não teriam como resistir por mais tempo na luta. Equivocaram-se, pois diante da ameaça a seus interesses comerciais, econômicos e financeiros, a resposta norte-americana foi rápida e coube à Alemanha, exausta, não mais suportar o ônus da guerra.

A surpresa no emprego do submarino como arma de ataque pelos alemães gerou perplexidade entre os Aliados, que demoraram a adotar medidas eficazes contra a nova modalidade de luta no mar. Com o decorrer do tempo, foram sendo adotadas três modalidades de operações navais decisivas para o desenlace da guerra: o bloqueio naval, a campanha anti-submarino e o transporte em comboio de tropas e suprimentos.³²³ Mas o bloqueio naval demorava a apresentar o resultado militar esperado; a campanha anti-submarino foi frustrante, pois dos 142 combates entre navios de superfície e submarinos, em apenas 6 ocasiões estes foram derrotados; e a proteção de comboios de navios mercantes era considerada tarefa indigna para a nobreza da Marinha de Sua Majestade.³²⁴ Somente sob pressão norte-americana, diante do poder de negociação que detinham em face da substancial ajuda que prestariam ao esforço de guerra aliado, o Almirantado Britânico acatou a imposição de instalar minas nos estreitos do Mar do Norte e adotar o sistema de comboios.³²⁵

O sistema de minagem implantado no Canal da Mancha e no estreito entre a Escócia e a Noruega conteve a Marinha Alemã no Mar Báltico e resultou na destruição de 17 submarinos, dissuadindo o emprego desta arma. O sistema de comboios se tornou de uso generalizado a partir de maio de 1917, implicando em redução na média mensal de navios mercantes afundados, enquanto duplicaram os sinistros de submarinos inimigos.³²⁶ A redução drástica dos ataques de submarinos alemães permitiu o crescimento do tráfego

³²² Janotti, 1992: 30.

³²³ Albuquerque, 1971: 80.

³²⁴ Ferro, *op. cit.*: 170.

³²⁵ Stevens & Westcott, *op. cit.*: 459 e 460.

³²⁶ *Idem, Ibidem*: 466.

marítimo. A média de viagens de mercantes norte-americanos para a Europa passou de duas viagens semanais para 180 mensais.³²⁷ A Marinha Americana enfatizou a ampliação de sua frota mercante e a construção de pequenos navios caça-submarinos para sua proteção com o intuito de transportar tropas e toda sua logística para a Europa, em contribuição à missão de derrotar os exércitos alemães. Apenas um mês após a declaração de guerra à Alemanha, os Estados Unidos já estavam com um comando militar funcionando em território europeu para onde passaram a enviar tropas, equipamentos, armamentos e suprimentos. Oito meses mais tarde, em dezembro de 1917, 200.000 soldados americanos se encontravam na Europa e, ao final da guerra, os Estados Unidos tinham mobilizado um exército de 4.057.101 de soldados, 78.839 fuzileiros navais e 599.051 marinheiros. Destes, 53.402 homens morreram em combate, 204.002 foram feridos ou mutilados e 63.114 outros morreram em decorrência de doenças, ferimentos ou acidentes de guerra.³²⁸

A Marinha Real Italiana teve por estratégia naval conter a Marinha Austro-Húngara no Mar Adriático.³²⁹ Preservando-se para a defesa de seus interesses no pós-guerra, somente esboçando uma ação militar efetiva já próximo ao final da guerra ao realizar um desembarque anfíbio para a conquista de portos na costa da Dalmácia, mediante proteção dos Aliados e dos americanos contra possíveis ações submarinas alemãs.³³⁰

A Marinha do Império Turco-Otomano, reforçada por dois cruzadores e tripulantes alemães, desincumbiu-se da tarefa de neutralizar a Frota Russa do Mar Negro, bombardear os portos russos de Odessa, Sebastopol, Novorossisk e Feodosia e fechar o acesso das Marinhas Aliadas através dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos,³³¹ restringindo o comércio exterior russo, que também já se encontrava bloqueado pela Marinha Alemã no Mar Báltico.

A Inglaterra pretendeu transferir esforços para o teatro balcânico efetuando um desembarque anfíbio na Salônica, vista como região estratégica por propiciar vias de acesso pela retaguarda da Alemanha e da Áustria-Hungria. A França, porém, relutou em admitir qualquer alteração nos planos que priorizavam as ações diretas no teatro ocidental.

³²⁷ Serviço de Documentação da Marinha. “Noticiário Marítimo”, *Revista Marítima Brasileira*, exemplar de jul./dez. 1918, p. 309 e 310.

³²⁸ LaFeber, *op. cit.*: 305 e 306.

³²⁹ Sullivan, *op. cit.*: 334 e 339.

³³⁰ Hart, *op. cit.*: 234, 235 e 237.

³³¹ Keegan, *op. cit.*: 244 e 245.

Apresentava como óbice a dificuldade aliada em transportar e abastecer por via marítima tropas na Salônica, enquanto alemães e austro-húngaros teriam facilidade em defendê-la e reforçá-la, valendo-se da eficiente malha viária disponível. Para aliviar a pressão sobre as tropas aliadas no Cáucaso, a Inglaterra liderou uma operação anfíbia com demonstrações nos Dardanelos e desembarque em Galípoli, onde os turcos apresentaram tenaz resistência. Esta iniciativa foi uma ação direta contra a Turquia, mas se revelou uma ação indireta contra as Potências Centrais.³³²

A estratégia alemã, em terra e no mar, devido à sua inferioridade numérica em recursos humanos e materiais, buscou prioritariamente a abordagem indireta para minar gradativamente a capacidade aliada de sustentar uma luta prolongada e, subsidiariamente, valeu-se da abordagem direta para ferir mais profundamente seu oponente e abalar mais fortemente sua vontade. Os aliados, por outro lado, gozando de superioridade, primaram pela abordagem direta para decidir a luta de maneira cabal, recorrendo subsidiariamente à abordagem indireta como diversão estratégica para drenar recursos e desequilibrar as forças no *front* principal, desgastando e abalando o moral das forças inimigas.

4.3- A estratégia brasileira

A estratégia nacional consiste na arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando óbices, alcançar e preservar os interesses nacionais, consubstanciados em objetivos, de acordo com a orientação estabelecida pela política nacional. Compreende o emprego coordenado dos instrumentos que consubstanciam o poder político da nação para a consecução de seus objetivos. Consiste no plano de ações a serem implementadas no mais alto nível nos diversos campos da expressão do poder nacional para o desenvolvimento pleno do país.

A estratégia nacional engloba o planejamento para emprego coordenado das diversas expressões de poder da nação e, portanto, estabelece os parâmetros para as demais estratégias decorrentes: política, militar, econômica, científico-tecnológica e psicossocial. A estratégia política, a princípio originária e dependente do governo, fixa os parâmetros pelos quais se faz a guerra. A estratégia militar, dependente do alto comando das forças armadas, consiste no plano de emprego do poder militar para alcançar os objetivos fixados pela

³³² *Idem. Ibidem: 239.*

política.³³³ A estratégia militar consiste no preparo e aplicação do poder de combate das forças armadas para alcançar os objetivos que materializem a vontade política, precipuamente no tocante à segurança e defesa nacionais.

a) A estratégia política

O primeiro decênio do regime republicano no Brasil foi tormentoso. A estagnação econômica tornava premente a necessidade de medidas saneadoras desenvolvimentistas. O Barão do Rio Branco afirmava que, no Brasil, tudo era estratégico e, neste tocante, nada tínhamos:³³⁴ telégrafos, ferrovias, estradas de rodagem, estrutura portuária, organização e conveniente aparelhamento das forças armadas. Somente a partir do início do século XX, fruto da estabilidade política e econômica, a República brasileira alcançou relativa paz social e prosperidade vivenciando um dos períodos mais frutíferos de sua história.

O Brasil pode voltar suas atenções para as relações internacionais e dedicar-se ao desenvolvimento de uma política externa construtiva, pautada em três objetivos principais: a demarcação das fronteiras nacionais, a conquista da liderança na América do Sul e a promoção do prestígio do país no cenário mundial. A estratégia adotada pelo Barão do Rio Branco para alcançar tais objetivos consistiu em promover a aproximação do Brasil aos Estados Unidos da América, desenvolvendo uma “aliança não escrita” por meio da qual o Brasil representava os interesses norte-americanos diante da relutância dos países latinos da América, enquanto se beneficiava do poder e prestígio que a amizade e apoio do “Colosso do Norte” lhe proporcionavam para se destacar perante seus vizinhos hispânicos. Ambos os papéis aumentavam o prestígio do Brasil no contexto regional.³³⁵

A “aliança não escrita” se deu, essencialmente, com a adoção das seguintes medidas: elevação das Legações Diplomáticas de ambos os países ao *status* de Embaixadas, em 1905, época em que havia poucas embaixadas e a troca de embaixadores tinha grande significação política, particularmente quando a Embaixada brasileira era a única de um país latino-americano em Washington e a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro era a única na América Latina; visita do Secretário de Estado norte-americano Elihu Root ao Brasil, em 1906, sendo esta sua primeira visita a um país estrangeiro; intermediação pelo

³³³ Duroselle, *op. cit.*: 295.

³³⁴ Cardim & Almino, 2002: 303.

³³⁵ Burns, 2003: 34, 35 e 217.

Brasil, junto ao Chile e à Argentina, a pedido dos Estados Unidos, para o reconhecimento do Panamá como país independente da Colômbia; intensificação dos enlaces comerciais entre os dois países, com aumento dos volumes e valores negociados, e benefícios de reduções ou isenções tarifárias; aceitação inconteste pelo Brasil da doutrina do pan-americanismo, apregoada por Washington, quando com relação a esta havia relutância nos países latino-americanos, liderados pela Argentina.³³⁶

Em contrapartida, o Brasil recebeu apoio dos Estados Unidos nas exitosas negociações para demarcação de suas fronteiras, que se estendiam por mais de 14.000km, desde a Guiana Francesa, no norte, até o Peru, no oeste, e o Uruguai, ao sul. Mediante apoio dos Estados Unidos, o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a Terceira Conferência Pan-Americana, o que representou significativa vitória diplomática, pois foi a primeira cidade estrangeira a ser visitada pelo Secretário de Estado norte-americano, recebendo ainda nesta ocasião a visita da esquadra dos Estados Unidos em viagem simbólica de apreço e amizade. O Brasil reconhecia a hegemonia dos Estados Unidos no continente americano e os Estados Unidos respeitavam as pretensões brasileiras a uma posição de liderança na América do Sul, alterando o equilíbrio de forças na região favoravelmente ao Brasil.³³⁷

Na busca por projeção no cenário mundial, o Brasil se sobressaiu com as seguintes medidas: obteve o feito de ser a primeira nação latino-americana a ter um Cardeal, em 1904; aumentou sua participação em eventos internacionais, atraindo para o país reuniões de líderes estrangeiros, comparecendo com mais frequência e assiduidade a conferências no exterior e aumentando consideravelmente o número de membros de suas delegações; ampliou suas representações diplomáticas mantendo legações em 39 países nas Américas, na Europa, Ásia e África, enquanto acolhia aqui representações diplomáticas de 28 países; intensificou sua diplomacia de “mostrar bandeira” enviando a Marinha em maior número de visitas às nações amigas.³³⁸

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai disputavam a supremacia em torno do Rio da Prata, que tinha importância estratégica por servir como via para o transporte de pessoas e material às áreas de difícil acesso no interior do continente, fazendo deste um tema crucial

³³⁶ *Idem. Ibidem:* 54, 113, 251 a 254.

³³⁷ *Idem. Ibidem:* 61, 65, 239, 257 a 260.

³³⁸ *Idem. Ibidem:* 65 a 68.

para a diplomacia regional.³³⁹ Ainda que fosse a Capital Federal a principal região a ser defendida, predominava a concepção de que as fronteiras ao sul (terrestres e marítimas) do Brasil se constituíam nas mais prováveis áreas de invasão por um pretense agressor, sendo a Argentina o mais provável inimigo.³⁴⁰

Reforçava esta tese o histórico de dois séculos de lutas entre espanhóis, portugueses e seus descendentes pela demarcação de domínios da região platina.³⁴¹ Os estudos destas disputas levaram à identificação de quatro rotas usuais de invasão do território nacional, a partir do sul: via marítima, via fluvial, via litorânea e via terrestre (“dorso da Coxilha Grande”).³⁴² Para o bloqueio destas vias de acesso foram sendo instaladas fortificações militares e desenvolvidos núcleos de povoamento nos locais de confluência das rotas de penetração. O Barão do Rio Branco via na fronteira meridional uma fonte de ameaças à segurança nacional e por toda a vida teve a convicção da necessidade de preparar militarmente o Brasil para se contrapor à Argentina.³⁴³

As questões de demarcação de fronteiras e a idéia de equilíbrio de poder ao sul da América Latina levaram a uma corrida armamentista na região. A Argentina, conhecedora do desenvolvimento bélico do Chile, com quem detinha questões de limites com relação à Patagônia, buscou auxílio para sua reorganização militar na Alemanha. O progresso demonstrado pela Argentina e sua evidente insatisfação com a resolução da questão territorial de Palmas/Missões com o Brasil levaram este a uma aproximação com o Chile. Em contrapartida, a insatisfação do Peru para com o Brasil em decorrência da questão territorial do Acre favoreceu a aproximação da Argentina àquele país.³⁴⁴ Ao mesmo tempo Brasil, Chile e Argentina empreendiam esforços inauditos para equipar suas esquadras com os poderosos *Dreadnoughts*, as mais modernas belonaves da época, símbolo máximo de “*status militar*” do começo do século XX.³⁴⁵

³³⁹ *Idem. Ibidem*: 49.

³⁴⁰ McCann, *op. cit.*: 57, 62 e 63.

³⁴¹ Destacam-se dentre estas contendas: as campanhas pela Colônia de Sacramento, em terras uruguaias (1680-1828); as campanhas contra os índios Guaranis (1754-1756); a invasão espanhola ao Rio Grande do Sul e a reconquista portuguesa (1773-1776); a invasão espanhola a Santa Catarina (1777); a conquista das Missões Orientais (1801); Guerra contra Artigas (1816-1820); a Guerra Cisplatina (1825-1828); e a Guerra do Paraguai (1864-1870). (Donato, *op. cit.*: 86, 94, 96 a 100, 108, 129.)

³⁴² Souza Jr, 1950: 29, 30, 87 a 89.

³⁴³ Burns, 2003: 230 a 231.

³⁴⁴ Costa Neto, 1994: 63 e 64.

³⁴⁵ Humble, *op. cit.*: 11.

As pressões aliadas sobre os países neutros, em virtude da evolução da Guerra na Europa, levaram a uma sucessão de desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Alemanha, que tiveram suas relações comerciais rompidas em outubro de 1917. A 23 de outubro do mesmo ano, sob a alegação de agressão ao tráfego marítimo brasileiro, o Presidente Wenceslau Brás enviou mensagem ao Congresso Nacional comunicando sua decisão de “(...) *completar a evolução da nossa política externa à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil*”.³⁴⁶ Evidentemente o Brasil não tinha condições de responder “à altura” militar ou comercialmente qualquer agressão sofrida por parte da Alemanha, salvo se respaldado por outra grande potência ou em apoio a esta. Depreende-se como “*evolução de nossa política externa*” a existência de entendimentos prévios, fundamentados na doutrina do pan-americanismo, no sentido de o Brasil adotar posicionamento favorável à causa norte-americana, em oposição à Alemanha. Tal expectativa se confirmou a 03 de novembro de 1917, quando o Presidente Wenceslau Braz expediu mensagem ao Presidente dos Estados Unidos declarando “(...) *ter a honra de cooperar, em completa solidariedade e perfeito acordo com a República irmã, ao lado de outros aliados, na guerra contra a Alemanha, para garantir os altos interesses da humanidade*”.³⁴⁷

b) A estratégia militar naval

À época da Grande Guerra (1914-1918), a Marinha do Brasil era constituída pela Esquadra de Alto-Mar, pela Flotilha Fluvial do Mato-Grosso, Flotilha Fluvial do Amazonas, pela Flotilha de Submersíveis e pela Aviação Naval (Ver Tabela 6, p.113). A exceção das Flotilhas Fluviaes, todos os demais meios da Marinha do Brasil se encontravam sediados na cidade do Rio de Janeiro, onde seus navios permaneciam fundeados, em média, por metade do ano. A maior parte de suas atividades operativas consistiam de curtas viagens de adestramento nas águas da Ilha Grande, ao sul do Rio de Janeiro, podendo estender-se até São Sebastião e Santos, no litoral paulista.

A despeito dos apelos do Barão do Rio Branco quanto à necessidade de vigilância das imensas bacias hidrográficas brasileiras, situadas em extensas e longínquas regiões fronteiriças de pouca densidade populacional, as Flotilhas Fluviaes viviam em estado de

³⁴⁶ Vianna Filho, *op. cit.*: 46.

³⁴⁷ *Idem. Ibidem. loc. cit.*

penúria, com poucas, pequenas e muito velhas unidades, sem qualquer expressão combatente.³⁴⁸ A Flotilha do Amazonas contava com quatro navios (canhoneiras *Acre* e *Amapá* e avisos *Jutaí* e *Tefé*), enquanto a Flotilha do Mato-Grosso dispunha de três (monitor *Pernambuco* e avisos *Oiapoque* e *Voluntário*). A Flotilha de Submersíveis, composta de três pequenos submarinos costeiros, não representava qualquer contribuição prática para a Marinha do Brasil. A Aviação Naval, em situação de extrema precariedade, se constituía de 24 hidroplanos. Desprovidos de valor militar, tais aeronaves se destinavam à instrução e treinamento, que consistiam em sobrevôos à Baía da Guanabara, à cidade do Rio de Janeiro e seus arredores e *reides* ao longo do litoral, às localidades de Macaé, Angra dos Reis e Santos.³⁴⁹

TABELA 6- DISTRIBUIÇÃO DA MARINHA DO BRASIL PELO TERRITÓRIO NACIONAL

<i>Classificação</i>	<i>Nome (ano de construção- deslocamento)</i>	<i>Sede</i>
<i>Encouraçados</i>	<i>Deodoro (1898- 3162t), Floriano(1899-3162t), Minas Gerais (1908-21200t), São Paulo (1909-21200t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Cruzadores</i>	<i>Bahia (1909-3000t), Rio Grande do Sul (1909-3000t), Barroso (1896-3437t), Timbira (1896-1030t), República (1892-1300t), Tiradentes (1892- 750t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Contratorpedeiros</i>	<i>Amazonas, Mato Grosso, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba (1908-650t), Alagoas, Santa Catarina (1909-650t), Paraná, Sergipe (1910-650t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Torpedeiras</i>	<i>Goiás (1907-152t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Navios-Varredores</i>	<i>Carlos Gomes, Jaguarão, Tenente Maria do Couto.</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Tênders (oficinas)</i>	<i>Belmonte (1912- 5227t), Ceará (1915-6460t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Navio-Escola</i>	<i>Benjamin Constant (1892-2750t).</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Brigues</i>	<i>Caravelas, Cidade de Manaus, Recife.</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Iates</i>	<i>José Bonifácio, Tenente Rosa, Tenente Ribeiro, Silva Jardim.</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Submarinos</i>	<i>F-1, F-3, F-5.</i>	<i>Rio de Janeiro - RJ</i>
<i>Canhoneiras</i>	<i>Acre (1906-110t) e Amapá (1906-110t).</i>	<i>Manaus - AM</i>
<i>Avisos</i>	<i>Jutaí (1891-80t), Tefé (1891-80t).</i>	<i>Manaus - AM</i>
	<i>Oiapoque (1907- 195t) e Voluntário (1907- 33t).</i>	<i>Ladário - MT</i>
<i>Monitor</i>	<i>Pernambuco (1910- 470t)</i>	<i>Ladário - MT</i>
<i>Aviação</i>	<i>2 Standart (instrução),1 Curtiss (instrução),4 Curtiss F (treinamento), 2 FBA (reconhecimento), 6 Curtiss HS (patrulha)</i>	<i>Rio de Janeiro- RJ</i>

Fonte: Martins, 1985: 101. 102, 109,111.

³⁴⁸ Cardim & Almino, *op. cit.*: 307 e 319.

³⁴⁹ Gama, 1982: 43 a 46.

A Esquadra de Alto-Mar, núcleo combatente do poder naval brasileiro, se constituía, em sua maioria, da “esquadra de papelão”, velhos navios adaptados, adquiridos emergencialmente no exterior para se contrapor à esquadra insurgente na Revolta da Armada de 1893. A estes juntaram-se os navios novos do Programa Naval de Reparcelamento de 1906, proposto pelo almirante Júlio de Noronha e alterado substancialmente pelo almirante Alexandrino de Alencar.³⁵⁰ Esta Esquadra sofria amiúde mudanças organizacionais para atender a necessidades ou vicissitudes circunstanciais. Inicialmente constituída pela Divisão de Encouraçados, pela Divisão de Cruzadores e pela Divisão de Contratorpedeiros, passou a ser organizada em duas divisões, formadas por uma distribuição eqüitativa de navios diversos, capitaneadas, cada uma, por um navio encouraçado.

Com o agravamento das relações entre o Brasil e o Império Alemão, durante a Grande Guerra, Esquadra de Alto-Mar passou a se organizar por critério geográfico (Divisão do Norte, Divisão do Centro e Divisão do Sul), de acordo com o trecho da costa brasileira a ser patrulhada.³⁵¹ Para o setor Norte foram destacados dois encouraçados antigos, dois cruzadores velhos e dois contratorpedeiros novos, sediados em Natal (RN), além da pequena Flotilha do Amazonas, com sede em Belém (PA). Para o Sul seguiram dois cruzadores novos e um velho, dois contratorpedeiros e quatro embarcações pequenas (“navios *soltos*”) sem valor militar, sediados em São Francisco (SC). No Centro ficaram os melhores navios, detentores do maior poder de combate da Esquadra: dois encouraçados tipo *dreadnought* e seis contratorpedeiros novos.

Logo após a guerra, a Esquadra voltou a sofrer mudança organizacional, constituindo-se em duas divisões, agora sem conotação geográfica ou tática: a Primeira Divisão contava apenas com navios modernos e a Segunda, só dispunha de navios do século anterior.³⁵² O conceito estratégico naval brasileiro para o cenário político-estratégico da Primeira Guerra Mundial consistiu na manutenção da soberania das ilhas oceânicas brasileiras e na defesa de áreas marítimas, mediante ações de presença e patrulhamento, para assegurar as linhas de comunicação marítimas de interesse da economia nacional.³⁵³

³⁵⁰ *Idem. Ibidem*: 41, 42, 108, 109, 111 e 112.

³⁵¹ *Idem. Ibidem*: 38.

³⁵² Martins, 1985: 100.

³⁵³ Vianna Filho, *op. cit.*: 49.

Ingressando no conflito europeu, o governo brasileiro se prontificou a colaborar com o esforço de guerra aliado na defesa de áreas marítimas e no patrulhamento da costa ocidental da África, entre as Ilhas do Cabo Verde, o litoral do Senegal e o Estreito de Gibraltar. A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), ainda que pequena, mal aparelhada, obsoleta, em precárias condições de manutenção e não convenientemente treinada, foi a expressão naval do poder nacional destinada a alcançar os objetivos políticos oriundos de compromissos de aliança.³⁵⁴

Nesse período, não se identifica um conceito estratégico nacional formalmente enunciado.³⁵⁵ A Marinha não chegava a um consenso quanto ao modelo de Esquadra pretendida para a defesa de seu mar territorial. Ora se buscava a distribuição equilibrada de meios de modo a prover uma defesa abrangente da costa (Programa Júlio de Noronha), ora se idealizava uma Esquadra poderosa para o combate oceânico (Programa Alexandrino de Alencar).³⁵⁶

Esta última proposição foi a mais firmemente perseguida, dada à recorrência com que seu principal defensor ocupou a pasta da Marinha.³⁵⁷ “A nível de pensamento estratégico naval, constata-se a percepção da imprescindibilidade de um poder naval com dimensões e capacidades oceânicas para uma Nação com pretensões de participação nos destinos das relações internacionais”.³⁵⁸ Mas o Barão do Rio Branco, principal defensor do soerguimento das instituições militares brasileiras, lamentou não ter sido ouvido quanto a qualquer dos planos de reaparelhamento naval propostos, confessando preferir o primeiro (Programa Júlio de Noronha) por melhor se adequar ao emprego nas águas do Rio da Prata.³⁵⁹ Da persistente e influente administração Alexandrino de Alencar resultou uma Marinha ineficiente, letárgica, decrépita e pessimista,³⁶⁰ pois, atento às conveniências políticas, o ministro dedicava-se à promoção de cerimônias militares extravagantes e decorativas, estabeleceu estrutura gerencial excessivamente centralizada e burocrática, criou organizações militares desprovidas de recursos para seu eficiente funcionamento,

³⁵⁴ *Idem. Ibidem: 52.*

³⁵⁵ *Idem. Ibidem: 38 e 44.*

³⁵⁶ Gama, 1982: 08 a 11.

³⁵⁷ O almirante Alexandrino Faria de Alencar foi ministro da Marinha por 12 anos e 8 meses (de 15/11/1906 a 15/11/1910, de 02/08/1913 a 15/11/1918 e de 15/11/1922 a 16/04/1924, quando de seu falecimento). (Gama, 1982:10).

³⁵⁸ Vianna Filho, *op. cit.:* 50.

³⁵⁹ Guedes, 2002: 322, 325.

³⁶⁰ Carone, *op. cit.:* 368 e 369.

estabeleceu premiação a bajuladores e delatores como sistema de angariar “popularidade entre os inferiores” restando, do ponto de vista material, “o mais lastimável espetáculo de desmantelo”, e no aspecto humano, “desalento e renúncia”.³⁶¹

c) A estratégia militar terrestre

Neste mesmo período, o Exército Brasileiro apresentou significativo progresso organizacional e material, ainda que não o suficiente para alçá-lo ao nível desejado de solidez e qualificação profissional. Ao longo da ascensão de Hermes da Fonseca do cargo de chefe de Estado-Maior do Exército à presidência da República, passando pelo de ministro da Guerra, o Brasil adquiriu novos armamentos e enviou regularmente oficiais para estágio no exército alemão, graças às ingerências do chanceler Barão do Rio Branco junto ao governo federal. Mas tais iniciativas mostraram-se insuficientes para aparelhar e preparar convenientemente os quadros da força terrestre nacional.³⁶² Faziam-se necessárias medidas mais profundas, mais abrangentes e em mais longo prazo para gerar resultados mais duradouros e consistentes.

O pensamento estratégico nacional terrestre desta época caracterizou-se pela preocupação em preservar as fronteiras do país, assegurar sua integridade territorial e manter a soberania nacional suprimindo principalmente a Capital Federal e as fronteiras ao sul do país com estruturas de defesa capazes de dissuadir possíveis agressões estrangeiras. A preocupação com as fronteiras a oeste se materializaram com os trabalhos da Comissão de Instalação de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CILTEMTA). Criada em 18 de fevereiro de 1907, a CILTEMTA teve sua obra oficialmente inaugurada a 1º de janeiro de 1915, mas os trabalhos de instalação prosseguiram até o ano seguinte. Sob a chefia de Cândido Mariano da Silva Rondon, este projeto desenvolvimentista se propunha a integrar os povos indígenas à nação brasileira e incorporar terras longínquas ao modelo político-econômico nacional. A instalação das linhas telegráficas favoreceria a abertura de estradas, extensão de ferrovias e criação de núcleos urbanos para estimular a migração e propiciar o escoamento de riquezas da região, notadamente a produção de borracha do Acre, Juruá e Alto Purus.³⁶³ Seu caráter

³⁶¹ Miranda, *op. cit.*: 38, 39, 42, 43.

³⁶² Carone, *op. cit.*: 350.

³⁶³ Bigio, *op. cit.*: 6, 7, 9 e 11

estratégico-militar residia na urgente necessidade de povoar as fronteiras do Mato Grosso e do Amazonas e desenvolver a infra-estrutura na região para estabelecer a soberania nacional no extremo oeste brasileiro.³⁶⁴

Apesar da grandiosidade do trabalho da Comissão Rondon, como ficou conhecida a CILTEMTA, a prioridade maior do exército brasileiro não residia no extremo oeste do país. A reorganização porque passou o Exército Nacional à época da Grande Guerra confirma esta assertiva. O território nacional foi dividido em sete regiões militares, destacando-se a 5ª Região Militar (Distrito Federal), com sede na Capital Federal, e a 7ª Região Militar (Rio Grande do Sul), com sede em Porto Alegre, onde se observa maior concentração de tropas, por habitantes e por área geográfica. As outras cinco regiões militares se constituíam, cada uma, de vários Estados da Federação, com menor densidade de tropas e menos recursos materiais.³⁶⁵ (Ver Tabela 7, abaixo).

TABELA 7- DISTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PELO TERRITÓRIO NACIONAL

<i>Divisão de Exército</i>	<i>Região Militar</i>	<i>Unidades da Federação</i>	<i>População</i>	<i>Área</i>	<i>Efetivo</i>
<i>1ª Divisão</i> <i>Sede: Belém</i>	<i>1ª- RM Sede: Belém</i>	<i>Amazonas, Pará, Acre, Maranhão Piauí</i>	<i>2.399.995</i>	<i>4.177.621,8</i>	<i>1.712</i>
	<i>2ª- RM Sede: Recife</i>	<i>Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco</i>	<i>3.882.699</i>	<i>355.177,5</i>	<i>3.713</i>
<i>2ª Divisão</i> <i>Sede: Niterói</i>	<i>3ª- RM Sede: Salvador</i>	<i>Alagoas, Sergipe, Bahia</i>	<i>4.021.203</i>	<i>617.278,8</i>	<i>2.263</i>
	<i>4ª- RM Sede: Niterói</i>	<i>Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais</i>	<i>6.316.891</i>	<i>678.477,4</i>	<i>4.632</i>
<i>3ª Divisão</i> <i>Sede: Capital Federal</i>	<i>5ª- RM Sede: Capital Federal</i>	<i>Distrito Federal</i>	<i>975.818</i>	<i>x-x-x</i>	<i>8.292</i>
<i>4ª Divisão</i> <i>Sede: São Paulo</i>	<i>6ª- RM Sede: São Paulo</i>	<i>São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás</i>	<i>5.399.107</i>	<i>2.150.215,9</i>	<i>9.770</i>
<i>5ª Divisão</i> <i>Sede: Porto Alegre</i>	<i>7ª- RM Sede: Porto Alegre</i>	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>1.682.736</i>	<i>282.062,0</i>	<i>11.814</i>

Fonte: Decreto nº 11.482, de 10/02/1915, Decreto nº 11.497, de 23/02/1915, Relatório do Ministro da Guerra de 1915, p. 128 e Relatório do Ministro da Guerra de 1918, pp. 5-9, 80, 143-146.

Na Presidência Hermes da Fonseca (1910-1914), em consequência da percepção da importância estratégica, expandiram-se vias férreas para Corumbá (MT), fronteira oeste com o Paraguai, e para Uruguaiana e Sant'Ana do Livramento (RS), fronteira sul com a Argentina, interligando-as aos grandes centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São

³⁶⁴ Diacon, 2006: 197.

³⁶⁵ Ministério da Guerra, 1915: 130.

Paulo.³⁶⁶ Porém, a corrupção de agentes do Estado e a ganância de empresários levaram a que as “ferrovias estratégicas” fossem construídas segundo itinerários que alongavam em centenas de quilômetros os percursos, além de haverem trechos com trilhos de bitolas diferentes obrigando a que passageiros e cargas trocassem amiúde de composição ferroviária, o que retardava a viagem.³⁶⁷ Previu-se ainda a extensão de vias férreas para o porto de São Francisco, em Santa Catarina (base de operações prevista para a Esquadra Brasileira nos mares do sul), e para a Enseada de Jacuecanga, próximo a Angra dos Reis, no litoral sul fluminense (onde seria construído o futuro porto militar e instalada a principal base naval do país).³⁶⁸

O Distrito Federal contava ainda com um sistema de fortificações para defesa das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. A proteção desta área se mostrava necessária desde a presença dos invasores franceses na região, em 1555, e se desenvolveu ao longo de quatro séculos, com os sucessivos ataques de piratas à cidade,³⁶⁹ ações de esquadras nacionais revoltosas e ameaça de demonstração de força pela Marinha Argentina.³⁷⁰ O mais completo sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro compreendia um plano para defesa interna e outro para defesa externa.³⁷¹ Constituíam-se, principalmente, pelas fortalezas de Macaé, Itaipu, Imbuí, Santa Cruz, forte Barão do Rio Branco (pelo lado leste, da cidade de Niterói) e pelos fortes da Ilha Grande, de Dois Irmãos, Copacabana, Duque de Caxias e São João (pelo lado oeste, da cidade do Rio de Janeiro), além de fortificações de menor poder combate como Villegaignon, São José, Laje e Gragoatá, dentre outros. Os fortes de Itaipu, da Ilha Grande e Dois Irmãos não foram construídos. As mais recentes construções foram os fortes de Copacabana, concluído em 1914, Duque de Caxias e Barão do Rio Branco, ambos de 1919, mas que já se encontravam em operação em 1917, em virtude do acirramento das relações com a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial.³⁷²

A Baía da Guanabara se constituía na região capital de defesa do sistema de fortificações de artilharia de costa do Brasil. Ali se somavam seis baterias a leste, em Niterói, e mais seis baterias a oeste, no Rio de Janeiro. Seguia-se em prioridade o porto de

³⁶⁶ Topik, 2002: 140.

³⁶⁷ Gauld, 2005: 221 e 222.

³⁶⁸ Fonseca Filho, *op. cit.*: 84, 86.

³⁶⁹ Fragoso, 2004: 26, 74 e 127.

³⁷⁰ Bandeira, *op. cit.*: 142 e 179.

³⁷¹ Fonseca Filho, *op. cit.*: 80.

³⁷² Fortes, H., 2001: 101, 102, 126, 127, 134 e 137.

Santos, onde o forte de Itaipu contava com três baterias. A terceira prioridade estava no litoral Sul, que dispunha de quatro baterias: uma em Rio Grande (RS), duas em Florianópolis (SC), nos fortes Marechal Luz e Marechal Moura, e uma no forte da Ilha do Mel (PR). O litoral do Nordeste do Brasil contava com três baterias, ficando duas em Salvador (BA) e uma em Recife (PE). O extremo Oeste do país era também praticamente indefeso. Contava com seis baterias em Mato Grosso, nas velhas fortificações em torno de Corumbá e no forte Coimbra, mas destas apenas uma tinha algum valor combatente. O mesmo pode-se dizer da região Norte que dispunha de quatro baterias espalhadas pela imensidão Amazônica nas cidades de Macapá (AP), Tabatinga (AM), Óbidos (PA) e Belém (PA). Destas, apenas a última bateria contava com algum valor de combate. Com a Primeira Guerra Mundial, empreendeu-se algum esforço para esboçar poder defensivo ao se determinar o guarnecimento de velhos fortes coloniais com baterias improvisadas em Fortaleza (CE), Natal (RN), Cabedelo (PB) e Recife (PE).³⁷³

d) A estratégia político-militar

Por uma avaliação de conjuntura, pode-se inferir que as seguintes diretrizes gerais se coadunam com uma Política Militar Brasileira à época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

1. Busca de modernização das Forças Armadas;
2. Busca de aperfeiçoamento, evolução e atualização da Doutrina Militar Brasileira;
3. Contribuição para o atendimento dos princípios que regiam as relações internacionais do Brasil.

A conjuntura nacional à época permite destacar os seguintes aspectos norteadores da Estratégia Militar Brasileira:

1. preparo das Forças Armadas para atender à necessidade de manutenção da integridade territorial e de preservação da soberania nacional;
2. compatibilização da capacidade de defesa nacional com a estrutura político-estratégica pretendida para o país;

³⁷³ *Idem. Ibidem*: 141, 143 e 145.

3. delineamento de uma estratégia eficaz para o Brasil levando em consideração suas marcantes características de continentalidade (país de extensão continental) e maritimidade (mais de 8.000km de linha costeira);
4. do ponto de vista militar, o espaço geográfico de interesse para o Brasil englobava, exclusivamente, a América do Sul, com particular atenção às fronteiras sul do país e ao Atlântico Sul;
5. as fronteiras ao sul do país eram marcadas por sangrentas disputas históricas com povos hispânicos vindos das atuais terras da Argentina; e
6. o Atlântico Sul se constituía em área vital de interesses políticos e econômicos para o Brasil, por compreender os portos do Rio de Janeiro e de Santos, o que exigia capacidade efetiva de proteção destas linhas de comunicações marítimas.

A partir destas considerações, podem-se inferir as situações, circunstâncias e áreas de interesse estratégico para a defesa nacional plausíveis de exigirem o emprego das Forças Armadas. Tomando como base as vulnerabilidades estratégicas do país e os compromissos internacionais assumidos pela política externa brasileira, as hipóteses de emprego das forças armadas podem ser enunciadas na seguinte ordem de prioridade:

1. Emprego de força militar na defesa da soberania, da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Capital Federal;
2. Emprego de força militar na defesa da soberania, da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à região sudeste do país, onde se situam os portos do Rio de Janeiro (RJ) e de Santos (SP);
3. Emprego de força militar na defesa da soberania, da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos às fronteiras terrestres e ao mar territorial do sul do país, onde a animosidade argentina se consubstanciava em ameaça;
4. Emprego de força militar na defesa da soberania, da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à região e ao mar territorial do nordeste do país.
5. Emprego de força militar na defesa da soberania, da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos às fronteiras terrestres e às bacias

fluviais do norte e do sudoeste do país, onde a presença militar era mais insipiente e diluída; e

6. Emprego de força militar na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

O emprego das instituições militares na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem tinha previsão constitucional e era hipótese de emprego recorrente à época. Por outro lado, a hipótese de emprego de força militar no atendimento a compromissos internacionais no exterior estava descartada pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que só admitia a possibilidade de envolvimento do país em guerra no exterior como resposta a agressão ao território nacional. Seu artigo 14 estatuiu:

“As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.”³⁷⁴ (Grifo nosso).

Corroborava tal assertiva o contido no Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, quando, em seu art. 2º e na página 4 estabeleceu:

“O exército, constituído pelas forças de primeira linha e suas reservas, é destinado a entrar pronta e rapidamente em ação formando o exército de campanha e as guarnições dos pontos fortificados; (...) O efetivo de um exército deve ser tal que permita (...) que a primeira linha tenha força suficiente para opor-se às primeiras operações do adversário, em caso de guerra, impedindo assim a violação do território da Pátria; (...) a guerra atual é feita com o levantamento em massa da população válida e, portanto, todos devem, pelo menos, estar em estado de resistir a uma invasão inimiga por uma defesa local, e combater o inimigo sob a forma de uma guerra nacional, se ele transpuser as fronteiras do país.” (Ministério da Guerra - Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1915, Capital Federal: Imprensa Nacional, 1915, p. 130). (Grifo nosso)

O Governo Brasileiro, sob forte campanha diplomática dos Estados Unidos, seduzido por perspectiva de benefícios comerciais e de auferir dividendos na política externa, ainda cogitava no emprego das forças armadas brasileiras no exterior, desde que extensivos apenas ao continente americano, conforme atesta resposta apresentada pelo ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 20 de dezembro de 1915, à proposta do Governo dos Estados Unidos da América atinente ao Projeto do Tratado Pan-Americano

³⁷⁴ Senado Federal, 1986: 89.

sobre independência política, integridade territorial, manufatura, venda e distribuição de armas e munição de guerra:

“O Governo Brasileiro respondeu que o tratado era muito agradável para nós, desde que a expressão território, do projeto, abrangesse somente os territórios e ilhas do Continente Americano, pois o Brasil não se poderia envolver em questões fora do continente.”³⁷⁵ (Grifo nosso)

Tendo em vista suas limitações e possibilidades econômicas, diplomáticas e militares, para fazer frente às hipóteses de emprego acima apresentadas, o Brasil adotou a Estratégia da Dissuasão, que consiste na assunção de postura defensiva, limitando-se ao emprego da violência somente em caso de autodefesa, oferecendo ao inimigo um grau de ameaça de represália de tal ordem que o desestimulasse de incorrer no risco da aventura bélica. É o posicionamento de “pacifismo moderado”, em que se descarta a possibilidade de “continuação da política pelo uso da força”, exceção feita ao caso de auto-defesa.³⁷⁶ Não se vislumbrava o emprego das forças armadas como instrumento da política externa brasileira.

As forças armadas brasileiras não tinham a capacidade de instrumentalizar uma estratégia que respaldasse as pretensões políticas do país, daí o esforço do chanceler Barão do Rio Branco para dotar o Brasil de uma expressão militar compatível com as potencialidades e com o papel político destinado ao Brasil em âmbito regional e internacional.³⁷⁷ A alternativa encontrada para viabilizar a participação ativa do Brasil no conflito europeu foi posicionar-se “*a la suite*” de uma potência mundial, aliando-se aos Estados Unidos, que havia se associado aos membros da Tríplice Entente.³⁷⁸

De acordo com o pensamento de André Beaufre, para o cenário da América do Sul, os objetivos estratégicos do Brasil eram defensivos e modestos, porque concernentes à garantia de direitos sobre seu território nacional; sua liberdade de ação era grande, porque dependia tão somente de decisões políticas internas; e seus recursos materiais e meios militares tornavam-se abundantes aos olhos dos pretensos adversários, porque transparecia que o Brasil contava com o respaldo norte-americano. Com estas características, o Brasil intimidava seus vizinhos e a postura adotada pode ser classificada como “*ação direta de*

³⁷⁵ Ministério das Relações Exteriores, 1920: Protocolo MRE 940.00-11.915.

³⁷⁶ Duroselle, *op. cit.*: 318.

³⁷⁷ Cardim & Almino, *op. cit.*: 318 e 322.

³⁷⁸ Calógeras, 1933: 125.

uma estratégia de dissuasão”. Para o caso de ampliar prestígio e angariar projeção no cenário internacional, os objetivos são considerados grandiosos e ofensivos, porque envolvem ação efetiva de conquista de metas elevadas, mediante escassos recursos e com pouca liberdade de manobra, pois a conquista de tais objetivos não depende apenas da vontade nacional, confrontada que seria esta pretensão com interesses e antagonismos das Grandes Potências. Tais características permitem classificar a postura brasileira como constituinte de uma “*estratégia indireta segundo modelo de ações sucessivas*”,³⁷⁹ que compreende uma seqüência de ações não implicativas em confronto direto de forças, visando a superar os óbices parceladamente, posto que tanto os confrontos diretos quanto as ações simultâneas contra óbices conjuntos implicam na necessidade de deter superioridade de poder e abundância de recursos.

A hipótese viável de conflito para o Brasil estava ambientada na América do Sul, mais especificamente nas fronteiras ao sul do país, sendo a Argentina o mais provável inimigo.³⁸⁰ A situação recorrente de emprego das Forças Armadas na história recente do país havia se dado em casos de restabelecimento da lei e da ordem nos Estados da União e o Brasil estava escudado contra aventuras estrangeiras ao seu território pelos preceitos da Doutrina de Monroe, capitaneada pelos Estados Unidos.³⁸¹ A conjunção de cenários geográfico, histórico, social, político, econômico, diplomático e militar, além do preceito constitucional, não permitiam ao Brasil vislumbrar a possibilidade de seu envolvimento direto num conflito europeu.

O Brasil não tinha na Europa interesse nacional que justificasse sua participação no conflito. Suas expressões de poder não demonstravam capacidade para respaldar qualquer tentativa de influência sobre as nações beligerantes na Primeira Guerra Mundial. Se havia a grande estratégia (estratégia política), que dava formato e sentido à política externa quanto à posição futura que o Brasil buscava alcançar no sistema internacional, faltava a pequena estratégia (estratégia militar) necessária à congregação das diversas expressões do poder nacional para a conquista do objetivo nacional estabelecido. Esta foi se desenvolvendo à medida que mudava o cenário internacional, com a busca crescente de poder, eivada de erro de avaliação das lideranças nacionais quanto ao potencial internacional do país diante das

³⁷⁹ Beaufre, 1998: 28, 32, 33 e 52.

³⁸⁰ McCann, *op. cit.*: 58 a 60.

³⁸¹ Topik, *op. cit.*: 408.

Grandes Potências.³⁸²

Se não havia uma estratégia brasileira previamente elaborada com vistas à Guerra na Europa, pode-se afirmar que ela foi se delineando com a evolução do quadro político internacional. O Brasil conservou os objetivos previamente estabelecidos por sua política externa, mas sua estratégia político-militar gradualmente se amoldou à conjuntura política internacional para a superação dos óbices apresentados em decorrência da evolução da Guerra na Europa e de seus reflexos para os interesses norte-americanos e nacionais.

Concluindo, podemos asseverar que a Estratégia Político-Militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial consistiu em se posicionar ao lado dos Estados Unidos, em termos políticos, e à sombra deles, em termos militares. Para se destacar no cenário internacional, não bastaria o apoio político, moral e material aos países aliados. Fazia-se necessária a colaboração militar no esforço de guerra para tornar efetiva a participação brasileira no conflito, o que asseguraria ao Brasil o direito de participar com os vencedores das deliberações da política mundial. Pela estratégia política, como artifício para adquirir projeção internacional, o Brasil optou por aliar-se aos interesses norte-americanos. Como estratégia militar, o Brasil se propunha a prestar qualquer contribuição contabilizável como participação no esforço bélico aliado para justificar seu pleito futuro de juntar-se às Grandes Potências nas decisões dos destinos da comunidade internacional. A consecução do objetivo militar contribuía para alcançar o objetivo político. Por meio da participação na guerra em favor da causa aliada, o Brasil vislumbrava ombrear as Grandes Potências na Conferência de Paz e na Liga das Nações participando ativamente nas deliberações norteadoras das relações internacionais.

³⁸² Baracuhy, *op. cit.*: 51 a 54.

CONCLUSÃO

Os gastos decorrentes da Guerra do Paraguai e o impacto sobre o sistema de produção monocultor causado pela abolição da escravatura afetaram sobremaneira a economia brasileira. O esquecimento a que foram relegados os militares após a guerra e a insatisfação dos latifundiários com as medidas adotadas pelo Imperador levaram à queda da Monarquia e à implantação da República no Brasil. A transição deu-se sem sobressaltos para a vida nacional, mas as divergências políticas entre os Estados da federação (antigas “províncias”) não tardaram a ganhar relevância.

As crises que se seguiram levaram as elites políticas do país a apoiarem a permanência do Exército no poder como garantia à consolidação do novo regime. Discordâncias políticas levaram à eclosão da Revolução Federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul, e à Revolta da Armada (1893-1894), no Rio de Janeiro, movimentos que tentaram se unir contra o *status quo* reinante. Sufocadas as rebeliões, a Marinha foi relegada ao ostracismo vendo sua força de combate reduzir-se praticamente à nulidade. Exército e Marinha enfrentaram diversas revoltas expondo suas fragilidades aos olhos da nação. Destacam-se neste quadro situacional a Revolta da Chibata e a Revolta do Batalhão Naval (1910), na Marinha, a Revolta dos Sargentos (1916), no Exército, a Guerra de Canudos (1892-1896) e a Guerra do Contestado (1912-1916), duas dezenas de motins de menor monta, além de intervenções das Forças Armadas em vários Estados da federação (as “salvações nacionais”) para assegurar a “normalidade” política desejada.

Enquanto na Europa as tensões giravam em torno de disputas por mercados, colônias ultramarinas e por áreas de influência na península balcânica, no norte da África e no Oriente Médio, entre o Brasil e seus vizinhos as tensões decorriam de questionamentos sobre demarcações de fronteiras. Se na Europa os países estabeleciam pactos constituindo alianças rivais, na América do Sul os blocos rivais se posicionavam politicamente entre favoráveis ou contra a doutrina do pan-americanismo capitaneado pelos Estados Unidos.

A diplomacia brasileira buscava a aproximação com os países vizinhos e cresciam as interações comerciais ao sul do continente americano, contudo os militares conservavam em mente a hipótese de conflagração com a Argentina, em razão das discordâncias políticas, de históricas disputas em torno da Bacia do Rio da Prata, das questões de

demarcação de fronteiras e da corrida armamentista que ali se desenvolvia. Tal situação gerou um instável equilíbrio de poder na região, que girava em torno da aproximação entre Brasil e Chile, balanceada pelo entendimento entre Argentina e Peru.

O conflito que eclodiu na Europa em julho de 1914 em nada dizia respeito ao Brasil, em vista do distanciamento geográfico da área conflagrada e em razão da situação sócio-política, das crises econômicas e financeiras por que passava o país, quando as preocupações estratégicas nacionais se voltavam prioritariamente para o Cone Sul da América Latina. Porém, a intelectualidade e as elites políticas brasileiras logo se envolveram emocionalmente com a Guerra da Europa. Recorrendo à imprensa, promovendo debates públicos, passeatas, comícios e campanhas para arrecadar donativos nos grandes centros urbanos do país, despertaram paixões entre os populares e aguçaram a opinião pública favoravelmente à causa aliada.

Como a maioria do comércio internacional era realizada por via marítima, a guerra no mar se revelou decisiva. Cada um dos beligerantes buscou isolar e sufocar comercialmente seu oponente. Os Aliados estabeleceram um bloqueio naval de longo alcance sobre a Alemanha logo no início da guerra, estendendo-o aos demais países neutros europeus em fevereiro de 1915. A Alemanha, em resposta, declarou bloqueios submarinos parciais contra os Aliados, em 1915 e 1916, evoluindo para bloqueio irrestrito em fevereiro de 1917. Mercantes nacionais foram interceptados, tiveram suas rotas de navegação alteradas, sofreram vistorias e suas cargas foram apreendidas pelas Marinhas Inglesa e Francesa; alguns deles foram afundados por submarinos alemães. A guerra afetou drasticamente o comércio exterior brasileiro com a quase extinção das importações européias e sérias restrições em suas exportações.

Inglaterra e França pressionaram diplomaticamente o Brasil a adotar postura favorável à causa aliada. O café, principal produto de exportação do país, sofreu restrições por parte dos Aliados ao ser classificado como contrabando de guerra. Contudo, os números atestam que o Brasil perdeu divisas mais em decorrência da queda do preço do café no mercado externo do que em razão da diminuição do volume exportado.

O ingresso dos Estados Unidos na guerra para assegurar o pagamento das vendas e empréstimos feitos aos Aliados deixava evidente para qual dos lados a vitória sorria. O governo brasileiro declarou a intenção de aproximação estreita aos norte-americanos ao

externar que, “*em qualquer evento*” relativo ao conflito europeu, apoiaria “*a ação dos Estados Unidos*” mediante “certas garantias”.

O Brasil revogou sua neutralidade em favor dos Estados Unidos da América a 1º de junho de 1917, com justificativa na “*solidariedade continental*”, na soberania que a Doutrina Monroe conferia às nações do continente americano e com fundamentação na “*tradicional amizade*” reinante entre os dois países. Com relação aos Aliados, a neutralidade brasileira foi revogada a 28 de junho de 1917.

O envio de forças brasileiras para combater em território estrangeiro, conforme estatua a Constituição Federal, se daria em defesa da Pátria contra agressão externa, situação que não se configurou durante a Primeira Guerra Mundial. Mas aliando-se aos Estados Unidos na guerra em favor dos Aliados, o Brasil esperava retirar as restrições ao seu comércio exterior, conquistar simpatias, se posicionar junto às Grandes Potências na Conferência de Paz, obter projeção política internacional, assegurar um assento permanente no Conselho da Liga das Nações e auferir indenizações dos vencidos.

Para alcançar tais objetivos, o governo brasileiro se valeu intensamente de sua diplomacia e empregou suas Forças Armadas como instrumento de sua política externa. O Brasil franqueou seus portos aos navios das marinhas aliadas, negociou com a França o afretamento de navios alemães apresados, ofereceu uma pequena esquadra para participar do patrulhamento da costa noroeste da África, custeou o envio de pilotos para treinamento e missões de patrulha na Inglaterra, ofertou à França um hospital totalmente aparelhado com capacidade para 500 leitos, facilitou aos aliados a venda de gêneros de primeiras necessidades, além de enviar uma delegação de observadores militares e comissões de avaliação para aquisição de materiais bélicos. A fragilidade militar brasileira não permitiu o envio de uma força expedicionária.

Os benefícios de maior alcance auferidos com a participação do Brasil na Grande Guerra foram: a experiência diplomática por ter se envolvido mais diretamente no jogo de poder das grandes potências e ter participado, mesmo com restrições, das Conferências de Paz; surto de industrialização do país; os investimentos emergenciais na defesa nacional; a aprendizagem auferida pelas forças armadas com suas participações, ainda que modestas, na guerra; a vinda de missões militares para a reorganização das forças armadas brasileiras.

A diplomacia brasileira ganhou significativa experiência e projeção com a Primeira Guerra Mundial. As negociações intensas com os representantes de diversos países da América e da Europa envolvendo temas de alto interesse para os destinos do país e das relações internacionais fizeram da Primeira Guerra Mundial um repositório pleno de ensinamentos para o Corpo Diplomático Brasileiro.

A baixa dos preços do café no mercado externo e a grande procura pelos produtos importados estimularam o empresariado brasileiro a transferir investimentos que impulsionaram a industrialização nacional, despertando o país para a adoção de medidas estratégicas importantes, tais como: melhoria na estrutura portuária, ampliação da malha ferroviária, exploração do potencial siderúrgico e hidrelétrico.

Os debates em torno da Guerra na Europa alertaram as elites brasileiras para a fragilidade da defesa nacional e realçaram seu atraso tecnológico e organizacional. Contrataram-se missões militares estrangeiras: uma francesa, para o Exército; outra norte-americana, para a Marinha. As mudanças promovidas na Marinha foram de curto alcance, porque voltadas principalmente para o reaparelhamento da força. No Exército, as mudanças foram mais significativas e duradouras, posto que direcionadas para o sistema educacional e para a mudança organizacional. Sob influência da Missão Militar Francesa, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, congregando os principais ministérios em reuniões semestrais sob a coordenação da Presidência da República, para debates e deliberações relacionadas à segurança nacional e à defesa do país. Isto, porém, não foi suficiente para desenvolver a interação necessária entre os ministérios militares. Os canais de comunicação estabelecidos entre o Exército e a Marinha foram tênues e sofreram descontinuidade com os governos subsequentes.

O governo brasileiro teve a ilusão de poder ombrear as grandes potências nas tomadas de decisões que determinariam os destinos das relações internacionais. Não se apercebia de quão inatingíveis eram tais pretensões, diante da ausência de condicionantes que o qualificassem a se posicionar como *global player*. O erro de avaliação quanto às reais possibilidades do Brasil se posicionar entre as grandes potências mundiais e o erro de percepção quanto ao real significado que a Liga das Nações teria para o futuro das relações internacionais conduziram o Brasil à ilusão de conquistar projeção no cenário político mundial com sua participação na Grande Guerra ao lado dos vencedores.

A análise das expressões do Poder Nacional e o estudo das condicionantes históricas, geográficas, econômicas, políticas e militares asseguram que o Brasil não dispunha de uma estratégia político-militar consistente para um cenário externo ao ambiente sul-americano. O emprego recorrente das Forças Armadas na história recente do país se deu em situações de restabelecimento da lei e da ordem e o Brasil, fundamentado na doutrina do pan-americanismo e confiante numa “aliança não escrita” sob a liderança dos Estados Unidos, se julgava escudado contra aventuras estrangeiras ao seu território. A Estratégia Político-Militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial consistiu em se posicionar ao lado dos Estados Unidos, em termos políticos e diplomáticos, e à sombra dos Aliados, em termos militares. Pela estratégia militar, objetivava-se contribuir para a vitória total dos Aliados sobre os Impérios Centrais. Pela estratégia política, o Brasil estabeleceu como objetivo obter lugar de destaque na Liga das Nações. A estratégia militar estava subordinada a estratégia política, pois os objetivos militares eram intermediários para a conquista dos objetivos políticos nacionais. E a estratégia nacional, como um todo, esteve subordinada à política nacional, que visava à projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de sua representatividade no Conselho da Liga das Nações. Tal estratégia não foi previamente elaborada, enquanto fruto de um minucioso planejamento, mas foi-se emoldurando em conformidade com o crescente envolvimento dos interesses das classes dirigentes com a evolução dos acontecimentos da política internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias

Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Militar, 1914-1920.

Ministério da Marinha. *Relatório do Ministro de Negócios da Marinha ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Naval, 1913-1920.

_____. *Simpósio sobre a participação da marinha brasileira na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do Ministro das Relações Exteriores ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Capital Federal: Imprensa Nacional, 1913-1921.

_____. *Documentos Diplomáticos. Guerra da Europa: Attitude do Brasil (1914-1917)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

_____. *Documentos Diplomáticos. Guerra da Europa: Attitude do Brasil (1918)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

_____. *Dossiê fornecido pelo Ministério do Exterior - 1916/1919*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicações da Secretaria, 1920.

Arquivo da Biblioteca Nacional.

Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty.

Arquivo Histórico da Marinha.

Arquivo Nacional.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1917.

O Estado de São Paulo. Coluna “Ecos da Guerra”. São Paulo, 1915-1916.

O Paiz. Rio de Janeiro, 1914-1917.

2. Bibliografia Citada

Abranches, João Dunshee de - *A ilusão brasileira (justificativa de uma atitude)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

Albuquerque, Antonio Luiz Porto - *Fatos da História Naval*, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1971.

Álvares, Obino Lacerda - *Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

Araripe, Tristão de Alencar - *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

Bandeira, Moniz - *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (2ª edição).

_____; Melo, Clovis & Andrade, A. T. - *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Baracuhy, Braz - *Vencer ao Perder: a Natureza da Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

Baylis, John *et alli* - *Strategy in the Contemporary World*, New York: Oxford University, 2002.

Beaufre, André - *Introdução à Estratégia*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

Bello, José Maria - *História da República (1889-1954): Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

Bigio, Elias dos Santos - *Cândido Rondon: a Integração Nacional*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 (1ª edição).

Bittencourt, Corrêa de - “Higiene Militar. Higiene Naval. Higiene das Prisões” in Oliveira, Cândido de *et alli*. *Década Republicana*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986 (v. II - Coleção Temas Brasileiros).

Bueno, Clodoaldo - *Política Externa da Primeira República. Os anos de apogeu: de 1902 a 1918*, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Burns, Edward McNall - *História da Civilização Ocidental: o Drama da Raça Humana*, Porto Alegre: Globo, 1983 (25ª edição, v. II).

Burns, E. Bradford - *A Aliança não Escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*, Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2003.

Calógeras, João Pandiá - *Problemas de Administração*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____ - *Problemas de Governo*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936 (2ª edição).

Caminha, João Carlos Gonçalves. - *Delineamentos da Estratégia*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1980.

Cardim, Carlos Henrique & Almino, João - *Rio Branco: A América do Sul e a Modernização do Brasil*, Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.

Carone, Edgar - *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 (2ª edição).

_____ - *A Primeira República (1889-1930)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973 (2ª edição pp. 13/39, 137/145, 339/344, 363/376).

Carvalho, Delgado - *Relações Internacionais*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

Carvalho, José Murilo de - *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Cascardo, Francisco Carlos P. - *O Tenentismo na Marinha: os Primeiros Anos (1922 a 1924)*, São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Castro, Therezinha de - *Estudos de Geo-História*, Rio de Janeiro: Record, 1971.

Cavalcanti, Amaro - *A neutralidade e as restrições do comércio internacional na presente Guerra Européia*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

Cavalcanti, Pedro - *A Presidência de Wenceslau Braz (1914-1918)*, Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Clausewitz, Carl von - *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Costa Neto, Luciano - *Hegemonia e Crise no Século XIX*, Recife: Santos, 1994.

Danese, Sérgio - *Diplomacia Presidencial: história e crítica*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Diacon, Todd - *Rondon, o Marechal Floresta*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Donato, Hernani - *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

Döpcke, Wolfgang - “Apogeu e colapso do sistema europeu (1871-1918)” in Saraiva, José Flávio Sombra - *Relações Internacionais - Dois séculos de história: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1871-1947)*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001 (Volume I).

Duroselle, Jean-Baptiste - *Todo Império Perecerá*, Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

- Fausto, Boris - *História Concisa do Brasil*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- _____ - *História do Brasil*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004 (12ª edição).
- Ferro, Marc - *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*, Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- Figueiredo, Eurico de Lima – “A Política, a Guerra e os Militares” in Cerqueira Filho, Gisálio; Figueiredo, Eurico de Lima; e Konder, Leandro. *Por Que Marx?* Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.
- Fonseca Filho, Hermes – *Marechal Hermes: dados para uma biografia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.
- Fortes, Diogo Borges - “O Contratorpedeiro Santa Catarina” in *Simpósio sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.
- Fortes, Hugo G. Borges - *Canhões Cruzados: Uma Síntese da História da Artilharia de Costa Brasileira*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- Fragoso, Augusto Tasso - *Os Franceses no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- Franco, Afonso Arinos de Melo - *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu Tempo)*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976 (2ª edição).
- Gama, Arthur Oscar Saldanha da - “Quanto custou a DNOG?” in *Simpósio sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.
- _____ - *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- Garambone, Sidney - *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- Garcia, Eugênio Vargas - *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005 (2ª edição).
- _____ - *Entre América Latina e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- Gauld, Charles A. - *Farquhar, o último titã*, São Paulo: Cultura, 2005.
- Gooch, John - “The weary titan: Strategy and policy in Great Britain, 1890-1918” in Murray *et alli*, *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: Cambridge University, 1994.

Gouvêa, Fernando da Cruz - *Oliveira Lima: uma biografia*, Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976 (v. 3).

Guedes, Max Justo - “O Barão do Rio Branco e a Modernização da Defesa” in Cardim, Carlos H. & Almino, João, *Rio Branco e a Modernização do Brasil*, Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.

Guimarães, José Celso de Macedo Soares - “Marinha Mercante” in *A Marinha Brasileira no Período entre Guerras (1918-1942)*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985 (História Naval Brasileira, quinto volume, tomo II).

Hayes, Robert A. - *Nação Armada: A Mística Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

Haythornthwaite, Philip J. - *The World War One Source Book*, London: Brockhampton, 1994.

Hart, B. H. Lidell - *As Grandes Guerras da História*, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1982 (3ª edição).

Herwig, Holder H. - “Strategic uncertainties of a nation-state: Prussia-Germany, 1871-1918” in Murray *et alli*, *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: 1994.

Humble, Richard – *A marinha alemã: a esquadra de alto mar*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

Huntington, Samuel P. - *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

Isnenghi, Mário - *História da Primeira Guerra Mundial*, São Paulo: Ática, 1995.

Janotti, Maria de Lourdes - *A Primeira Guerra Mundial: o confronto de imperialismos*, São Paulo: Atual, 1992.

Keegan, John – *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2003 (2ª edição).

Keith, Henry Hunt - *Soldados Salvadores*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

Kissinger, Henry - *La Diplomacia*, México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

Konder, Marcos – *Lauro Müller: A Pequena Pátria*, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

Kroeff, Mário - “Missão Médica Militar Especial em França, em 1918: Seu papel no esforço de guerra” in *A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975.

LaFeber, Walter - *The American Age: U. S. Foreign Policy at Home and Abroad (1750 to the Present)*, New York: W. W. North & Company, 1994 (Second Edition).

Leite, Jorge da Silva - “O Contratorpedeiro Piauí na DNOG” in *Simpósio sobre a Participação da Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

Lessa, Antonio Carlos - *História das Relações Internacionais: a pax britânica e o mundo no século XIX*, Petrópolis: Vozes, 2005.

Lima, Heitor Ferreira - *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Luz, Nícia Vilela - *A luta pela industrialização no Brasil*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Lyra, Heitor - *A diplomacia brasileira na Primeira República (1889-1930) e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1992.

Maia, Prado - *DNOG: uma página esquecida da história da Marinha Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.

_____ - “DNOG: uma página esquecida de nossa história” in *Simpósio sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.

Malan, Alfredo Souto - *Uma escolha, um destino (Vida do General Malan D’Angrogne)*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____ - *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

Martins, Hélio Leôncio - “Forças Combatentes” in *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985 (quinto volume, tomo II).

_____ - “A Revolta dos Marinheiros” in *Ibidem*, 1997 (quinto volume, tomo I B).

McCann, Frank D. - *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do Exército Brasileiro*, Recife: Guararapes, 1982.

Menezes, Delano Teixeira - *O Militar e o Diplomata*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

Miranda, Veiga - *Quatorze Meses na Pasta da Marinha*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982 (2ª edição).

Monteiro, Hamilton de Mattos - “O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal” in Linhares, Maria Yedda, *História Geral do Brasil*, São Paulo: Campus, 2000.

Monteiro, Tobias do Rego - *As origens da guerra. O dever do Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Moraes, João Quartim - *A Esquerda Militar no Brasil: da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes*, São Paulo: Expressão Popular, 2005 (1ª edição).

Murray, Williamson *et alli* - *The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: Cambridge University, 1994.

Normano, João Frederico - *A luta pela América do Sul*, São Paulo: Editora Atlas, 1944.

Pessoa, Epitácio - *Pela Verdade*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

Proença Junior, Domício *et alli* - *Guia de Estudos de Estratégia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Rémond, René - *O Século XX: De 1914 aos Nossos Dias*, São Paulo: Cultrix, 1974.

Rodrigues, Luiz César Barreto. - *a primeira guerra mundial*, Campinas: Universidade de Campinas, 1985.

Saraiva, José Flávio S. - *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001 (v. I).

Schilling, Voltaire – *Imperialismo e I Guerra Mundial*, Porto Alegre: Movimento, 1994 (quarta edição).

Senado Federal. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)” in *Constituições do Brasil (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações)*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986 (v. I).

Sibley, Roger - *Alemães na África: guerrilha magistral*, Rio de Janeiro: Renes, 1979.

Silva, Gilvanize Moreira da - *O Brasil na Guerra Européia (1914-1918): uma face da dependência nas relações internacionais*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 1979.

Silva, Hélio & Carneiro, Maria Cecília R. - *História da República Brasileira: O Poder Civil (1895-1910)*, São Paulo: Três, 1975 (v. 2) (a).

_____ - *História da República Brasileira: Luta pela Democracia (1910-1914)*, São Paulo: Três, 1975 (v. 3) (b).

_____ - *História da República Brasileira: O Primeiro 5 de Julho (1920-1922)*, São Paulo: Três, 1975 (v. 5) (c).

Sodré, Néelson Werneck - *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

Souza Junior, Antonio de - *Caminhos Históricos de Invasão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1950.

Stevens, W. O. & Westcott, A. - *História do Poder Marítimo*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 (2ª edição).

Sullivan, Brian R. - “The strategy of the decisive weight” in Murray *et alli The Making of Strategy: Rulers, States, and War*, Cambridge: Cambridge University, 1994.

Tavares, Aurélio de Lyra - *Brasil-França: ao longo de 5 séculos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

Topik, Steven C. - “As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos na Época de Rio Branco”. in Cardim, C. H. & Almino, J. *Rio Branco e a Modernização do Brasil*, Rio de Janeiro: EMC-Edições, 2002.

Tosta, Octavio – *Teorias Geopolíticas*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

Townshend, Charles - *The Oxford Illustrated History of Modern War*, New York: Oxford University, 1997.

Trevisan, Lauro - *O Pensamento Militar Brasileiro*, São Paulo: Global, 1985.

Vianna Filho, Arlindo - *Estratégia Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

Vidigal, Armando Amorim Ferreira - *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira - *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

Vizentini, Paulo G. Fagundes - *Primeira Guerra Mundial*, Coleção Relações Internacionais do Século XX, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996 (Primeira Parte).